

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Dissertação de Mestrado

**ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES SOCIAIS AMPLIADAS: UM ESTUDO
DE CASOS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

Marcos Machado de Almeida

ORIENTADOR:
Prof. José Ricardo Maia de Siqueira

Rio de Janeiro, fevereiro de 2006.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Marcos Machado de Almeida

**ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES SOCIAIS AMPLIADAS: UM ESTUDO
DE CASOS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. José Ricardo Maia de Siqueira
Doutor em Engenharia de Produção
COPPE – UFRJ

Rio de Janeiro, fevereiro de 2006.

UFRJ / FACC

Almeida, Marcos Machado.
Análise das informações sociais ampliadas: um estudo de casos do setor elétrico brasileiro / Marcos Machado de Almeida. Rio de Janeiro, 2006.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, 2006.

Orientador: José Ricardo Maia de Siqueira

1. Balanço Social. 2. Setor elétrico. 3. Contabilidade – Teses.

I. Siqueira, José Ricardo Maia de (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. III. Título.

**ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES SOCIAIS AMPLIADAS: UM ESTUDO DE CASOS
DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

Marcos Machado de Almeida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2006.

Aprovado por:

José Ricardo Maia de Siqueira, D. Sc.
COPPE / UFRJ

Ana Carolina Pimentel Duarte da Fonseca, D. Sc.
Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ

Ruthberg dos Santos, D. Sc.
Universidade de São Paulo / USP

Aos meus pais, Waldir e Maria Rosa, pela lição de vida ensinada e pelos esforços para oferecer inúmeras possibilidades aos seus filhos. Muitas vezes abdicando de seus prazeres para que pudéssemos ter mais oportunidades. Missão parcialmente cumprida. Muito obrigado.

Agradecimentos:

Primeiro gostaria de agradecer ao professor José Augusto Veiga da Costa Marques pela sua paciência e envolvimento com o mestrado da FACC/UFRJ, proporcionando uma sensação de que vale a pena acreditar na capacidade de cada um.

Quando estava cheio de dúvidas e questionamentos, mais uma vez o professor José Augusto, percebendo minha aflição, me apresentou a um professor recém chegado ao mestrado – o professor José Ricardo Maia de Siqueira. Tive a honra de ser seu primeiro orientando e me transformei em mais um defensor da obrigatoriedade das empresas na prestação de informações de cunho social para a sociedade. Obrigado pela luz oferecida no momento certo.

À funcionária do departamento, Ísis, que sozinha controla todas as questões administrativas do curso de mestrado, sempre empenhada em auxiliar todos e com um excelente humor, tornando nossa estadia no mestrado mais agradável.

Aos colegas da turma de 2003, sempre trocando e-mails, informações, artigos, senhas de acessos a portais, uma parceria que foi fruto de vários artigos publicados em revistas e congressos.

Aos meus pais que, no momento de maior dificuldade para finalizar esta pesquisa, estavam precisando de atenções especiais, mas que sempre minimizaram seus problemas para que eu tivesse a tranquilidade e calma necessária para me concentrar no meu objetivo final.

E por fim, gostaria de agradecer ao meu porto seguro, Patrícia Reis de Almeida, que sempre esteve ao meu lado nas noites e madrugadas fazendo revisões dos meus textos, tornando-os mais claros e concisos.

Resumo:

ALMEIDA, Marcos Machado de. **Análise das Informações Sociais Ampliadas: Um Estudo de Casos do Setor Elétrico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a qualidade dos balanços sociais no setor elétrico brasileiro buscando responder como estes são elaborados por empresas obrigadas pela agência reguladora – ANEEL – a confeccioná-los. Uma vez que a discussão sobre a criação de um padrão para a confecção dos balanços sociais vem crescendo nos últimos dez anos, a partir da ação comandada pelo sociólogo Herbert de Souza, esta pesquisa torna-se relevante ao focar como objeto um setor onde a confecção dos balanços sociais, além de ser obrigatória, deve basear-se no modelo proposto pelo Ibase. Para atingir este objetivo o trabalho explora o referencial teórico sobre a importância da informação na atual sociedade, a origem da contabilidade e do balanço social e sua evolução no Brasil e o histórico do setor elétrico, com ênfase no seu processo de reestruturação e no cenário atual. A análise é feita segundo os parâmetros oferecidos por Siqueira, que considera quatro linhas pelas quais os balanços sociais devem ser analisados: seu grau de abrangência; a existência de viés para potencialização de resultados; seu grau de comparabilidade; e o nível de transparência das informações externalizadas. A obrigatoriedade no setor elétrico deveria fazer com que as informações fossem transparentes e facilmente comparáveis pela sociedade. Porém não é isso que ocorre. Mesmo com um padrão pré-definido e com orientações para usar o modelo Ibase como base, a maioria das empresas faz tantas exclusões de indicadores que acaba por diminuir sensivelmente a comparabilidade do instrumento. O trabalho não se esgota nesta pesquisa, podendo ter sua metodologia de trabalho aplicado em diversos outros, como também ter nos seus resultados um guia de ajuste para as próximas confecções de balanços sociais das empresas do setor elétrico.

Abstract:

ALMEIDA, Marcos Machado de. **Análise das Informações Sociais Ampliadas: Um Estudo de Casos do Setor Elétrico Brasileiro.** Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

This research has the analysis of social report in the Brazilian power sector as its objective. It intends to find out how these reports are made by companies under ANEEL's regulations - the Brazilian power regulatory agency. There has been a rising tendency to discuss the elaboration of a pattern for social reports over the last few years, which was started by actions promoted by the sociologist Herbert de Souza. The relevance of this research, therefore, is its focus on an object that needs to follow an obligatory model proposed by Ibase. This paper intends to reach its objective while exploring theoretical references on the importance of information to our present society, the origins of accounting and social report and its evolution in Brazil, and the Brazilian power sector history, with an emphasis on its restructuring process and its main actors in the present context. The paper includes a case study comparing information gathered from reports sent by 14 different companies. This study envisions four lines of analysis for social reports created by Professor José Ricardo Maia de Siqueira on his Doctor's Degree Thesis. They are: its broadness; the existence of a bias to increase results; its comparativeness degree; and the transparency of the information expressed. If these points are fulfilled such information must be presented in a transparent and comparative way to society, but in fact, this does not happen. Even with a pre-determined pattern and with orientation to use it as a basis to most studies, few companies use it, and most exclude items of this model. This paper is not exhaustive within itself and its methodology can be applied to many other works. Its results can also be part of an adjustment guide for the next social reports amongst power sector companies.

Lista de quadros:

QUADRO 1: EMPRESAS QUE RESPONDERAM À SOLICITAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL	85
QUADRO 2: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFEÇÃO DO BS	87
QUADRO 3: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS	88
QUADRO 4: ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE OS INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	88
QUADRO 5: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	89
QUADRO 6: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS	89
QUADRO 7: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	89
QUADRO 8: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL.....	90
QUADRO 9: RESPOSTAS UTILIZADAS PELA PESQUISA NA ANÁLISE DOS QUADROS DO MODELO IBASE	91
QUADRO 10: PRESENÇA DE RUBRICAS.....	92
QUADRO 11: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFEÇÃO DO BS	94
QUADRO 12: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFEÇÃO DO BS – ELETRONORTE	96
QUADRO 13: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – ELETRONORTE	97
QUADRO 14: ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE OS INDICADORES SOCIAIS INTERNOS - ELETRONORTE.....	97
QUADRO 15: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS - ELETRONORTE	98
QUADRO 16: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS - ELETRONORTE.....	98
QUADRO 17: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL - ELETRONORTE.....	99
QUADRO 18: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL - ELETRONORTE.....	99
QUADRO 19: PRESENÇA DE RUBRICAS – ELETRONORTE.....	100
QUADRO 20: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFEÇÃO DO BS - ELETRONORTE.....	101
QUADRO 21: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFEÇÃO DO BS – EMAE	103
QUADRO 22: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – EMAE	103
QUADRO 23: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – EMAE.....	104
QUADRO 24: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – EMAE	104
QUADRO 25: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS – EMAE	105
QUADRO 26: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL – EMAE	105
QUADRO 27: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL – EMAE.....	106
QUADRO 28: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFEÇÃO DO BS – EMAE	107
QUADRO 29: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFEÇÃO DO BS – CEAL	108
QUADRO 30: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – CEAL	108
QUADRO 31: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – CEAL	108
QUADRO 32: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – CEAL	109
QUADRO 33: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS – CEAL.....	110
QUADRO 34: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL – CEAL.....	110
QUADRO 35: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL – CEAL.....	111
QUADRO 36: PRESENÇA DE RUBRICAS – CEAL.....	112
QUADRO 37: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFEÇÃO DO BS – CEAL	113
QUADRO 38: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFEÇÃO DO BS – CHESF	114

QUADRO 39: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – CHESF	115
QUADRO 40: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – CHESF	115
QUADRO 41: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – CHESF	116
QUADRO 42: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS – CHESF	116
QUADRO 43: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL – CHESF	117
QUADRO 44: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL – CHESF	117
QUADRO 45: PRESENÇA DE RUBRICAS – CHESF.....	118
QUADRO 46: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – CHESF	119
QUADRO 47: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – LIGHT	120
QUADRO 48: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – LIGHT	121
QUADRO 49: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – LIGHT	121
QUADRO 50: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – LIGHT	122
QUADRO 51: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS – LIGHT	122
QUADRO 52: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL – LIGHT	123
QUADRO 53: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL – LIGHT	123
QUADRO 54: PRESENÇA DE RUBRICAS – LIGHT	124
QUADRO 55: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – LIGHT	125
QUADRO 56: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – CEB.....	126
QUADRO 57: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – CEB.....	127
QUADRO 58: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – CEB.....	127
QUADRO 59: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – CEB.....	127
QUADRO 60: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS – CEB	128
QUADRO 61: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL – CEB.....	128
QUADRO 62: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL – CEB	128
QUADRO 63: PRESENÇA DE RUBRICAS – CEB	129
QUADRO 64: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – CEB.....	130
QUADRO 65: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – ESCELSA	131
QUADRO 66: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – ESCELSA	132
QUADRO 67: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – ESCELSA.....	132
QUADRO 68: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – ESCELSA	133
QUADRO 69: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS – ESCELSA	133
QUADRO 70: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL – ESCELSA	133
QUADRO 71: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL – ESCELSA	134
QUADRO 72: PRESENÇA DE RUBRICAS – ESCELSA.....	135
QUADRO 73: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – ESCELSA	136
QUADRO 74: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – PIRATININGA	137
QUADRO 75: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – PIRATININGA	138
QUADRO 76: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – PIRATININGA	138
QUADRO 77: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – PIRATININGA	138
QUADRO 78: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS – PIRATININGA.....	139

QUADRO 79: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL – PIRATININGA.....	139
QUADRO 80: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL – PIRATININGA .	140
QUADRO 81: PRESENÇA DE RUBRICAS – PIRATININGA	141
QUADRO 82: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – PIRATININGA.....	141
QUADRO 83: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – ELETRONUCLEAR	143
QUADRO 84: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – ELETRONUCLEAR.....	144
QUADRO 85: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – ELETRONUCLEAR.....	144
QUADRO 86: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – ELETRONUCLEAR.....	145
QUADRO 87: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS – ELETRONUCLEAR	145
QUADRO 88: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL – ELETRONUCLEAR	146
QUADRO 89: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL – ELETRONUCLEAR.....	146
QUADRO 90: PRESENÇA DE RUBRICAS – ELETRONUCLEAR	147
QUADRO 91: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – ELETRONUCLEAR	148
QUADRO 92: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – COPEL.....	149
QUADRO 93: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – COPEL	150
QUADRO 94: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – COPEL	150
QUADRO 95: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – COPEL	151
QUADRO 96: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS – COPEL.....	152
QUADRO 97: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL – COPEL.....	152
QUADRO 98: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL – COPEL.....	153
QUADRO 99: PRESENÇA DE RUBRICAS – COPEL	154
QUADRO 100: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – COPEL.....	155
QUADRO 101: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – FURNAS.....	156
QUADRO 102: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – FURNAS	158
QUADRO 103: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – FURNAS	158
QUADRO 104: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – FURNAS	159
QUADRO 105: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS – FURNAS.....	159
QUADRO 106: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL – FURNAS.....	160
QUADRO 107: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL – FURNAS	160
QUADRO 108: PRESENÇA DE RUBRICAS – FURNAS	161
QUADRO 109: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – FURNAS.....	162
QUADRO 110: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – CELPE	163
QUADRO 111: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – CELPE.....	164
QUADRO 112: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – CELPE.....	164
QUADRO 113: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – CELPE.....	165
QUADRO 114: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS – CELPE	165
QUADRO 115: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL – CELPE	165
QUADRO 116: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL – CELPE.....	166
QUADRO 117: PRESENÇA DE RUBRICAS – CELPE.....	167

QUADRO 118: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – CELPE	168
QUADRO 119: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – COELBA	169
QUADRO 120: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – COELBA	170
QUADRO 121: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – COELBA	170
QUADRO 122: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – COELBA	171
QUADRO 123: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS – COELBA	171
QUADRO 124: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL – COELBA	172
QUADRO 125: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL – COELBA	172
QUADRO 126: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – COELBA	173
QUADRO 127: GRAU DE ABRANGÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – CPFL	175
QUADRO 128: PRESENÇA DE PARÂMETROS COMPARATIVOS – CPFL	176
QUADRO 129: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS INTERNOS – CPFL	176
QUADRO 130: PRESENÇA DE INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS – CPFL	176
QUADRO 131: PRESENÇA DE INDICADORES AMBIENTAIS – CPFL	177
QUADRO 132: PRESENÇA DE INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL – CPFL	177
QUADRO 133: PRESENÇA DE INFORMAÇÕES SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL – CPFL	178
QUADRO 134: PRESENÇA DE RUBRICAS – CPFL	179
QUADRO 135: ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NA CONFECÇÃO DO BS – CPFL	179
QUADRO 136: RESUMO DO GRAU DE COMPARABILIDADE	183
QUADRO 137: QUANTIDADE DE INFORMAÇÕES NEGATIVAS	186
QUADRO 138: MODELO IBASE – QUADRO COMPARATIVO DOS AJUSTES EFETUADOS	187
QUADRO 139: QUADRO COMPARATIVO DO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA	189
QUADRO 140: COMPOSIÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA	197

Lista de figuras:

FIGURA 1: SISTEMA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	39
FIGURA 2: BALANÇO SOCIAL – MODELO IBASE	57
FIGURA 2: BALANÇO SOCIAL – MODELO IBASE (CONT.)	58
FIGURA 3: MODELO DE DVA – DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO	63

Lista de siglas e abreviaturas:

ABRADEE	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
ACCA	Chartered Certified Accountants
ADCE/Brasil	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional de Petróleo
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BSD	Business Meets Social Development
CE	Comissão Européia
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CEAL	Companhia Energética de Alagoas
CEAM	Companhia Energética do Amazonas
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEEE	Comissão Estadual de Energia Elétrica
CEEMA	Centro de Estudos em Economia e Meio Ambiente
CELB	Companhia Energética da Borborema
CELG	Companhia Energética de Goiás
CELPA	Centrais Elétricas do Pará S/A
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
CELTINS	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CEMAT	Centrais Elétricas Matogrossenses S/A
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais (1952)
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CENF	Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CEPISA	Companhia Energética do Piauí
CERES	Coalizão para Economias Ambientais Responsáveis
CERJ	Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro
CERON	Centrais Elétricas de Rondônia S/A
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CFLCL	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina
CFLO	Companhia Força e Luz do Oeste
CGSE	Câmara de Gestão do Setor Elétrico
CGTEE	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CHESP	Companhia Hidroelétrica São Patrício
CJE	Companhia Jaguarí de Energia
CLFM	Companhia Luz e Força de Mococa

CLFSC	Companhia Luz e Força Santa Cruz
CMM	International Council on Mining and Metals
CNEE	Companhia Nacional de Energia Elétrica
COCEL	Companhia Campolarguense de Energia
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COELCE	Companhia Energética do Ceará
COOPERALIANCA	Cooperativa Aliança
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COSERN	Companhia Energética do Rio Grande do Norte
CPEE	Companhia Paulista de Energia Elétrica
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CSPE	Companhia Sul Paulista de Energia
CSR	Congressional Research Service
CVM	Comissão de Valores Imobiliários
DEMEI	Departamento Municipal de Energia de Ijuí
DIS	Demonstração do Impacto Social
DME-PC	Departamento Municipal de Eletricidade de Poço de Caldas
DTI	Department of Trade and Industry
DVA	Demonstração de Valor Adicionado
EATE	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A
ECTE	Empresa Catarinense e de Transmissão de Energia S/A
EEB	Empresa Elétrica Bragantina S/A
EEVP	Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A
EFLUL	Empresa Força e Luz Urussanga Ltda
ELETROACRE	Companhia de Eletricidade do Acre
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras
ELETROCAR	Centrais Elétricas de Carazinho S/A
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
ELETRONUCLEAR	Eletrobrás Termonuclear S/A
ELETROSUL	Centrais Elétricas do Sul do País
EMAE	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A
ENERGIPE	Empresa Energética de Sergipe S/A
ENERSUL	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A
ESCELSA	Espírito Santo Centrais Elétricas S/A
ETEP	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S/A
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIDES	Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FPB	Folha de Pagamento Bruto
GCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica
GRI	Global Reporting Initiative

IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
ILUMINA	Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico
LIGHTPAR	Light Participações S/A
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica
MMC	Muxfeldt, Marin & Cia Ltda.
ONGS	Organizações Não Governamentais
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Programa Nacional de Desestatização
PROCON	Órgão de Defesa do Consumidor
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RGR	Reserva Global de Reversão
RL	Receita Líquida
RO	Resultado Operacional
SAELPA	Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
SULGIPE	Companhia Sul Sergipana de Eletricidade
TBL	Triple Bottom Line
TSN	Transmissora Sudeste Nordeste
UNEP	Programa Ambiental das Ações Unidas
USP	Universidade São Paulo

Sumário:

1.	INTRODUÇÃO.....	18
1.1.	O PROBLEMA.....	19
1.2.	OBJETIVO GERAL	19
1.3.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
1.4.	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	21
1.5.	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	21
1.6.	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	23
2.	SOCIEDADE E INFORMAÇÃO	26
2.1.	A INFORMAÇÃO NOS ATUAIS PROCESSOS DE GESTÃO	26
2.1.1.	<i>O declínio do modelo fordista.....</i>	<i>26</i>
2.1.2.	<i>Um novo desenho de comportamento social.....</i>	<i>29</i>
2.1.3.	<i>O fortalecimento da sociedade civil.....</i>	<i>30</i>
2.2.	PRINCIPAIS CONCEITOS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.....	32
2.2.1.	<i>Responsabilidade Social</i>	<i>32</i>
2.2.2.	<i>Governança corporativa</i>	<i>37</i>
2.3.	A GESTÃO DA COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS	40
3.	O BALANÇO SOCIAL NAS EMPRESAS.....	43
3.1.	UM BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DA CONTABILIDADE	43
3.2.	O SURGIMENTO DO BALANÇO SOCIAL	45
3.3.	ANÁLISE DOS CONCEITOS SOBRE BALANÇO SOCIAL	47
3.4.	PRÁTICA ATUAL DO BALANÇO SOCIAL	53
3.5.	ANÁLISE DOS MODELOS DE BALANÇO SOCIAL: IBASE, DVA E GRI.....	56
3.5.1.	<i>Modelo Ibase.....</i>	<i>56</i>
3.5.2.	<i>Demonstração do valor Adicionado – DVA.....</i>	<i>61</i>
3.5.3.	<i>Modelo GRI.....</i>	<i>64</i>
4.	SETOR ELÉTRICO – HISTÓRICO	68
4.1.	MUDANÇAS OCORRIDAS EM OUTROS PAÍSES	69
4.2.	MUDANÇAS OCORRIDAS NO BRASIL	70
4.3.	HISTÓRICO DA ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL.....	70
4.4.	COMO OCORRERAM AS MUDANÇAS NO SETOR	73
4.4.1.	<i>Definições segundo o Decreto 2.655/98.....</i>	<i>79</i>
4.5.	ASPECTOS SOCIAIS DO SETOR ELÉTRICO	80

5.	METODOLOGIA	84
5.1.	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	84
5.2.	DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO E DA AMOSTRA	85
5.3.	COLETA DE DADOS.....	86
5.4.	TRATAMENTO DOS DADOS	86
5.5.	LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	94
6.	ESTUDO COMPARATIVO DOS BALANÇOS SOCIAIS NO SETOR ELÉTRICO	
	BRASILEIRO.....	95
6.1.	ANÁLISES DOS BALANÇOS SOCIAIS RECEBIDOS	95
6.1.1.	<i>Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE</i>	96
6.1.2.	<i>Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A – EMAE</i>	102
6.1.3.	<i>Companhia Energética de Alagoas – CEAL</i>	107
6.1.4.	<i>Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF</i>	113
6.1.5.	<i>Light Serviços de Eletricidade S/A – LIGHT</i>	120
6.1.6.	<i>Companhia Energética de Brasília – CEB</i>	126
6.1.7.	<i>Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – ESCELSA</i>	131
6.1.8.	<i>Companhia Piratininga de Força e Luz – PIRATININGA</i>	136
6.1.9.	<i>Eletrobrás Termonuclear S/A – ELETRONUCLEAR</i>	142
6.1.10.	<i>Companhia Paranaense de Energia – COPEL</i>	149
6.1.11.	<i>Centrais Elétricas S/A – FURNAS</i>	156
6.1.12.	<i>Companhia Energética de Pernambuco – CELPE</i>	163
6.1.13.	<i>Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA</i>	169
6.1.14.	<i>Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL</i>	174
7.	CONCLUSÕES	182
7.1.	ABRANGÊNCIA.....	182
7.2.	VIÉS PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS.....	185
7.3.	COMPARABILIDADE	186
7.4.	TRANSPARÊNCIA.....	188
8.	REFERÊNCIAS.....	191
9.	ANEXOS:.....	197
9.1.	COMPOSIÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA.....	197
9.2.	GRI – MODELO RESUMIDO DA BSD BRASIL.....	200

1. INTRODUÇÃO

Mais de vinte anos depois das primeiras empresas começarem a esboçar uma preocupação no que tange aos aspectos sociais e motivadas nos últimos dez anos pelo surgimento da ação comandada pelo sociólogo Herbert de Souza – o Betinho, as discussões sobre as formas como informações sociais e ambientais devem ser apresentadas à sociedade tornam-se cada vez mais acirradas nos diversos campos de pesquisa científica.

Em paralelo, nos últimos quinze anos, o setor elétrico foi reorganizado a partir do Programa Nacional de Desestatização – PND, onde empresas privadas e públicas passaram a atuar no fornecimento e distribuição de energia elétrica.

Com a reforma do Estado, diversos setores passam a ser regulados pelo Estado, através de agências reguladoras, tais como: ANATEL, ANTT, ANS, ANP e ANVISA. No campo da energia elétrica a Agência nacional de energia Elétrica – ANEEL – passa a responder pela regulação.

O setor elétrico torna obrigatória a confecção e publicação do balanço social neste segmento de mercado. Por entender que energia elétrica é um dos fatores primordiais para o desenvolvimento sustentável do país, a ANEEL cria tal obrigatoriedade através da Resolução Normativa nº. 444 (ANEEL, 2005b) e passa a divulgar os balanços sociais em seu *site*, na seção referente ao assunto responsabilidade social.

As empresas do setor elétrico passam a ser obrigadas a enviar para a ANEEL seus balanços sociais, e esta agência, através de seu *site*, fornece publicidade a estes demonstrativos. O *site* apresenta uma lista com todas as empresas do setor, dentro do *link* de responsabilidade social, onde podem ser localizados os relatórios confeccionados nos anos anteriores por cada uma delas.

Como a legislação torna obrigatória sua confecção e orienta para o uso do modelo desenvolvido pelo instituto criado por Herbert de Souza, o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – as informações deveriam então chegar de maneira transparente e serem facilmente comparadas pela sociedade. Porém não é isso que ocorre.

1.1. O PROBLEMA

Segundo, Lakatos e Marconi (2002, p. 26), a definição do problema “é um processo contínuo de pensar reflexivo, cuja formulação requer conhecimentos prévios do assunto (materiais informativos), ao lado de uma imaginação criadora”.

A formulação do problema também considerou aspectos citados por Lakatos e Marconi (2002) como sua viabilidade para ser resolvido, sua relevância em trazer novos conhecimentos, a novidade do tema na pesquisa científica, a exequibilidade de suas conclusões e a oportunidade, tanto acadêmica quanto do pesquisador para o desenvolvimento do estudo.

Deste modo, chegou-se ao seguinte problema:

As empresas do setor elétrico brasileiro estão divulgando adequadamente, através dos balanços sociais, informações que permitam à sociedade estabelecer o grau de responsabilidade social corporativa?

1.2. OBJETIVO GERAL

Segundo Roesch (1996), o objetivo geral define o propósito do trabalho, sendo também responsáveis pela orientação da revisão da literatura e da metodologia do projeto.

Em complemento, Lakatos e Marconi (2002, p. 24) afirmam que “toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende

alcançar”. As autoras consideram que a partir da definição do problema, a formulação do objetivo torna o problema explícito, aumentando o conhecimento sobre determinado assunto.

Para buscar esta resposta, o estudo definiu como objetivo principal:

- *Analisar a qualidade dos balanços sociais no setor elétrico brasileiro.*

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conforme abordado por Roesch (1996, p. 90), “os objetivos específicos operacionalizam – especificam o modo como se pretende atingir um objetivo geral”. Os objetivos específicos podem ser associados às etapas do trabalho.

Esta pesquisa utilizou as hipóteses formuladas por Siqueira (2003) que considera que os balanços sociais, como instrumentos de mensuração e evidenciação, falham na externalização dos verdadeiros impactos das organizações. Por isso a preocupação desse trabalho recai nas informações ampliadas, ou seja, naquelas que além do mínimo estabelecido pela legislação, contenham informações adicionais de caráter social. Considera-se que o verdadeiro foco dessas informações ampliadas seria o de informar à sociedade, como a empresa está desempenhando seu papel nos assuntos inerentes a seus aspectos sociais e ambientais. Assim este trabalho tem como objetivos específicos:

Para se alcançar o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram definidos:

- 1) *verificar o grau de abrangência dos relatórios;*
- 2) *verificar se há existência de um viés para potencialização de resultados;*
- 3) *averiguar o grau de comparabilidade entre os balanços sociais apresentados;*
- 4) *aferir o nível de transparência das informações sociais apresentadas.*

1.4. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Segundo Vergara (2000), a delimitação do estudo refere-se à moldura que o autor coloca em seu estudo. Já que a realidade é extremamente complexa, por um lado, e histórica por outro, não se pode analisá-la em seu todo; logo, cuidando apenas de parte dessa realidade (VERGARA, 2000, p. 30).

Em consonância com Lakatos e Marconi (2002, p. 29) que consideram que “delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação” e que estes limites podem ser definidos em relação ao assunto, à extensão do fato e a uma série de fatores; esta pesquisa optou por estabelecer seu recorte a partir da definição da extensão e do âmbito de abordagem como o fato ocorre.

O estudo limitou-se ao setor elétrico brasileiro, por ter este uma obrigatoriedade legal em relação à publicação do balanço social.

O estudo limitou-se também às empresas que estão presentes no *site* da ANEEL, considerando que sob estas recai a obrigatoriedade segunda a legislação brasileira. Foram desconsideradas as possibilidades de existência de empresas que não estejam listadas neste *site*.

Foram recebidos 27 relatórios, dentre os quais 13 não apresentavam informações sociais adicionais – que são objeto deste estudo - para a análise, sendo semelhantes, ou iguais, àqueles publicados no *site*. A pesquisa trabalhou com as 14 empresas que enviaram suas informações ampliadas.

1.5. RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O processo de realização das demonstrações contábeis nas empresas modernas passa por um período de transição já que começam a acompanhar a tendência mundial de

valorização das informações sociais. Não se trata de uma substituição das informações econômico-financeiras, mas sim, da adaptação a uma nova realidade que exige transparência também nas informações sociais.

A ampliação na parcela de mercado (*market share*), aliado ao aumento do lucro, continua sendo o principal objetivo das empresas. O que se modificou no formato dos negócios foi o reconhecimento que, em uma sociedade participativa onde o cliente – indivíduo ou empresa - torna-se cada vez mais crítico e seletivo. Começa a surgir então na organização empresarial a gestão de ações direcionadas à preservação do meio ambiente, satisfação dos funcionários, retenção de talentos e conhecimentos técnicos, valorização de atuações locais que estimulem o crescimento das comunidades onde a empresa está inserida e às questões que envolvam saúde, educação, cultura e projetos sociais.

A forma de lidar com a gestão dos aspectos sociais aparece como o primeiro desafio a ser ultrapassado. Confrontam-se no mercado instituições em diferentes graus de evolução sobre o tema. Há desde aquelas que consideram que ao pagar sua carga tributária já estão quites com seus deveres sociais, pois estes deveriam ser exercidos pelo Estado, até as que afirmam que realizam tais ações reconhecendo suas responsabilidades frente ao desenvolvimento coletivo das comunidades existentes no seu entorno e o reflexo destas na sua imagem institucional.

Neste contexto surge a figura do Balaço Social que tem como objetivo ser um instrumento de avaliação da responsabilidade social das empresas. A importância do balanço social é reconhecida de tal forma que em países como França, Bélgica e Portugal sua confecção já é obrigatória.

No Brasil, a confecção dos Balanços Sociais está cada vez mais comum nas empresas de médio e grande porte, contudo, melhorias neste instrumento ainda são vistas como necessárias.

Projetos para tornar obrigatória a confecção do balanço social estão em análise no poder legislativo. Percebe-se ações de incentivo à publicações de relatórios sociais nas esferas estaduais, municipais e mesmo funcionais, como os recentes pronunciamentos da classe contábil.

As discussões sobre balanço social como instrumento de responsabilidade social têm feito parte dos estudos acadêmicos mais recentes. Porém, ainda carece de um maior volume de estudos sobre balanços sociais. Espera-se que este trabalho venha auxiliar no preenchimento desta lacuna.

1.6. ESTRUTURA DO TRABALHO

Para Lakatos e Marconi (2002, p. 231) a dissertação, “como estudo teórico, de natureza reflexiva, requer sistematização, ordenação e interpretação dos dados. Por ser um estudo formal, exige metodologia própria do trabalho científico”.

Diante disto, esta pesquisa foi estruturada sob um referencial teórico que analisou a forma como a informação é valorizada na sociedade atual, como as informações sociais são vistas no campo teórico e ambientou a pesquisa com a descrição histórica do desenvolvimento do setor elétrico. Em seguida, analisou-se os balanços sociais das empresas que encaminharam seus relatórios.

Para desenvolver este estudo, a exploração teórica do problema sobre a importância da informação na sociedade apresenta as mudanças ocorridas nas sociedades em todo o mundo, com destaque para o incremento da sociedade da informação, produzindo mais

informações em tempos cada vez menores. E por fim são revistos os conceitos de Responsabilidade Social.

O campo teórico que aborda o balanço social nas empresas modernas inicia-se demonstrando a origem da contabilidade e do balanço social e sua evolução no Brasil. São apresentadas várias definições sobre o tema e explicados alguns dos modelos mais significativos: o Ibase, a Demonstração de Valor Adicionado - DVA e o *Global Reporting Initiative* – GRI.

Já a abordagem teórica sobre o setor elétrico, apresenta um histórico deste setor no Brasil, com ênfase no processo de reestruturação, fato que aconteceu também em vários países do mundo. Posteriormente é apresentado o cenário atual e as principais funções de todos os atores envolvidos. Por fim, são citados os aspectos sociais que cercam o setor e parte da legislação representada pela Constituição Federal, Decretos e pelas Resoluções da ANEEL.

No capítulo sobre metodologia, inicialmente caracteriza-se a pesquisa sobre seu campo de atuação. Em seguida, o universo e amostras são delimitados, esclarecendo que apenas 14 empresas do setor elétrico brasileiro foram consideradas na análise de seus relatórios. Na seqüência, é apresentada a forma como os dados foram coletados e o tratamento que estes receberam. Finalizando o capítulo, são expostos os limites que balizaram o desenvolvimento da pesquisa.

A análise é feita apenas para as 14 empresas que apresentaram seus demonstrativos sociais, segundo os parâmetros definidos para fins nesta pesquisa. Sob a ótica do trabalho de Siqueira (2003), o estudo considera quatro linhas pelas quais os Balanços Sociais devem ser analisados:

- O grau de abrangência dos relatórios sociais;
- Se existem vieses de potencialização de resultados;

- Se existem condições de comparabilidade entre os balanços sociais apresentados; e
- Se as informações apresentadas nos relatórios são transparentes para a sociedade.

O capítulo referente à conclusão encerra a pesquisa fazendo um resumo sobre os assuntos abordados no decorrer do trabalho e o resultado da aplicação do modelo sobre os dados recebidos.

A forma de apresentação do balanço social – aspectos conceituais, pontos de relevância e padronização, entre outros – é uma questão que continua em discussão. O fato de inexistir consenso e não ter sido a matéria normatizada faz com que o instrumento seja compreendido e explicitado de formas distintas pelos gestores.

2. SOCIEDADE E INFORMAÇÃO

Balanco social é um tema relativamente recente, tanto no campo acadêmico quanto no empresarial, e que demonstra uma diversidade de opiniões quanto à sua forma e conteúdo. Com o intuito de ambientar a exploração do tema, esta pesquisa optou por iniciar com uma abordagem das mudanças que ocorreram no formato dos negócios nos últimos anos, que levaram à valorização dos aspectos sociais nas empresas, e dos conceitos de responsabilidade social e governança corporativa, que fundamentam o entendimento sobre o balanço social. Uma vez que o balanço social visa a divulgação de informações sociais e institucionais, este capítulo finaliza com uma abordagem sobre a importância da gestão da comunicação, focada nos objetivos institucionais e que valorize a difusão das informações de cunho social.

2.1. A INFORMAÇÃO NOS ATUAIS PROCESSOS DE GESTÃO

Para Castells “é a conexão histórica entre a base de informação / conhecimentos da economia, seu alcance global e a Revolução da Tecnologia da Informação que cria um novo sistema econômico distinto” (CASTELLS, 1999, p. 87).

O final do século passado e o início deste caracterizaram-se pela valorização da produção da informação e a ampliação da sua distribuição. Empresas que aspiram manter-se no mercado inserem em seus processos a gestão de ações que de fato sejam reconhecidas como importantes pela sociedade.

2.1.1. O DECLÍNIO DO MODELO FORDISTA

Segundo Buarque (2002, p. 15–16), até a década de 70 o modelo de crescimento econômico definido como fordismo parecia solidificado com base na tríade da abundância de recursos naturais e energéticos, no aumento da produtividade do trabalho e na presença do

Estado de bem-estar social ou Estado desenvolvimentista. O fordismo se caracterizou pelo aumento do consumo, pela ampliação dos mercados e pela demanda por produtos industrializados – a chamada sociedade de consumo. Isto foi possível graças ao superávit da produção ocasionado pelo aumento da produtividade do trabalho que se transformou em salários e em poupanças públicas que regularam os ciclos econômicos.

Para Cocco, Urani e Galvão (1999, p. 23-24), o modelo fordista garantiu aos assalariados a participação nos ganhos de produtividade enquanto que a cidadania foi garantida por sua inserção como trabalhador formal nos benefícios assegurados pelo Estado como previdência, saúde e seguro-desemprego. Nesta configuração, a dimensão produtiva está isolada da dimensão cidadã do indivíduo e se confronta com a tendência pós-fordista que demonstrará, segundo os autores, o crescimento do “significado público assumido pelas relações sociais de produção”.

Buarque (2002, p. 16–17) relata que o fordismo começa a entrar em declínio principalmente com a crise do petróleo que gera o “estancamento do ritmo de crescimento da produtividade do trabalho, em grande parte como consequência da rigidez dos sistemas de regulação e da deterioração financeira do Estado de Bem-Estar Social”. A desorganização e falência das centralizações, das promoções à industrialização e do modelo de substituição das importações, aceleram o endividamento público, fazendo emergir um novo paradigma.

Essa transição para um novo paradigma de desenvolvimento não só demanda novas concepções e percepções como torna viáveis novas propostas de organização da economia e da sociedade que, no passado recente, não passavam de utopias. As novas tecnologias promovem uma significativa economia do conteúdo de energia e recursos naturais no produto das economias modernas, incluindo processos de reciclagem e reprocessamento de recursos naturais, ao mesmo tempo que elevam o peso relativo da tecnologia, das informações e do conhecimento no valor agregado dos produtos e a importância da qualidade dos recursos humanos e da educação na competitividade. Por outro lado, a mudança da estrutura produtiva, com a criação de novos produtos e serviços, especialmente as atividades terciárias e quaternárias, permite reduzir o impacto ambiental e as pressões do processo sobre os ecossistemas. (BUARQUE, 2002, p. 17–18)

Segundo Urani, Cocco e Galvão (1999, p. 21-27), nas transformações sofridas no modelo fordista, destacam-se três eixos de conceituação:

- a relação entre a produção e o território – ou seja, a referência da organização produtiva anteriormente encontrada na unidade fabril passa a ser o local físico onde ela esta situada, ganhando assim “uma conotação pública inexistente anteriormente” (URANI, COCCO e GALVÃO, 1999, p. 23).
- a relação entre a produção e cidadania – nesse aspecto é inserida a relação que no momento em que uma pessoa começa a trabalhar em uma empresa ela estará automaticamente envolvida em seu contexto econômico e social. “Devido a esta inserção fica assegurado ao trabalhador, benefícios do Estado fordista, tais como previdência, saúde e seguro-desemprego” (URANI, COCCO e GALVÃO, 1999, p. 23).
- a relação entre os atores produtivos e a emergência do empresário político ou empresário coletivo – transforma o papel de líder do empresário, que ficará de fora da linha de produção, para um papel mais de ligação entre a produção e o mercado externo, ou seja, sua conotação passa a ser mais política.

Para Melo Neto e Froes (1999) uma nova ordem social começa a surgir em função da falência do Estado de Bem-Estar Social que é o principal provedor dos serviços sociais. “A falência do Estado e o apogeu do liberalismo, com a concepção do estado Mínimo, paralisou o Primeiro Setor, que é o próprio Estado” (MELO NETO e FROES, 1999, p. 2).

Os autores identificam como “nova ordem social” o surgimento do Terceiro Setor, com o advento de mudanças radicais nas relações até então estabelecidas entre o Estado, as empresas e a sociedade civil. Este movimento tem como características: o predomínio da ação comunitária; mudanças nas relações entre cidadão e governo; uma nova concepção sobre o Estado; a hegemonia dos interesses sociais; o surgimento de novas instituições sociais; aumento da influência das entidades comunitárias; abertura de novos canais de reivindicações sociais; e emergência de redes de solidariedade (MELO NETO e FROES, 1999, p. 2 e 3).

2.1.2. UM NOVO DESENHO DE COMPORTAMENTO SOCIAL

No final dos anos 70 é lançada a expressão sociedade da informação, onde “cada sociedade é uma sociedade de informação e cada organização é uma organização de informação, assim como cada organismo é um organismo de informação. A informação é necessária para organizar e fazer funcionar tudo” (BELL, 1979 apud MATELLART, 2002, p. 85–86).

Para Matellart (2002), a sociedade passa a valorizar o campo científico e a possibilidade que este fornece de antecipação dos fatos. Para o autor, a sociedade hoje se molda tecnologicamente nos planos cultural, psicológico, social e econômico. A valorização da informação pela sociedade e, conseqüentemente, pelas empresas, surge, segundo o autor, a partir da escolha de uma política de acesso. O dossiê das telecomunicações, em posse dos EUA, coloca em circulação o termo sociedade da informação e a *Communications Policy Research*, desenvolvida pelo Japão e as universidades americanas, passa a focar o mercado pelo prisma das ferramentas de auxílio à tomada de decisões.

Sua ótica [Communications Policy Research] é majoritariamente favorável a uma diminuição das regulamentações. Estas últimas sendo catalogadas como seqüelas de um debate, impregnado de ideologia e que remonta ao século XIX, sobre a distinção entre propriedade privada e propriedade social (MATELLART, 2002, p. 117).

As formas de consumo passam a ser referências para análise das mudanças que ocorrem na sociedade e, conseqüentemente, tornam-se parâmetro para a gestão das empresas modernas. Bauman (1999) identifica a transformação da sociedade produtora em consumidora. Tanto a sociedade atual quanto a que antecedeu a esta produzem coisas para consumir. A principal diferença está na ênfase e nas prioridades, ou seja, na forma de perceber o ambiente, as indústrias, empresas e a forma como estas produzem (BAUMAN, 1999, p. 87-88).

Em contrapartida, Castells (1999) acrescenta que a produtividade é a fonte de riqueza das nações e que esta é induzida pela tecnologia organizacional e de gerenciamento. Porém, pela perspectiva dos agentes econômicos, a produtividade não é um objetivo em si. Empresas e nações não buscam tecnologias pela própria tecnologia ou aumentam a produtividade para melhorar a humanidade. Elas comportam-se conforme o contexto histórico e as regras do sistema econômico.

Assim, as empresas estarão motivadas não pela produtividade, e sim pela lucratividade, para a qual a produtividade e a tecnologia podem ser meios importantes, mas, com certeza, não os únicos. E as instituições políticas, moldadas por um conjunto maior de valores e interesses, estarão voltadas, na esfera econômica, para a maximização da competitividade de suas economias. A lucratividade e a competitividade são os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica e do crescimento da produtividade (CASTELLS, 1999, p. 100).

2.1.3. O FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

É nesta nova configuração social que as empresas engajam suas atividades visando o fortalecimento dos elos ideológicos da sociedade civil e tornando-se cada vez mais densas e articuladas com seus macro ambientes.

A fragmentação dos espaços e as mudanças na lógica social refletem-se também no Estado que começa a praticar a descentralização e a desconcentração dos poderes decisórios, como abordados por Buarque (2002, p. 41–45). O autor indica que a descentralização representa a “transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores [...] conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão” (Buarque, 2002, p. 43). Já na desconcentração, o autor afirma que a transferência de responsabilidades e poder político-institucional são menores e a distribuição da responsabilidade executiva de atividades ocorre sem a transferência da autoridade e autonomia. A descentralização pode se dar tanto na esfera Estado – Estado, onde a transferência ocorre dentro da esfera pública; como pode ser Estado – sociedade, onde a

sociedade passa a ter autonomia de decisão e execução e uma maior participação social nos processos decisórios.

O crescimento do poder da sociedade civil, para Buarque (2002), alcança as esferas do planejamento que pode se tornar mais participativo.

O planejamento representa uma forma de a sociedade exercer o poder sobre o seu futuro, rejeitando a resignação e partindo para iniciativas que definam o seu destino. Desse ponto de vista, é uma aposta no futuro e um instrumento de sua construção, principal matéria-prima do planejamento, que orienta e molda a vontade dos atores e as decisões coletivas. Parte do princípio de que o futuro pode ser construído pela sociedade, mas entende que essa construção tem raízes na história, no passado recente e na realidade atual, definidora dos limites do possível. Como um instrumento para fazer o seu destino, o planejamento é o espaço de construção da liberdade da sociedade dentro das circunstâncias, delimitando o terreno do possível para implementar as mudanças capazes de moldar a realidade futura. (BUARQUE, 2002, p. 81)

Para Buarque (2002, p.89-90), o planejamento participativo é o processo de tomada de decisão que envolve os atores sociais diretamente interessados e comprometidos, ou seja, com o ativo comprometimento da sociedade organizada com seus diversos interesses e visões de mundo. O planejamento participativo também amplia e democratiza os espaços de negociação na sociedade local, estimulando o envolvimento de todos os atores sociais e o confronto organizado e civilizado das visões e interesses diversificados.

Para Buarque (2002, p. 92-94), a sociedade civil se organiza da seguinte forma:

- Atores sociais – são grupos sociais e segmentos compostos por grupos relativamente homogêneos (posição na vida econômica e na vida sociocultural) e que constroem identidades, interesses e visões do mundo convergentes, visando influenciar os poderes decisórios.
- Estado – é a instância jurídica e política que resume o jogo de interesse e poder dos atores sociais. O Estado não é um ator, mas uma expressão de seus interesses e poderes diferenciados. Não é um ente autônomo e desvinculado da sociedade, nem tem vontade própria. Expressa a vontade dos atores, seus interesses e suas relações de poder.

- Formas de participação – é a forma como os atores sociais se organizam e se manifestam por meio de entidades, organizações, associações, lobbies e grupos de pressão. Dividem-se em três conjuntos:
 - corporativos – expressos em sindicatos, federações e associações profissionais e empresariais com solidariedade temática e interesses reivindicativos (disputa pela riqueza social);
 - comunitários – expressos em associações comunitárias centradas pelo território e interesses em projetos de infra-estrutura sociais (disputa pelos excedentes econômicos).
 - temáticos – expressos em movimentos sociais como meio ambiente e direitos civis que representam visões do mundo e propostas que vão além dos interesses dos grupos sociais e territoriais. Influenciam políticas e iniciativas governamentais em áreas específicas.
- Instâncias de participação – são os espaços públicos onde atores sociais participam e negociam seus interesses e sofrem as influências do Estado e das instituições públicas. Não constitui um ator, e sim um colegiado de atores em negociação.

2.2. PRINCIPAIS CONCEITOS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Nesse contexto de crescente participação da sociedade que passa a se organizar de formas diversas e do avanço da concorrência, as empresas começam a perceber a importância de desenvolverem estruturas que comportem ações de responsabilidade social, governança, *disclosure*, e *accountability*. É a partir destes conceitos que o entendimento sobre balanço social pode ser analisado.

2.2.1. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Segundo Bueno et al. (2002, p. 275), nos últimos anos, o neoliberalismo deixou de ser somente uma tendência e se tornou um fator importante para que um país tenha competitividade no mercado mundial, o que tem requerido reformas nos Estados, que revêem seus papéis e passam a abrir mão de responsabilidades que sempre assumiram.

Em um passado ainda pouco recente,

o Estado era a única entidade que prestava contas à sociedade, sobre a destinação dos gastos orçamentários; onde eram aplicados, em que proporção, qual o déficit orçamentário de determinado período. Os dados disponibilizados não eram, na maioria dos casos, inteligíveis para a maioria das pessoas que a eles tinham acesso, poucas por sinal, restringindo-se às esferas políticas e governamentais. Era a prestação de contas da Renda Nacional, primariamente conhecida como Contabilidade Social do Estado (ARAÚJO e FRANCO, 2002, p. 11).

Essas mudanças refletiram-se, então, na iniciativa privada. As empresas deixaram de ser organizadas de nível regional para uma escala planetária, e passaram a encontrar novas exigências, tais como uma maior competitividade (BUENO et al. 2002).

Já com a abertura do mercado, as empresas brasileiras tiveram que se adequar às exigências do mercado mundial, disputando mercado com produtos do mundo inteiro. “No momento em que o Estado se afasta de suas funções sociais, as empresas se vêem pressionadas a contribuir para o desenvolvimento dos diversos públicos ligados a elas” (BUENO et al. 2002, p. 275),

Dessa forma, “o Estado neoliberal busca influenciar menos nas questões econômicas e sociais, e a sociedade mobiliza-se em torno de causas sociais e das organizações civis. O consumidor torna-se mais exigente e tem mais consciência do seu poder de decisão e do poder de pressão que pode exercer sobre as empresas” (BICALHO et al. 2003, p. 356–357).

Nesse cenário de economia globalizada e intensa mobilização social em nível mundial, os empresários brasileiros estão começando a entender a importância de desenvolver planejamentos estratégicos que tenham como base valores éticos e considerem não somente a empresa, mas a sociedade na objetivação de resultados (KANITZ, 2000, p.19).

As empresas, hoje, têm seu valor no mercado diretamente afetado pela sua imagem. Um maior acesso a investimentos e melhoria na *performance* financeira é resultado

dentre outros fatores da valorização dessa imagem por meio da adoção de políticas e práticas de responsabilidade social (BUENO et al. 2002, p. 283).

O conceito de responsabilidade social pode ser definido como

a preocupação inteligente e objetiva com o bem-estar da sociedade, que restringe o comportamento individual e das empresas, impedindo-o de ter conseqüências últimas que sejam destrutivas, não importa quão lucrativo possa ser este comportamento em termos imediatos, e que faz com que a empresa contribua positivamente para o aperfeiçoamento humano, nos mais diversos sentidos em que este aperfeiçoamento possa ser definido (BUENO et al. 2002, p. 283).

Para Daft (apud SIQUEIRA, 2003, p. 38-39) o conceito de responsabilidade social pode ser entendido como uma “obrigação da gerência organizacional de decidir e empreender ações que melhorem o bem estar social e vá ao encontro dos interesses da sociedade, bem como da organização”.

Já Sauaya e Alli (2004, p. 8) definem responsabilidade social como uma busca permanente pelo aprimoramento das relações da empresa com todas as partes interessadas, com base numa postura ética e transparente.

Em entrevista concedida ao Ethos (2005a), Mattar – Presidente do Instituto Akatu – cita que a pesquisa Responsabilidade Social Empresarial: Um Retrato da Realidade Brasileira, realizada por seu Instituto, indica que de cada dez ações sociais praticadas pelas empresas, seis são voltadas para o cliente ou consumidor. Para Mattar, “isso evidencia que o consumidor brasileiro tem o poder de orientar as ações de responsabilidade social das empresas. Essa atitude é primordial para que as empresas possam melhorar seus serviços, tornando-se mais justas e socialmente responsáveis” (ETHOS, 2005a, p. 1).

Para Ashley, Mohr e Webb (apud PEREIRA e PINTO, 2004) o conceito não se encontra suficientemente consolidado, já que os estudos que envolvem esta área dão margem a várias interpretações. Percebe-se que os valores que fundamentam o tema podem ser classificados conforme as preocupações que envolvam toda a parte social da empresa, sua

postura ética nas atividades prestadas, a imagem que transmitem para todos os públicos com os quais se relaciona conseqüentemente sua reputação, a preocupação com seus funcionários e com o meio ambiente envolvido em seu processo de produção.

Também para Bicalho, “a responsabilidade social é um conceito em construção, e, a partir da adoção crescente de práticas sociais pelas organizações privadas, estão se solidificando comportamentos e definições sobre o assunto” (BICALHO et al. 2003, p. 394). De acordo com Costa Filho (2004, p. 253), esse conceito tem sido formado por expectativas que se criam em torno daquilo que se espera ser atribuição de uma organização, a despeito dos objetivos primários que nortearam seu surgimento. O mercado, a mídia e os *stakeholders* demandam ações e posturas condizentes com esses anseios.

As primeiras noções de responsabilidade social tiveram início na década de 50, nos Estados Unidos, e na década seguinte, na Europa. A partir dos anos 70 e 80, esse conceito ganha um amadurecimento quanto à sua operacionalização, cercado de debates sobre o dever das corporações em promover o desenvolvimento social e com uma forte conotação normativa. Nos anos 90, a responsabilidade social corporativa passa a incorporar cada vez mais o aspecto normativo e ganha uma maior participação de acadêmicos da área de ética dos negócios (BICALHO et al. 2003, p. 364).

Conceitos como empresa cidadã, investimento social privado, marketing social e filantropia empresarial estão sendo utilizados como maior freqüência na literatura corporativa e de negócios, levantando debates que envolvem o tema e despertando a atenção de outros segmentos da sociedade como a mídia, as instituições acadêmicas e os órgãos ligados ao governo. A responsabilidade social é pauta de discussão em várias organizações (BICALHO et al. 2003, p. 355).

Nesse novo cenário, as empresas passam a formar uma imagem positiva diante do chamado “consumidor cidadão”, tomando atitudes éticas como o cuidado, com o meio ambiente e a comunidade, por exemplo. Empresas que tomam atitudes não-éticas sofrem as

devidas conseqüências, chegando até mesmo a terem suas ações desvalorizadas na Bolsa de Valores (BUENO et al. 2002, p. 275).

Sendo assim, a tendência é que as empresas fiquem cada vez mais dependentes dos consumidores, dos cidadãos, dos empregados, dos fornecedores de produtos e serviços, dos funcionários públicos, dos profissionais dos meios de comunicação; da população em geral. Se souberem que as empresas investem na comunidade, respeitam o meio ambiente, não se envolvem em corrupção e são transparentes, cada vez mais essas pessoas irão avaliar suas ações com base nessas qualidades. “Quanto mais credibilidade a empresa transmite à sociedade, mais respeito e compromisso (no que diz respeito ao consumo de seus produtos/serviços) ela terá dessa sociedade” (RIZZI, 2002, p. 193).

Os autores Varela, Costa e Dolabella (1999, p. 289) afirmam que a atuação da empresa em questões sociais pode-se dar em quatro esferas:

- qualidade de vida (saúde, serviços de saneamento básico, meio ambiente, cultura, esporte, etc.);
- capacitação pessoal (colaboração com pessoas que têm deficiência física, psicológica ou técnica);
- convivência pessoal (busca de harmonia de interesses entre os diversos grupos sociais);
- sobrevivência (programas de prevenção e eliminação de fatores que colocam a vida em perigo).

Dessa forma, ao atuar em algumas dessas áreas, a empresa poderá ter associada a sua imagem à idéia de preocupação com a sociedade, de uma empresa que assumiu a sua parte na responsabilidade social, considerada hoje uma atitude indispensável para qualquer instituição ter sucesso. Entretanto, muitas entidades ainda não praticam a responsabilidade social, ou por falta de informações ou até mesmo por falta de interesse, possuindo uma

política fechada, não aberta às mudanças por que a sociedade vem passando (RIZZI, 2002, p. 193).

2.2.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas e ações que pregam o conceito de responsabilidade social estão diretamente relacionadas com o universo da governança corporativa, que fica difícil separá-las ou determinar o que deve ser priorizado, conforme relatara Monforte – Presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (ETHOS, 2005b). O resultado final encontrado junto às corporações foi a confirmação de que as empresas socialmente responsáveis têm as melhores práticas de governança corporativa. A governança corporativa pode ser definida como

o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para sua perenidade (IBGC, 2005, p. 6).

Segundo Lodi (2000), Governança Corporativa é um novo nome para o sistema de relacionamento entre as empresas. É liderada pelos Conselhos de Administração, que passaram a exercer um importante papel a fim de melhorar o ganho dos acionistas e arbitrar os conflitos existentes entre acionistas, administradores, auditores externos, minoritários, conselhos fiscais (no Brasil), e os *stakeholders* – grupo de interesses mais amplo e composto de empregados, fornecedores, clientes, cidadãos, credores, etc. de uma empresa (LODI, 2000, p. 9-10).

Para Tinoco (2001) o tema da responsabilidade social integra-se ao da governança corporativa estando assim relacionado com a gestão de empresas em situações cada vez mais

complexas, nas quais as questões ambientais e sociais são crescentemente valorizadas como importantes para o sucesso e a sustentabilidade dos negócios.

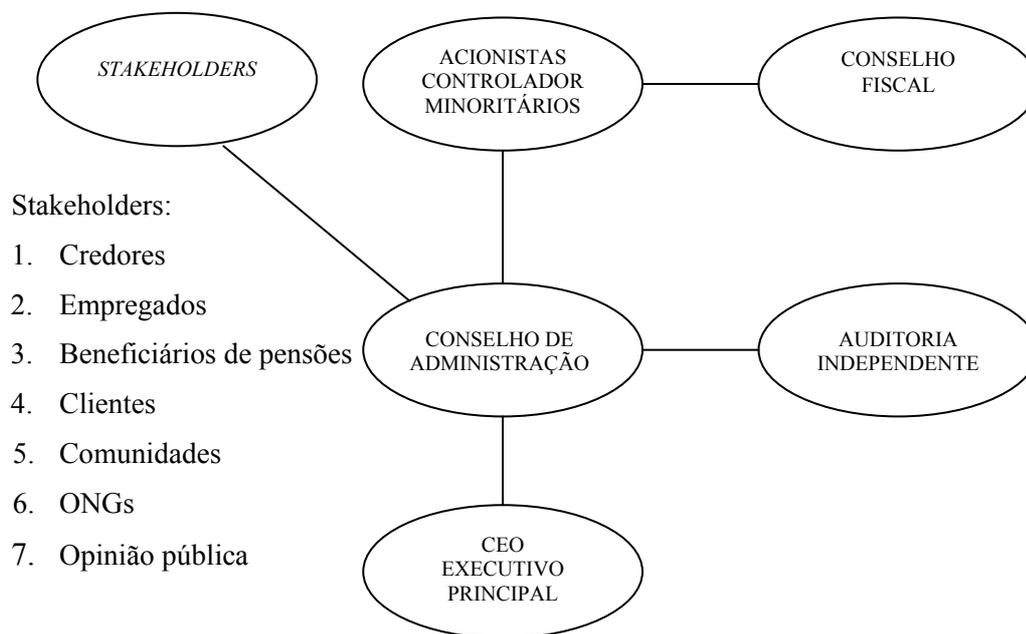
Lastres e Albagli (1999) consideram que a governança corporativa inicia-se com o “estabelecimento de práticas democráticas locais por meio da intervenção e participação de diferentes categorias de atores” (LASTRES e ALBAGLI, 1999, p. 71). Todos envolvidos no processo de decisão: Estado, empresas privadas, cidadãos e as organizações não-governamentais.

Guimarães e Martin (2001, p. 13–14) consideram que a governança corporativa “contém, por assim dizer, um pressuposto substantivo, qual seja, o de que a coordenação de um complexo de atividades, pública e/ou privadas, se constitui no modo mais fácil de assegurar a execução com eficiência”.

O Conselho de Administração está no centro das gestões da Governança Corporativa (LODI, 2000, p. 32). Há um mínimo de obrigações que justifica sua atuação. Entre as competências que deve cumprir estão a definição de estratégia, a eleição e a destituição do principal executivo, a escolha dos demais executivos, o acompanhamento da gestão, o monitoramento dos riscos, além de aprovar o código de conduta da organização e o seu próprio regimento interno. De acordo com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, a missão de seus membros é sempre decidir pelo melhor interesse da sociedade como um todo (IBGC, 2005, p. 19).

O IBGC “oficializou que a boa Governança assegura aos sócios: equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados (*accountability*) e obediência às leis do país (*compliance*)” (LODI, 2000, p. 24).

Figura 1: Sistema de Governança Corporativa



Fonte: Baseado em Lodi (2000, p. 25).

Lodi (2000, p. 16–17) afirma que países necessitados de capital precisam aceitar as normas de transparência contábil, probidade administrativa, prestação de contas, reformas econômicas e bancárias para atrair de novo os capitais que fugiram nos últimos anos devido à crise que assolou países como a Rússia, os Tigres Asiáticos e também o Brasil. Segundo ele, a resposta para esses problemas está na adoção dos Códigos de Melhores Práticas de Governança Corporativa. A adoção desses códigos pelos países que recebem investimentos internacionais seria um início de garantia de probidade, transparência e respeito às leis, para valorizar o retorno do investimento dos acionistas.

A governança corporativa, então, tem como pressuposto que todos participem do processo de tomada e implementação de decisões como co-responsáveis; a compreensão do processo de produção como resultado de parcerias intra e interorganizacionais; e a valorização das estruturas descentralizadas e participativas a fim de que estas integrem, implementem, acompanhem e/ou avaliem as tomadas de decisões (GUIMARÃES e MARTIN, 2001).

2.3. A GESTÃO DA COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS

Pimenta (2002) afirma que uma empresa pode ser vista como um organismo vivo, onde seu dinamismo comporta um processo que envolve planejamento, implementação, avaliação e redirecionamento de suas práticas. Sua organização garante a sobrevivência em um mercado altamente competitivo, adequação às inovações tecnológicas, transformações culturais e expansão que ampliam vendas e lucros. Para viabilizar a construção desse processo, a comunicação dentro das empresas executa um papel fundamental: “interliga os vários elementos (indivíduos, grupos, departamentos) organicamente e projeta a qualidade desse processo para o público externo da empresa” (PIMENTA, 2002, p. 58).

A comunicação é fundamental para que se estabeleçam as relações entre as pessoas e grupos humanos, relações comerciais, de trabalho ou afetivas. Machado Neto (1999) afirma que no ambiente empresarial brasileiro, a comunicação “aponta para intento da obtenção da boa vontade (*goodwill*) da opinião pública para com a organização” (MACHADO NETO, 1999 p. 1). Além disso, sua atuação reforça o aspecto do relacionamento, da troca efetiva entre instituições e sociedade, de compromisso social da instituição, e da redução da distância entre o discurso e a ação nas organizações (MACHADO NETO, 1999).

Bueno et al. (2002) considera estratégico o uso desta ferramenta para a definição da qualidade dos relacionamentos da empresa com os seus diversos públicos. É, na organização, a parte responsável por transformar a identidade da empresa em uma imagem institucional real para cada público. A comunicação funciona como ferramenta para uma empresa que adota a gestão social e deseja ser reconhecida como socialmente responsável. “A própria instabilidade do mercado no contexto em que a responsabilidade social das empresas evolui, gera mudanças constantes nas organizações, exigindo uma atuação cada vez maior das áreas de comunicação” (BUENO et al. 2002, p. 292–293).

Para Pimenta (2002), “a comunicação *dentro da empresa* contribui para a definição e concretização de metas e objetivos, além de possibilitar a integração e equilíbrio entre seus componentes” (PIMENTA, 2002, p. 58). É através desta ferramenta que a empresa interage com o ambiente sócio-político, cercado pelos valores da sociedade contemporânea; o econômico-industrial, que compreende os padrões de competição e as leis de mercado; e o microclima interno das organizações, que define normas e políticas das operações empresariais (PIMENTA, 2002, p. 58–59).

A função básica da comunicação na empresa é promover consentimento e aceitação. Uma vez bem estruturada, resulta na homogeneidade de linguagem; na harmonia e preservação dos códigos visuais e escritos; na racionalização dos processos administrativos e financeiros; numa melhor distribuição de tarefas e o melhor direcionamento da mensagem e seleção e veículos (TORQUATO apud PIMENTA, 2002, p. 59).

Hoje, as inovações dentro das empresas acontecem a partir da incorporação de conhecimento aos produtos, serviços e sistemas (PIMENTA, 2002, p. 94). As empresas japonesas têm grande parte do seu sucesso atribuído à geração de novas tecnologias e produtos e às habilidades técnicas que possibilitam a criação de conhecimento organizacional. Esta última pode ser traduzida como a capacidade que uma empresa tem de criar um conhecimento, disseminá-lo na organização e incorporá-lo ao produto. Para a criação de conhecimento, a comunicação é um fator estratégico. É importante que se estimule a interação entre a empresa e o ambiente externo. A organização teria, então, como principais funções, a criação de condições para desenvolver atividades em grupo e para acumular e criar novos conhecimentos.

O planejamento estratégico de comunicação é importante para evitar improvisações e possibilita uma avaliação mais precisa dos resultados. Para o pleno sucesso da implantação de qualquer projeto de comunicação, a direção da empresa tem que estar

envolvida, seguida da conscientização dos funcionários, para então, se dirigir aos demais públicos. De acordo com Bueno et al. (2002, p. 298), “a comunicação numa gestão social é de fundamental importância para o seu sucesso”. Assim, além de disseminar os valores, a comunicação pode fortalecê-los e torná-los claros e tangíveis a todos os seus públicos. Cabe à comunicação divulgar um conjunto de regras a serem seguidas para um melhor convívio social e disseminar os princípios que norteiam essas regras, sendo também fundamental para a conscientização da importância da solidariedade, a fim de que esse valor não seja unicamente da empresa, mas também do empregado.

A comunicação, atenta às novas questões propostas pelo cenário contemporâneo, pode alinhar a empresa às exigências do mercado, destacando a importância de projetos de responsabilidade social, seja pelo ganho de imagem, destaque entre os concorrentes, seja pela oportunidade de contribuir para a construção de uma sociedade melhor ou pela relação com seus funcionários (BICALHO et al. 2003, p. 389).

Segundo Iudícibus (1998, p.22), sendo a contabilidade a ciência mais apropriada para transformar dados em informações para os mais diversos usuários, esta assume a tarefa de estabelecer o papel das empresas diante de seus diversos públicos e *stakeholders*.

No campo das informações sociais, destaca-se a preocupação retratada pelo maior incentivador do balanço social, Herbert de Souza (2004), quanto a forma como tais informações devem ou não ser apresentadas à sociedade: “o balanço social não pode ser uma peça de marketing, mas uma demonstração responsável de investimentos sociais realizados pelas empresas” (SOUZA, 2004, p. 1), contudo, afirma o autor, em muitas empresas a confecção do balanço social está sob a responsabilidade do setor de marketing e não da contabilidade (Souza, 2004 p. 1).

3. O BALANÇO SOCIAL NAS EMPRESAS

Para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa empírica, torna-se necessário situar a confecção dos balanços sociais nas empresas modernas. Para isso, este capítulo descreve o processo histórico de divulgação das informações sociais pelas empresas, no Brasil e no exterior, e a evolução que este teve nos últimos anos, já que seu período de existência é curto. Em seguida descreve o estágio atual em que a confecção dos balanços sociais se encontra. Finalizando com uma análise crítica comparativa sobre os conceitos apresentados por diversos autores nesta área.

3.1. UM BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DA CONTABILIDADE

Antes de entrar no âmbito da importância da utilização do balanço social e de seu padrão, é importante explicitar a origem da contabilidade e como está se encontra diretamente ligada à difusão de informações de cunho estratégico para as empresas.

Tinoco (2001) afirma que os primeiros registros contábeis remontam a 4000 a.C., pois já nesta época conceitos como informação e conhecimento já eram tratados de forma privilegiada, e eram fornecidos àqueles que os utilizariam de forma comercial. Os primeiros usuários da contabilidade podem ser identificados como os proprietários de algum tipo de bem ou serviço daquela época. A primeira denominação desses usuários referiu-se às pessoas que detinham algo de valor, podendo ser, por exemplo, um pastor de gado que exerce entre as suas atividades diárias a contagem de cabeças em seu rebanho (Tinoco, 2001, p. 19 - 20).

A informação sempre foi o principal instrumento da contabilidade, uma vez que os resultados apresentados servem como base para as tomadas de decisões dos seus usuários. Sendo a contabilidade uma ferramenta de gestão capaz de subsidiar posicionamentos para que a empresa decida sobre qual o melhor caminho a seguir, nada melhor do que isso seja feito

com informações consistentes, que aumentem o grau de conhecimentos que subsidiem as entidades para um futuro mais promissor (Tinoco, 2001, p.19).

Após atender seu usuário principal, as informações passaram a ser importantes para outros usuários. O próximo a utilizá-las foram os credores, figura que surgiu como um investidor que fornecia recursos a empreendimentos e os adicionava ao capital próprio dos mesmos, visando um retorno maior quando comparado aos investimentos feitos por uma única pessoa. Assim, a contabilidade começa a funcionar como instrumento de informação gerencial sobre o dinheiro aplicado (Tinoco, 2001, p. 20).

Nesta arena, surge o interesse do governo em participar dos resultados dos investimentos. Com um foco diferenciado dos parceiros, o governo visa análises mais arbitrárias, que possibilitem delegação de obrigações para o proprietário e utilizam os resultados contábeis para definir novas regras de controle e auxiliar o trabalho com base em suas necessidades. O que é interessante neste caso é que o governo sai do papel de mero usuário para impor normas de conduta que obrigatoriamente devem ser seguidas pelos proprietários (Tinoco, 2001, p. 21).

Já para Hendriksen e Breda (1999, p. 39) a contabilidade floresceu através dos sistemas de escrituração de partidas dobradas que começaram a surgir no século XIII ao norte da Itália, tendo aparecido o primeiro sistema de escrituração na cidade de Gênova em 1340.

Martins (1991) considera que no século XV o trabalho de Pacioli destacou-se por apresentar a contabilidade de uma maneira sistêmica, adequando-a ao método conhecido como o de partidas dobradas. Ele colocou no papel o que aprendera com os mercadores de Veneza que de forma não-sistêmica já realizavam seus controles desta forma. Os mercadores de Veneza podem ser vistos como os empresários da época, que necessitavam de algum tipo de mecanismo de controle para identificar se o seu negócio era rentável ou não.

3.2. O SURGIMENTO DO BALANÇO SOCIAL

A partir da consolidação da contabilidade como instrumento de gestão, onde a informação possui um papel de destaque, o movimento de valorização social dos anos 50 traz para esta arena usuários com uma nova percepção das informações contábeis (Torres, 2004, p.1).

A consolidação da idéia de responsabilidade social se inicia nos anos 50 nos Estados Unidos e nos anos 60 na Europa e fez surgir a necessidade de divulgação das ações promovidas neste sentido. Em 1971, a companhia alemã Steag produziu uma espécie de relatório social de suas atividades sociais. Porém, o marco na história dos balanços aconteceu na França, em 1972 quando a empresa Singer formalizou o primeiro balanço social da história das empresas (Torres, 2004, p.1).

No Brasil, a influência dessa mudança de mentalidade empresarial já pode ser notada na Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, publicada em 1965, pela Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil ADCE/Brasil. Na década de 80, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social, FIDES, chegou a elaborar um modelo. Apenas a partir do início dos anos 90 é que algumas empresas passaram a levar a sério essa questão e a divulgar sistematicamente em balanços e relatórios sociais as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários (Torres, 2004, p.1).

O primeiro balanço social apresentado no Brasil foi o da estatal baiana Nitrofertil, em 1984, seguido pelo balanço social do sistema Telebrás. O do Banespa, realizado em 1992, completa a lista das empresas precursoras desse tipo de relatório no Brasil (Torres, 2004, p.1).

No Brasil, excetuando-se o setor elétrico, a publicação do balanço social pelas empresas não é obrigatória, ao contrário, por exemplo, da França, país onde desde 1997 todas

as empresas com mais de 300 empregados devem fazê-lo. No entanto, o projeto de Lei nº 32-99¹, apresentado no Congresso Nacional pelo Deputado Paulo Rocha, estabelece a obrigatoriedade da elaboração e publicação anual do balanço social pelas empresas privadas que possuam cem empregados ou mais, no ano anterior à sua elaboração, e pelas empresas públicas, independentemente do número de empregados (PEIXE, 2000, p. 66).

A partir de 1997, Herbert de Sousa, sociólogo brasileiro, passou a estimular empresas a participarem de uma gestão de responsabilidade social e a publicarem os resultados obtidos. Ele foi um grande impulsionador da divulgação do balanço social, dando maior ênfase na mídia a essa demonstração. Foi também criado, no Brasil, o Selo do balanço social, instituído pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em parceria com o jornal Gazeta Mercantil, com o propósito de motivar as empresas a publicarem o seu balanço social.

Mais tarde, com a expansão das atividades corporativas, novos usuários mostraram-se interessados em compreender o impacto social nas empresas. Entre os novos usuários desta informação destacam-se os clientes que buscam produtos das empresas cidadãs. Aparecem também os próprios empregados que estão cada vez mais preocupados e reivindicando melhores condições de trabalho, higiene, segurança, treinamentos, planos de cargos e melhorias salariais. Outro ator que passa a se destacar são os sindicatos preocupados em aprimorar os processos de negociação com a classe patronal e verificar ações sociais que envolvam melhores qualidades de bem estar aos seus associados. A sociedade também demonstra seu interesse pelas informações fornecidas com intuito de saber o que as empresas estão desenvolvendo, se estão afetando o meio ambiente, ou praticando abusos de qualquer natureza contra grupos sociais (ARAÚJO e FRANCO, 2002, p. 16-18).

¹ Que reapresentou o projeto das então deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, arquivado em 1998.

No Brasil, a única obrigação de caráter social existente é o informe da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, criada através do Decreto 76.900 (BRASIL, 1975), que obriga todas as empresas que atuam no país, a informar para o Ministério do Trabalho, a situação de todos os empregados que trabalharam nas empresas durante aquele ano. A RAIS deve ser considerada como um precursor do balanço social.

Para Cortez (2004), a maior preocupação, após alguns escândalos contábeis, tem sido a confiabilidade das informações contidas nos balanços, incluindo o social. Em sua opinião, a maioria é discursiva e enganosa, com maior brilho para o texto publicitário.

Em entrevista concedida ao Ethos (2005b), Gilberto Mifano – Superintendente da Bovespa – indica ficar claro que este cenário traz oportunidades e riscos que estão refletidos na disposição dos investidores de pagar mais por empresas que adotam as práticas de responsabilidade social, conjugadas com a governança corporativa, a melhoria da imagem e a sobrevivência no mercado a longo prazo.

De acordo com pesquisa apresentada por Miranda (2001, p. 7) a respeito das principais áreas beneficiadas pelas ações das empresas no Brasil (das 27 que apresentaram o balanço social no ano de 2000), verificou-se que 65% das empresas investem em meio ambiente, 62% em educação, 52% em saúde, 48% em assistência social e 41% em incentivo à cultura. E o percentual de empresas que investem nas demais áreas como habitação, alimentação, segurança, entretenimento e qualificação profissional, varia de 7% a 28%. A maioria das empresas não informa o valor destes investimentos.

3.3. ANÁLISE DOS CONCEITOS SOBRE BALANÇO SOCIAL

Para Trevisan, “não existe melhor instrumento para divulgar o que uma empresa vem fazendo em prol da comunidade do que o balanço social” (TREVISAN, 2000, p. 20). Já para Siqueira (2003 p. 159), a elaboração de um balanço social não deve ser realizada

somente por ser positiva para a empresa, mas sim, “porque a sociedade assim o deseja”. Já Rizzi (2002 p. 179) afirma que da mesma forma que o balanço patrimonial é um dos instrumentos da contabilidade financeira, o balanço social é a ferramenta de divulgação de informações da contabilidade social. Araújo e Franco (2002, p. 11) consideram que diferentemente da contabilidade financeira, preocupada em relatar os resultados da economia de uma maneira global, o balanço social enfoca o desempenho das entidades, tanto econômico quanto social, sobre seu relacionamento e interação com os agentes que a ela estão intrínseca (empregados) e extrinsecamente (comunidade) ligados.

Objetivando auxiliar a reportação aos diversos públicos de sua *performance* econômica, social e financeira, dentro de uma filosofia de transparência (*full disclosure*) e de responsabilidade pela prestação de contas (*accountability*), tem-se disponibilizado para a empresa o “instrumento” chamado “Balanço Social” ou “relatório social” com conceitos e práticas em processo de consolidação. O tema “Balanço Social” insere-se num campo de discussão de maior amplitude, que é o da responsabilidade social corporativa, e tem sido estudado pela contabilidade e outras ciências afins (COSTA FILHO, 2004, p. 248).

Por meio do balanço social é possível verificar a política de gestão de responsabilidade social adotada e suas implicações no processo produtivo empresarial, bem como analisar a saúde financeira da empresa, levando em consideração a tendência de sua linha de atuação social e ambiental. Assim, o balanço social proporciona à sociedade e aos investidores uma ferramenta para a avaliação das empresas (RIZZI, 2002, p. 182).

Para os trabalhadores, o balanço social oferece subsídios para negociações com a categoria patronal. Também divulga os benefícios ao quadro de funcionários e representam seu perfil (faixa etária, nível de absenteísmo, faixa salarial, etc.). Aos acionistas das empresas, o balanço aparece como ferramenta que contém informações contábeis e financeiras; além de registros de ações nas áreas social e ecológica, permitindo segurança para decisão de tomada de futuras decisões. Diretores e administradores têm nas mãos um instrumento de controle,

planejamento, tomada de decisão, identificação de tendências e oportunidades (ARAÚJO e FRANCO, 2002, p. 16–18).

Já os fornecedores, com o balanço social, têm um aumento da confiabilidade da empresa com a qual negociam, e os clientes, o conhecimento das políticas da entidade: ações sociais, relação com os funcionários, permitindo que se trace um perfil da empresa; é um instrumento informativo. À sociedade é permitida uma maior fiscalização das ações desenvolvidas pela entidade, e ao governo serve como ferramenta de apoio para o planejamento e a tomada de decisão governamental, podendo exercer o controle e incentivar as entidades. Estudiosos, concorrentes e sindicatos também vêem vantagens no estudo do balanço social das entidades. Os primeiros têm um banco de dados para melhor compreensão da realidade, os concorrentes podem fazer uma projeção do nível de competitividade e os últimos, a facilitação na negociação com a classe empresarial (ARAÚJO e FRANCO, 2002, p. 16–18).

Rizzi (2002) afirma que no balanço social devem estar contidas informações

acerca de benefícios sociais espontâneos referentes a atividades de cunho efetivamente social que não estão ligadas às atividades econômicas fim da empresa, como patrocínio de eventos filantrópicos, contratos de suporte a organizações não-governamentais (ONGs), contribuições e doações para entidades assistenciais, construção de creches para filhos dos funcionários, de centros de convivência, etc; enfim, inúmeras atividades de caráter eminentemente social, sem fins comerciais. Atualmente, há diversas empresas que atuam nessa área com um diferenciador do mercado (RIZZI, 2002, p. 180-181).

Segundo Rizzi (2002, p. 188), a responsabilidade social não constitui uma atividade distinta dos negócios da empresa, mas uma nova forma de gestão empresarial, que usa o balanço social como instrumento para demonstrar sua prática, e deve ser vista como uma iniciativa própria e não compulsória.

Para Vasconcelos (2003), o balanço social é apenas um instrumento de divulgação e não a causa primária da ação social. Para a autora, o que precede à ação social é a motivação

propiciada pela necessidade da promoção do bem-estar coletivo. Não é a publicação do balanço social que torna as empresas melhores na concepção da sociedade, mas, sim, suas ações no campo social. A idéia da prática de ações sociais passa necessariamente pela vertente econômica. Toda aplicação tem uma origem de recurso correspondente e o ideal é que seja uma origem decorrente da atividade econômica da empresa (VASCONCELOS, 2003, p. 56-58).

Para a contabilidade, a melhor maneira que as empresas têm para representar sua responsabilidade social é através do balanço social. Tinoco (2001) considera que este é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais e o desempenho das entidades junto a todos os públicos, inclusive os funcionários.

Sobre balanço social, de acordo com Teixeira (apud SOUZA, 2001, p. 14) este é “um instrumento colocado na mão de empresários para que possa refletir, medir e sentir como vai tal empresa e o seu empreendimento social”.

Em complemento, Sucupira (2004, p. 1) considera que o balanço social é “um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e a comunidade na qual está inserida”. Já para Arnosti (2000 p.5 - 6), esta atividade é dirigida para os empregados e para a comunidade, sem ênfase na promoção da imagem da empresa e sim no desempenho da entidade, tanto econômico quanto social.

Luca (1998, p. 23) por sua vez reconhece no Balanço Social “um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e, principalmente, avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade”.

Já para Vasconcelos (2003, p. 55) é “um instrumento positivo, que comunica à sociedade de que maneira as organizações participam da construção de sua realidade social e os reflexos das ações sociais sobre o status organizacional”. Já Torres (2004, p. 1), também considera que a empresa tem que tornar pública sua responsabilidade social, demonstrando com transparência o que vem realizando na área social, positivamente ou não.

Todas as considerações dos autores citados anteriormente, embora divirjam quanto ao conteúdo que deve estar presente no balanço social, concordam sobre sua importância quanto a ser um instrumento de evidência dos aspectos sociais da atividade organizacional.

Em contrapartida, autores como Milton Friedman e Henderson consideram que a principal função das empresas é gerar lucros e cumprir a lei.

Para Friedman (1984) o papel social da empresa deve se restringir a gerar empregos, pagar salários justos e manter seus impostos em dia. Com isso, ela contribui com o bem-estar público. Segundo Ashley (2002):

Friedman argumenta que a direção corporativa, como agente dos acionistas, não tem o direito de fazer nada que não atenda ao objetivo de maximização dos lucros, mantidos os limites da lei. O ponto central do argumento da função institucional está em que outras, como governo, igrejas, sindicatos e organizações sem fins lucrativos, existem para atuar sobre as funções necessárias ao cumprimento da responsabilidade social corporativa. Gerentes de grandes corporações não têm competência técnica, tempo ou mandato para tais atividades, que constituem uma tarifa sobre o lucro dos acionistas (Ashley, 2002, p. 21).

Bicalho afirma que o balanço social é utilizado como peça de promoção institucional, ao invés de ser um relatório que forneça possibilidade de análise comparativa. Segundo o autor, “em muitas empresas, principalmente nas de grande porte, o balanço social deixa de ser apenas um relatório de caráter técnico, passando a ser uma peça de comunicação, muitas vezes, de alto nível de sofisticação” (BICALHO et al. 2003, p. 393).

Já para David Henderson (apud THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40-41), os executivos estão sendo requisitados a atender as necessidades dos *stakeholders*, sendo bons cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e tendo que elevar o padrão ético. Esta situação é chamada de salvacionismo global e surge, segundo o autor, como uma ameaça intelectualista ao funcionamento do capitalismo.

Segundo ele [Henderson], a resposta das corporações às ameaças da sociedade são uma capitulação ante uma visão absurda de como a economia funciona e que tem gerado mais mal do que bem; por exemplo, aumentando custos e preços, favorecendo regulações burocratizadas, eliminando possibilidades de diferenciação, via padronização burra de processos, reduzindo as possibilidades de competição, até mesmo e principalmente nos países menos desenvolvidos, em face do mercado global. Em suma, a voga da responsabilização tem trazido mais infortúnios sociais do que o bem que apregoa. Esta é opinião fundamentada, e um alerta contra exageros. No entanto, o que as informações disponíveis hoje indicam, é que a resposta está em equilíbrio, no propósito, mais do que na esperança, de que a liberdade do mercado possa conviver com a minimização dos problemas trazidos pelo capitalismo (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40-41).

Para Iudícibus, a análise dos balanços sociais pela ótica dos Princípios Contábeis, gera nas empresas uma preocupação com suas ações sociais e, conseqüentemente, aumenta o interesse do consumidor em adquirir seus produtos ou serviços. Isto faz surgir a figura de um valor de difícil mensuração e que estaria em desacordo com o princípio do denominador comum, já que este não considera nenhuma relação que modifique sua estrutura. Considerando esta mudança, esta variável financeira não é facilmente mensurável (Iudícibus 1987, p. 57-58).

Seguindo o mesmo pensamento, que os consumidores estão cada vez mais escolhendo suas empresas fornecedoras de serviços e materiais por seu perfil socialmente responsável, quanto mais a empresa estiver engajada em ações sociais, mais os consumidores estariam dispostos a permanecer fiel a empresa. Pode-se dizer que o princípio da continuidade estaria sendo contemplado. Para Iudícibus seria uma conseqüência natural uma vez que, segundo sua ótica, o princípio do custo como base de valor já é uma seqüência natural do princípio da continuidade (Iudícibus, 1987, p.56).

3.4. PRÁTICA ATUAL DO BALANÇO SOCIAL

Um estudo recente sobre a criação de um modelo padronizado de balanço social foi apresentado por Siqueira (2003) em sua tese de doutorado. Neste modelo, foram criados indicadores para se medir a eficiência social das organizações.

O modelo denominado de Demonstração do Impacto Social foi criado após uma pesquisa realizada a partir de vários balanços sociais de empresas, onde é feita uma apreciação crítica dos mesmos. Sobre as deficiências diagnosticadas nos relatórios, o autor elabora sua proposta de modelo.

Para isto, foram utilizadas quatro hipóteses que nortearam todo o trabalho. Tais hipóteses surgem a partir da análise dos problemas por ele encontrados na confecção dos Balanços Sociais. São elas:

- Os relatórios têm uma abrangência limitada no tocante às questões sociais;
- Enfatizam uma abordagem de potencialização de resultados;
- Apresentam baixa comparabilidade;
- Apresentam baixa transparência quanto aos parâmetros utilizados em sua confecção.

No tocante a abrangência, Siqueira (2003) verifica se os Balanços Sociais oferecem um conjunto de informações à sociedade, através da contemplação, pelo menos, das quatro vertentes apresentadas por Fipecafi (2000): DVA; Balanço Ambiental; de Recursos Humanos; e Benefícios e Contribuições para a Sociedade. A preocupação com a abrangência da informação está relacionada com a heterogeneidade dos usuários dos balanços sociais e objetiva demonstrar o grau de responsabilidade social corporativa.

Para Pinto e Ribeiro (2002, pág. 2), o balanço social no início se restringia a aspectos de recursos humanos, depois se expandiu para a DVA, para Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral e assumiu uma postura em relação aos recursos naturais.

Grajew (2002, p. 2) sinaliza que empresas socialmente responsáveis têm variáveis competitivas, ao apresentar um estudo que demonstra a intenção dos consumidores brasileiros em optarem por empresas engajadas nas áreas sociais. Ou seja, quanto mais abrangentes forem as ações, mais fortalecida estará a sociedade e a própria empresa. Nessa mesma visão, Oliveira Neto (2005, p.1) apresenta uma pesquisa desenvolvida pela Universidade de Defoe (EUA) onde foi demonstrado que empresas que investiram em ética e moral tiveram um aumento de 4,5 vezes o seu faturamento.

Quanto à potencialização de resultados, foi verificada por Siqueira (2003) a existência da externalização dos aspectos negativos da atividade econômica. Entende-se por externalização dos aspectos negativos a tentativa das empresas em minimizar, ou excluir, as informações negativas; ou mesmo de apresentar as informações negativas sob um foco positivo.

Silva e Freire (2001, pág. 3) afirmam que os relatórios acabam por se tornarem uma peça importante na política de relações públicas das empresas e, conseqüentemente, somente informações positivas são apresentadas em detrimento as do papel das empresas na sociedade.

No tocante a comparabilidade, Siqueira (2003) busca definir o uso potencial do balanço social como instrumento de cotejo do grau de responsabilidade social entre as empresas.

Negra (2004 p. 2) reforça tal opinião ao apontar que algumas empresas já optaram em transformar o balanço social em um instrumento de marketing e que, como este ainda está em evolução, esse fato pode trazer conseqüências a sua própria existência. Uma das conclusões do estudo feito por Oliveira (2003, p, 11) descreve é que muitos balanços sociais

não servem para fazer *benchmarking* para comparação entre empresas ou de seus índices temporais.

Na mesma linha de pensamento, Gonzalez (2004 p. 12) demonstrou que valores desembolsados por uma empresa ao longo de três anos e que não são demonstrados comparativamente podem gerar informações errôneas. No caso apresentado, a empresa vinha diminuindo o investimento médio por empregado, porém sem um instrumento de comparação essa perda não é percebida.

Silva e Freire (2001, p. 7) apresentam uma preocupação com relação a comparabilidade das informações a partir do momento em que é permitido às instituições a prática de não responder alguma questão ou mesmo fornecer respostas parciais. Este recurso, na verdade, pode estar sendo utilizado para omitir informações.

Já Miranda et al. (2001) preocupam-se com a forma não comparativa dos balanços sociais apresentados. Em sua pesquisa verificou-se que 45% das empresas utilizaram o modelo Ibase e 55% apresentaram junto as notas no relatório de administração, o que torna difícil a comparabilidade de informações sociais.

E por fim, Siqueira (2003) apresenta uma preocupação com a baixa transparência dos Balanços Sociais, que pode ser resumida em: uso limitado ou ausência de notas explicativas, falta de auditoria independente, não identificação do responsável pelas informações e complementarmente, não identificação do alcance e da relevância dos projetos sociais.

Sucupira (2001, p. 1) apresenta que no ano de 1998 apenas três empresas ousaram publicar as cifras envolvidas em suas ações sociais, segundo levantamento realizado pelo Ibase. Kroetz (2004, p. 5) define que o objetivo macro da auditoria do balanço social é “contribuir para a maior confiabilidade do processo de gestão administrativa”.

3.5. ANÁLISE DOS MODELOS DE BALANÇO SOCIAL: IBASE, DVA E GRI

Os Balanços Sociais podem ser apresentados de diversas maneiras. Dentre elas o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); a Demonstração do Valor Adicionado (DVA); e o modelo do Global Report Initiative (GRI).

3.5.1. MODELO IBASE

Para Pinho (2003, p. 97), o modelo Ibase foi desenvolvido após uma campanha bem sucedida realizada sob a coordenação do Herbet de Souza em relação à erradicação da Fome e da Miséria em 1996. A campanha seguinte tinha o intuito de mobilizar a sociedade para a responsabilidade social das empresas e para isso seria preciso a efetivação e publicação dos seus balanços sociais como peça de transparência e divulgação das ações sociais.

Conforme Pinho (2003), para incentivar a sua publicação, as empresas que confeccionam seu balanço social no modelo do Ibase recebem um selo que pode ser usado em todos os documentos oficiais. Este selo caracteriza quem o usa como empresa cidadã.

O modelo Ibase é apresentado em sete conjuntos de indicadores divididos da seguinte forma: (1) base de cálculo; (2) indicadores sociais internos; (3) indicadores sociais externos; (4) indicadores ambientais; (5) indicadores do corpo funcional; (6) informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial; e (7) outras informações. Seu preenchimento é orientado por uma rotina de procedimentos, estabelecidos pelo Ibase (Ibase, 2004). Caso a empresa esteja interessada em receber o selo Ibase, o preenchimento do modelo também deve seguir as orientações contidas nos critérios para recebimento (IBASE, 2005).

Figura 2: Balanço Social – Modelo Ibase

Balanço Social Anual / 2003



Empresa:

1 - Base de Cálculo	2003 Valor (Mil reais)			2002 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)			0			0
Resultado operacional (RO)			0			0
Folha de pagamento bruta (FPB)			0			0
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e medicina no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		

Figura 2: Balanço Social – Modelo Ibase (cont.)

5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		%			%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		%			%	
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2003			Metas 2004		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0			0		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2003:			Em 2002:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	% governo	% colaboradores(as)		% governo	% colaboradores(as)	
	% acionistas	% terceiros	% retido	% acionistas	% terceiros	% retido
7 - Outras informações						

Fonte: IBASE, 2004, p. 1

No conjunto de indicadores 1 são apresentadas as seguintes informações: receita líquida (RL); resultado operacional (RO); e folha de pagamento bruta (FPB), onde são informados os valores em reais de maneira comparativa, apresentando os valores do ano corrente e do ano anterior. As informações da RL, RO e FPB serão utilizadas no conjunto de indicadores 2, 3 e 4 como parâmetros percentuais de comparabilidade (IBASE, 2004, p. 1).

No conjunto de indicadores 2 são indicados valores despendidos pela empresa com os indicadores sociais internos. Primeiramente serão apresentados em reais e posteriormente seus respectivos percentuais em relação a folha de pagamento bruta e a receita

líquida. Como no conjunto de indicadores 1, esses dados também são apresentados comparativamente ao ano anterior. Sua subdivisão é: alimentação; encargos sociais compulsórios; previdência privada; saúde; segurança e medicina do trabalho; educação; cultura; capacitação e desenvolvimento profissional; creches ou auxílio-creche; participação nos lucros ou resultados; outros; e o seu respectivo total (IBASE, 2004, p. 1).

No conjunto de indicadores 3 serão apresentados os indicadores sociais externos. Apresentados em reais e posteriormente seus percentuais em relação a receita operacional e a receita líquida. Como os anteriores, eles também são apresentados de maneira comparativa com o ano anterior. São eles: educação; cultura; saúde e saneamento; esporte; combate à fome e segurança alimentar; e outros. Posteriormente é feito um subtotal dessas informações e apresentado como: total das contribuições para a sociedade. Segue-se então a informação dos tributos e por fim o total dos indicadores sociais externos, que é a soma do primeiro subtotal com a adição dos tributos (com exceção dos encargos sociais). Essas informações seguem o mesmo padrão sendo apresentadas em reais e com seus respectivos percentuais em relação a receita operacional e a receita líquida (IBASE, 2004, p. 1).

O conjunto de indicadores 4 é ligado à preocupação com o meio ambiente e inicialmente são informados os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa e os ligados a programa e/ou projetos externos. São informados em reais e sobre percentuais em relação as receitas operacionais e líquidas. Também são apresentados de forma comparativa ao ano anterior. Após serem totalizados, o próximo passo é definir uma das quatro opções que variam entre: não possui metas; cumpre de 0 a 50%; cumpre de 51 a 75%; ou de 76 a 100% das metas anuais referente à: minimização de resíduos; de consumo em geral na produção/operação; e o aumento da eficácia na utilização de recursos naturais. Esse conjunto de indicadores não possui relação percentual, apenas o comparativo com o ano anterior (IBASE, 2004, p. 1).

O conjunto de indicadores 5 serve para fornecer informações quanto ao corpo funcional da empresa. Todas as informações são apresentadas comparativamente com o ano anterior. São informados: total de empregados; admissões; terceirizados; estagiários; empregados acima de 45 anos; quantidade de mulheres e sua relação percentual aos cargos de chefia; quantidade de negros e sua relação percentual aos cargos de chefia; e a quantidade de portadores de deficiência ou necessidades especiais (IBASE, 2004, p. 1).

O conjunto de indicadores 6 trata de assuntos ligados a cidadania empresarial apresentando inicialmente a relação entre a maior e a menor remuneração e o número total de acidentes de trabalho. Posteriormente, apresentam-se sete perguntas, onde são oferecidas três opções de resposta. São tratados assuntos como, quem define os projetos sociais e ambientais e os padrões de segurança e de salubridade no ambiente de trabalho Se a empresa oferece liberdade sindical aos empregados para negociação coletiva. Às quais graus hierárquicos são oferecidos planos de previdência privada; participação nos lucros e resultados. Se existem na escolha dos fornecedores os mesmos critérios de padrões éticos, de responsabilidade social e ambiental e como é a participação da empresa no trabalho voluntariado realizado pelos empregados. Após esses sete questionamentos, são perguntadas as quantidades de reclamações e críticas de consumidores na empresa, no Procon e na Justiça, bem como o percentual que foi atendido ou resolvido. É utilizado o modelo comparativo dos dois anos. E por fim é informado o valor adicionado total a distribuir, e como foi realizada percentualmente sua distribuição. Nesse conjunto de indicadores é pedido o valor do ano anterior e não o de metas do ano seguinte como nos questionamentos anteriores (IBASE, 2004, p. 1).

O conjunto de indicadores 7 é utilizado para a identificação da pessoa responsável pelas informações, seu telefone de contato e correio-eletrônico (IBASE, 2005). Pelas instruções de preenchimento esse espaço também serve “para que a empresa agregue outras

informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência” (IBASE, 2004, p. 2).

Segundo os critérios para conseguir o selo² do balanço social, o modelo tem que ser preenchido na íntegra, ser entregue uma cópia a todos os funcionários, conter uma mensagem do presidente ou diretor e ser publicado em jornal e ou revista de grande circulação (IBASE, 2005).

Segundo o próprio criador do Instituto Ibase, Betinho, pairava a dúvida sobre a obrigatoriedade das empresas em ter que fazer o balanço social. Ele acreditava que as empresas através de seus gestores deveriam tomar a iniciativa e realizar voluntariamente a publicação do demonstrativo. Porém não descartava a idéia de legitimar a demonstração com o uso de uma atitude institucional. Nesse mesmo artigo, é desenvolvida a idéia de que deveria partir do próprio governo a publicação dos relatórios sociais, onde as estatais deveriam dar o exemplo. E por fim, demonstra a preocupação na troca do objetivo da demonstração, que poderia ser utilizado por algumas empresas como uma peça de marketing em vez de uma demonstração responsável de investimentos sociais realizados pela empresas (SOUZA, 2004).

3.5.2. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

Para entender a DVA é necessário entender o termo de valor adicionado para as ciências econômicas. Segundo Santos (2003, p. 24), esse termo está ligado com a apuração do produto nacional, representando o quanto de riqueza ela pode adicionar aos insumos de sua produção que foram pagos a terceiros.

² “O selo do Ibase, criado em 1998, é o reconhecimento de que a empresa assume publicamente a veracidade das práticas reveladas por seu Balanço Social. O instrumento é concedido apenas a empresas que preenchem o Balanço Social no modelo Ibase na íntegra, que se comprometem a distribuí-lo entre seu corpo funcional e publicá-lo em jornal ou revista de grande circulação.” (IBASE, 2006).

Para Gomes (2000, p. 114), o valor adicionado é uma boa maneira de corrigir alguns enganos que possam advir do resultado de faturamento ou do lucro do resultado extraído das demonstrações contábeis.

Silva et al. (2001, p. 26) apresentaram um estudo buscando fundamentos para a reflexão sobre a elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que é identificada como parte integrante de um novo grupo de relatórios desenvolvidos para, principalmente, evidenciar o papel social das empresas. No estudo foi utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica e procurou-se definir uma conceituação sobre a DVA, no âmbito nacional, e explicar sua elaboração. O artigo apresenta inclusive o modelo já elaborado nesse sentido pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras (FIPECAFI).

Para demonstrar que a DVA pode ser aplicada a todos os tipos de empresas, e não somente às sociedades anônimas, foi desenvolvido um exemplo prático, usando informações reais do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, com a empresa São Luiz Cargas - do ramo de transporte rodoviário.

O artigo conclui que a Demonstração de Valor Adicionado é de grande utilidade dentro do novo contexto sócio-econômico vivido pelas empresas, evidenciando toda a geração de riquezas e sua distribuição aos elementos que contribuíram para sua formação, atendendo aos diversos usuários. Além disso, procurou evidenciar a importância da transparência nas informações geradas ao longo da vida útil das empresas, para que toda a sociedade conheça a sua função positiva na criação de valor para a sociedade – postura reconhecida como de responsabilidade social.

Figura 3: Modelo de DVA – Demonstração de Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
DESCRIÇÃO	R\$ Mil
1 – RECEITAS	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)	
1.3) Não operacionais	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS e IPI)	
2.1) Matérias-primas consumidas	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 – RETENÇÕES	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1) Pessoal e encargos	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.3) Juros e aluguéis	
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Santos (2003, p. 39)

Já Souza et al. (2005) realizaram um estudo comparativo das Demonstrações de Valor Adicionado (DVA) internacionais e nacionais. Como premissa a DVA foi considerada uma ferramenta de medição do desempenho gerencial, capaz de fornecer informações

financeiras, econômicas e sociais. O objetivo da comparação era evidenciar se as informações estão sendo apresentadas de forma clara, com coesão e consistência.

Para o estudo foram selecionadas 96 DVAs, sendo 79 demonstrações nacionais – obtidas através de pesquisas no Jornal Gazeta Mercantil – e 17 DVAs de empresas da África do Sul, EUA, Alemanha e Nigéria. Como base de comparação, foi escolhido o modelo proposto pela FIPECAFI/USP, e, a partir dele, feitas análises comparativas entre demonstrações nacionais e internacionais, apontando-se as inconsistências existentes nas DVAs nacionais, que podem prejudicar a medição do desempenho gerencial.

Conclui-se a que a Demonstração de Valor Adicionado pode ser um importante elemento de avaliação de desempenho gerencial das organizações. Porém, a falta de padronização mínima na apresentação das informações leva a uma queda de qualidade na análise dos dados, devido à falta de parâmetros de comparação.

O estudo aponta ainda a expansão do uso de demonstrações contábeis para fins sociais, visando a discussão sobre responsabilidade social das empresas, e citou a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que vem incentivando e apoiando a divulgação voluntária de informações de natureza social, tendo emitido dois Pareceres de Orientação nesse sentido.

Santos (2003, p. 35), um dos maiores defensores da DVA, entende que ela é a forma mais eficaz de medição e demonstração da capacidade de geração e distribuição de riqueza em uma empresa.

3.5.3. MODELO GRI

A GRI (*Global Reporting Initiative*) – instituição que está desenvolvendo uma estrutura mundialmente aceita para relato de sustentabilidade, fundada pela CERES (Coalizão para Economias Ambientais Responsáveis) e que trabalha ao lado da UNEP – Programa

Ambiental das Ações Unidas – foi mundialmente reconhecida no Encontro Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (BSD, 2005, p. 2).

Segundo a BSD (2005), as Diretrizes do GRI representam uma estrutura externa de relato, que auxilia organizações na apresentação balanceada de seu desempenho econômico, ambiental e social, guiando a preparação de relatórios de sustentabilidade. As diretrizes do GRI são aplicáveis em instituições de todos os tamanhos e tipos, operando em qualquer local. Como os outros, sua utilização também não é obrigatória (BSD, 2005, p. 3).

O GRI possui 11 princípios – metas de longo prazo – para sua aplicação. Eles fornecem um importante ponto de referência para interpretação e avaliação das decisões da empresa sobre o conteúdo do seu relatório, e possuem o mesmo peso dos elementos e indicadores das Diretrizes. Espera-se que as organizações, os apliquem na preparação dos relatórios (BSD, 2005, p. 6).

O relatório de sustentabilidade ajuda a evidenciar as contribuições sociais e ecológicas da organização, como também possibilita uma gestão efetiva e pró-ativa na economia global, onde as informações viajam na velocidade da Internet. Além disso, funciona como veículo para unir as funções internas da empresa – finanças, marketing, pesquisa e desenvolvimento – de forma mais estratégica, possibilitando novas possibilidades de diálogo. A aplicação das Diretrizes do GRI permite também a redução da volatilidade no preço da ação para empreendimentos e do custo do capital, já que a publicação regular de informações pode evitar maiores flutuações no comportamento do investidor (BSD, 2005, p. 8-11).

O trabalho desenvolvido em *Adapting* (2004) aponta a flexibilidade do GRI como sua principal vantagem. Além disso, considera suas diretrizes muito úteis, já que elas apresentam indicadores importantes para os *stakeholders*, além de funcionar como moldura na elaboração e escolha de indicadores adicionais que sejam adaptados à realidade da empresa.

Para este estudo, as diretrizes do GRI foram definidas como muito vagas e, por isso, a maioria das empresas tiveram que elaborar seus próprios indicadores específicos baseados nas diretrizes.

O'Dwyer e Owen (2005) realizaram uma análise detalhada dos relatórios ambientais, sociais e de sustentabilidade listados em 2002 pela ACCA (*Chartered Certified Accountants*). O estudo concluiu que o uso das diretrizes do GRI nos relatórios elevou o nível de transparência e de prestação de contas das organizações para os *stakeholders*.

Crawford (2005) contextualiza o GRI descrevendo a introdução do relatório TBL (*Triple Bottom Line*) nos anos 90. Este aponta que o GRI foi elaborado em 1997 para trazer consistência ao relatório TBL, elevando sua qualidade, precisão e utilidade. Indicam-se as diretrizes do GRI mais relevantes para diversos processos, como auditoria, expectativas futuras da organização e indicadores em *Balanced Scorecards*.

O trabalho desenvolvido em New (2005) demonstra que a ICMM (*International Council on Mining and Metals*) optou por utilizar o GRI e lembra que muitas companhias, em diversos setores, também o utilizam em seus relatórios, embora apenas 10% delas estejam de total acordo com as solicitações necessárias para sua aplicação. Composta por 16 indústrias, incluindo empresas como a ALCOA e Mitsubishi Materials, a ICMM concordou em cumprir princípios que cobrem governança, direitos humanos, meio-ambiente, desenvolvimento econômico e social e acesso à informação.

Moody-Stuart (2004) define como o nascimento de uma nova era na elaboração de relatórios corporativos, a decisão do DTI (*Department of Trade and Industry*) em determinar a utilização das diretrizes definidas pelo GRI na elaboração dos relatórios financeiros de suas empresas, apresentando as vantagens dessa mudança. O trabalho aponta diversas empresas, como a Shell e Vodafone, que já utilizam voluntariamente o GRI.

Evidencia-se dessa maneira a demanda cada vez maior da sociedade por informações das corporações, assim como o impacto das suas atividades no meio ambiente e a definição de sua responsabilidade social.

No trabalho desenvolvido em Socially (2005), é exposta a iniciativa de uma coalizão de analistas americanos de 17 empresas de investimentos, que representam mais de \$147 bilhões de dólares, em adotar um padrão de relatório em governança corporativa, meio-ambiente, mão-de-obra e outros pontos chave. A coalizão estaria emitindo sinais favoráveis na adoção das diretrizes do GRI, que seria desenvolvida com a participação ativa de representantes de contabilidade, investimentos, meio-ambiente e direitos humanos de todo o mundo.

Min (2004) analisa a ação realizada por Roger Adams que promoveu a aplicação das diretrizes do GRI na China, tendo estabelecido uma versão de relatório baseado nas diretrizes para aquele país. Segundo o texto, o uso do modelo é fundamental para o sucesso das transações internacionais chinesas. A diminuição de riscos proveniente da utilização do GRI ajudaria a atrair mais investidores estrangeiros para a China.

Murray (2005) analisa as causas da crescente adoção por parte das grandes multinacionais, particularmente a *General Electric* - GE, das diretrizes do GRI. Ele aponta como causas, do que se define como submissão às regras desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais – ONGS, as freqüentes crises que as megas-corporações têm enfrentado, assim como uma queda na lucro de algumas delas. Como justificativa para a adoção do GRI, a GE apontaria a simpatia a regras que visam à melhoria do bem estar social e que não foram impostas pelo governo.

4. SETOR ELÉTRICO – HISTÓRICO

O setor elétrico brasileiro vive, nos últimos 60 anos, em uma grande crise em função da não modernização do sistema. Enquanto o país e o mundo passavam por uma grande onda de aumento de consumo, principalmente causada pela era do fordismo, o parque elétrico brasileiro não acompanhou tal crescimento principalmente por causa da falta de investimento no setor. Cabe ressaltar que nesta área todos os investimentos são de longo prazo, tanto na aplicação quanto na colheita de seus resultados (BANDEIRANTE, 2002, p. 14-27).

O ponto crítico no Brasil aconteceu no ano de 2001, com o racionamento de energia, onde as empresas tiveram que desacelerar sua produção devido aos apagões ocorridos, existindo um medo maior no ar, de que esses problemas pudessem ocorrer com maior frequência, acarretando mais prejuízos a economia do país (BANDEIRANTE, 2002, p. 75).

Segundo Sauer (2003, p. 9) esse problema aconteceu a partir de 1995 em função da aplicação dos modelos interbacionais de reestruturação do setor que não consideravam as condições setoriais vividas no Brasil da época. O país passava por uma mudança que incluía o começo da desestatização e, conseqüentemente, da competição e o setor elétrico não acompanhava tais mudanças.

Sauer (2003, p. 11) ao tratar da nova modelagem do setor, afirma que esta ocorreu graças a uma equipe multidisciplinar que demonstrou tanto preocupações econômico-financeiras como sociais. Tal equipe foi composta pelo Programa de Interunidades de Pós-Graduação e Institucional em Energia da Universidade São Paulo (USP); pelo Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico (Ilumina); pelo Centro de Estudos em

Economia e Meio Ambiente (Ceema); e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Surge também, com papel de destaque, a participação de federações e sindicatos. A cada dia que passa cresce a participação de setores sociais, na difícil tarefa de planejar e implementar uma nova metodologia para um determinado campo de atuação. Ainda conforme Sauer (2003), a participação desses setores ajuda a traçar uma nova visão mais social, do que simplesmente a maximização de lucros das empresas do setor. Essa participação torna-se ainda mais importante no momento em que a competitividade é o eixo principal em torno do qual se construiu o alicerce do Novo Modelo Setorial.

4.1. MUDANÇAS OCORRIDAS EM OUTROS PAÍSES

Na Europa destacam-se as mudanças ocorridas na Espanha, França, Portugal, Grécia, Reino Unido, Alemanha, Inglaterra, Suécia e Finlândia, com participação atuante da Comissão Europeia – CE, que emitiu normas comuns que deveriam ser impostas ao mercado de energia elétrica dos países integrantes da União Europeia. Essas diretrizes estão contidas na determinação 96/92/CE, do Conselho e Parlamento Europeu, de 16/11/92 (BANDEIRANTE, 2002, p. 5).

Antes dessa resolução, o Reino Unido já havia começado o processo de quebra do monopólio, com objetivo de tornar a disputa pelo mercado mais competitiva. Esse mesmo caminho foi seguido por Alemanha, Inglaterra, Suécia e Finlândia, que programaram uma liberação total do mercado para médio e longo prazo (BANDEIRANTE, 2002, p. 5).

Em um ritmo mais lento ocorreu a queda no monopólio nos países como França, Portugal e Grécia. Na Espanha o processo teve início em 1997, tendo como meta a eliminação de todas as barreiras comerciais até o ano de 2007 (BANDEIRANTE, 2002, p. 5).

Ao analisar as mudanças ocorridas no setor elétrico dos Estados Unidos da América, o peso maior recai na história que envolve o estado da Califórnia. O setor elétrico americano passou por uma regulamentação e uma posterior desregulamentação. Porém o termo correto seria uma re-regulamentação, devido as peculiaridades do setor elétrico, monopolista estatal. O estado teve que intervir em empresas que estavam a beira de uma falência, pagando um preço maior do que valiam no mercado, para diminuir os efeitos da crise energética (BANDEIRANTE, 2002, p. 5-10).

4.2. MUDANÇAS OCORRIDAS NO BRASIL

As mudanças do setor elétrico brasileiro tiveram seu alicerce com a criação dos principais órgãos institucionais, com suas funções pré-definidas que são: a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica); o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico); o MAE (Mercado Atacadista de Energia Elétrica) e das GCE (Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica) e CGSE (Câmara de Gestão do Setor Elétrico). O setor necessitava de mudanças urgentes, por isso, houve a instauração de uma câmara para gerir a crise do setor, que foi extinta em 2002. As funções dos demais órgãos citados serão conhecidas mais à frente.

Essas mudanças podem ser resumidas como a desverticalização das empresas, a implantação de um modelo comercial competitivo, a garantia do livre acesso à rede de transmissão e distribuição de energia elétrica e a redução do papel do Estado nas funções empresariais no setor, o que vem ocorrendo com a privatização das empresas existentes e a licitação da expansão (BANDEIRANTE, 2002, p. 13).

4.3. HISTÓRICO DA ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

O histórico da energia elétrica no Brasil aconteceu na década de 1880, quase simultaneamente com Europa e os Estados Unidos. No início, a transmissão era passada em

corrente contínua de baixa potência que servia para iluminação pública – em substituição às iluminações a gás. O marco inicial aconteceu em 1883 com a construção da primeira geradora de energia. Nessa época o combustível que gerava a energia era o carvão (BANDEIRANTE, 2002, p. 9).

Na década de 1930, o governo começou a definir regulamentos e criar organismos reguladores nas áreas estratégicas, incluindo o setor elétrico. Em 1934 foi criado o Código das Águas que regulamentava a exploração dos recursos hídricos. Mais tarde em 1939 foi criado o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, responsável por todas as atividades do setor elétrico brasileiro (BANDEIRANTE, 2002, p. 10).

A década de 40 marca o aparecimento dos primeiros racionamentos severos nas capitais estaduais, que teria incentivado o governo a participar da gestão do setor. No âmbito estadual a primeira participação foi a criação, em 1943, pelo estado do Rio Grande do Sul da Comissão Estadual de Energia Elétrica – CEEE, que realizou o primeiro plano para a eletrificação regional do país, e propôs soluções para o problema de administração de energia. No âmbito federal, o governo criou em 1945 a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, que utilizaria o rio São Francisco para abastecer de energia toda a região nordeste do país (BANDEIRANTE, 2002, p. 10).

A década de 50 marca o descontentamento das empresas estrangeiras, responsáveis por quase 80% do setor. Uma nova intervenção do governo desta vez nas tarifas pactuadas no mercado fez com que as empresas diminuíssem os investimentos o que mais uma vez ocasionou racionamentos que duraram até meados da década de 60, onde mais uma vez o governo teve que intervir (BANDEIRANTE, 2002, p. 10).

Nessa época os governos federais e estaduais começam a construir empresas que serviriam de base para o setor, destacando-se a Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG

em 1952. Em 1957 o governo federal cria FURNAS Centrais Elétricas. Em 1962, é criada a ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras que acaba se transformando em uma *holding* do setor elétrico, pois assume o controle da CHESF e de FURNAS. Em 1968 é criada a ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do País), e posteriormente em 1972 a ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte do Brasil). Ficando a ELETROBRAS como controladora das quatro empresas (BANDEIRANTE, 2002, p. 11).

A atual posição da Eletrobrás no mercado elétrico brasileiro é a seguinte:

As empresas do Grupo Eletrobrás produzem cerca de 60% da energia elétrica consumida no país. São elas: Chesf, Furnas, Eletronorte, Eletronuclear e CGTEE. A Eletrobrás detém ainda 50% da Itaipu Binacional. Também integram o Grupo Eletrobrás a Lightpar, o Cepel, bem como a Eletrosul, empresa transmissora de energia elétrica. Presente em todo o Brasil, as empresas do Grupo Eletrobrás têm capacidade instalada para produção de 40.854 MW. São 51.039 km de linhas de transmissão, representando mais de 60% do total nacional, 31 usinas hidrelétricas, 16 termelétricas e duas nucleares. A atuação na distribuição de energia se dá por intermédio das empresas federalizadas Eletoacre (Acre), Ceal (Alagoas), Ceam (Amazonas), Cepisa (Piauí) e Ceron (Rondônia), assim como pelas distribuidoras de energia Manaus Energia e Boa Vista Energia (controladas pela Eletronorte). (ELETROBRÁS, 2005)

O Sistema ELETROBRÁS atua como agente do Governo Federal, exercendo funções empresariais de cunho institucional e de coordenação e integração do setor.

Mesmo com estas intervenções, o Brasil começa a passar por um período de incertezas e dúvidas sobre o futuro do setor elétrico motivadas por fatores como: a falta de investimento em novas usinas; utilização indevida do estoque de água; falta de planejamento para expansão; riscos de *déficit* elevados das empresas do setor; a possibilidade real de outros racionamentos; e as tarifas elevadas que causaram a retração do mercado e conseqüentemente a crise no setor de energia (BANDEIRANTE, 2002, p. 12).

Em entrevista concedida ao Jornal Gazeta (Monteiro, 2006), Rodolpho Tourinho, ex- ministro das Minas e Energia, fala sobre a possibilidade real de novos apagões entre os anos de 2008 a 2010. Para ele o problema está no aumento dos custos de usinas a gás que, se

repassado para o mercado, a torna inviável. Além disso, empresas como FURNAS e CHESF estão trabalhando com uma margem de retorno abaixo do mínimo e, conseqüentemente, terão problemas a longo prazo.

4.4. COMO OCORRERAM AS MUDANÇAS NO SETOR

Segundo Tolmasquim (2002, p. 48), no artigo 175 da Constituição Federal o Poder Público recebe a incumbência da prestação de serviços de interesse geral, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão e no artigo 176 fica estabelecido que somente brasileiros ou empresas brasileiras de capital nacional poderiam adquirir a concessão para o aproveitamento dos recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica.

No entanto, em 1993 ocorreu uma flexibilização da lei que tratava do Regime Econômico dos Concessionários de Serviços de Eletricidade, onde foi extinta a equalização tarifária entre as regiões. As prestações de serviços poderiam ser realizadas por empresas privadas, o que era vedado, por ser obrigatoriamente realizadas por empresas públicas. Cabe salientar que até esse momento existia uma dívida interna nesse setor de cerca de US\$ 20 bilhões de dólares que foi assumida pelo Tesouro Nacional. Essa dívida foi gerada principalmente pela inexistência de uma formalização contratual que pudesse ser executada judicialmente (TOLMASQUIM, 2002, p. 48).

O primeiro passo para a liberação econômica do sistema elétrico brasileiro aconteceu na década de 90, no governo Collor com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND) e que ganhou um incentivo maior no governo de Fernando Henrique Cardoso (TOLMASQUIM, 2002, p. 51).

O modelo do setor elétrico brasileiro foi implementado com o objetivo de promover a livre concorrência entre as empresas que executam os serviços de energia elétrica no sistema brasileiro. Com este enfoque foi aprovada a Lei 9.648, de 27 de maio de 1998,

regulamentada pelo Decreto 2.655, de 2 de julho de 1998, criando o Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (TOLMASQUIM, 2002, p. 50).

Conforme descrito por Ganim (2003, p. 127), o MAE quando foi criado, funcionava em um ambiente virtual, sem personalidade jurídica. Era regido através de um contrato multilateral de adesão, subscrito por agentes do setor, onde eram definidas as condições de constituição e funcionamento do mercado. Embora criado em 1998, o MAE passou a ter uma personalidade jurídica do direito privado em 24.04.2002, através da lei 10.433.

Tolmasquim (2002, p. 58) define o MAE como uma bolsa, onde os agentes podem negociar comprando e vendendo blocos de energia. O MAE tem seu campo de atuação no controle da energia que não foi comercializada nos contratos assinados entre os comercializadores e os produtores de energia elétrica, ficando sob sua responsabilidade a definição de volumes e de preços de energia contratados.

Segundo o estudo da Bandeirante (2002), no MAE será comercializada toda a energia elétrica que não for coberta por contratos bilaterais entre os produtores e os comercializadores. Segundo esse estudo as atribuições e objetivos do MAE podem ser resumidos conforme as relações abaixo:

I – Atribuições:

- a) Serão realizadas no âmbito do MAE as transações de compra e venda de energia nos sistemas interligados, mediante ACORDO DE MERCADO³ firmado entre os interessados.

³ Acordo submetido à homologação da ANEEL, onde são estabelecidas as regras comerciais e os critérios de rateio dos custos administrativos de suas atividades, assim como a forma de solução de eventuais divergências entre os agentes integrantes, sem prejuízo da competência da ANEEL para dirimir os impasses.

- b) A ANEEL definirá as regras de participação no MAE, e os mecanismos de proteção aos consumidores.
- c) A compra e venda de energia elétrica que não for objeto de contratos bilaterais será realizada a preços determinados conforme as regras do ACORDO DE MERCADO.
- d) O MAE substituirá o atual sistema de preços regulamentados de geração e os contratos renováveis de suprimento.

II – Objetivos:

- a) Estabelecer um preço que reflita, a qualquer instante, o custo marginal da energia no sistema;
- b) Estabelecer um preço que possa ser usado para balizar os contratos bilaterais de longo prazo;
- c) Prover um mercado onde geradores e distribuidores possam comercializar sua energia não contratada;
- d) Criar um ambiente multilateral, onde distribuidores e consumidores livres possam comprar energia de qualquer produtor e os geradores possam vender a qualquer comprador.

Paralelamente é criada a ANEEL em 26 de dezembro de 1996, sob o regime de autarquia especial vinculada ao Ministério das Minas e Energia. A ANEEL tem como missão a defesa do interesse público por meio da concessão e regulamentação e fiscalização dos serviços elétricos e com finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

A ANEEL é responsável pela regulação do setor elétrico, ou seja, é ela que responde pelo conjunto de leis, ações e controles administrativos que se originam do governo e afetam o funcionamento deste mercado, interferindo, deste modo, na eficiência interna e alocativa de empresas e dos setores da economia. Segundo Tolmasquim (2002, p. 54), a regulação da ANEEL é econômica, técnica e de qualidade do serviço público, estabelecendo padrões operacionais mínimos e com força para a aplicação de multas para as empresas que não cumprirem as normas contratuais. Atua em conjunto com as agências reguladoras estaduais de energia elétrica, com os órgãos de defesa da concorrência, órgãos ambientais e outros órgãos reguladores sociais, como por exemplo, com a Agência Nacional de Petróleo – ANP na regulação do mercado de gás utilizado nas empresas termelétricas.

Sobre a ANEEL, Ganim (2003, p. 119) cita a existência da autonomia patrimonial, administrativa e financeira, definida pela própria Lei de Criação da agência, além de destacar que ela tem como finalidade atuar em todos os estágios da energia elétrica seja na produção, na transmissão, na distribuição ou na comercialização. Sua idealização fez parte do processo de reforma do estado, sendo o órgão responsável pela regulação e fiscalização do setor elétrico. Cita também a estrutura descentralizada da agência, principalmente com as delegações realizadas sobre as agências estaduais, realizadas por convênios de cooperação aumentando assim seu campo de ação respeitando as características locais de cada parte regulada.

Outro marco importante foi a criação do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Segundo Bandeirante (2002), é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos que é estruturado sob a forma de associação civil garantindo a equidade de todos os agentes do setor elétrico. É responsável pela coordenação e controle da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados sendo integrado por titulares de concessão, permissão, autorização e consumidores livres a que se referem os art. 15 e 16 da Lei 9074 de 1995.

A natureza do sistema de geração de energia elétrica no Brasil, que é predominantemente hidráulico, com múltiplos reservatórios de grande capacidade de armazenamento leva, a função de produção deste sistema, a ser essencialmente estocástica. Para buscar a maximização da produção de energia do sistema de geração como um todo, a operação do sistema é coordenada por um Operador Independente do Sistema, o ONS, sendo responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados brasileiros, segundo a Bandeirante (2002).

O ONS é uma associação civil, cujos membros associados, segundo Ganim (2003, p. 123), são os agentes de geração, de transmissão, de distribuição, de importação e exportação de energia elétrica, e consumidores livres, tendo o Ministério de Minas e Energia como membro participante, com poder de veto em questões que conflitem com as diretrizes e políticas governamentais para o setor. Também tomam parte nessa associação os Conselhos de Consumidores, sem direito a voto nas Assembléias Gerais.

Para Ganim (2003), a finalidade do ONS é operar o Sistema Interligado Nacional e administrar a rede básica de transmissão de energia no Brasil, assegurando aos usuários do sistema a continuidade, qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica. Dentre suas funções, prevista em lei, destacam-se (GANIM, 2003, p. 123):

- a) Otimizar os sistemas eletroenergéticos interligados;
- b) Contratar e administrar os serviços de transmissão de energia elétrica;
- c) Propor à ANEEL as ampliações de rede de transmissão;
- d) Definir regras de operação das instalações de transmissões da rede básica.

E por fim cabe ressaltar as participações das Câmaras de Gestão da Crise de Energia Elétrica e da Câmara de Gestão do Setor Elétrico – GCE e CGSE. GCE, que além de ter como atribuição administrar a crise do racionamento, também tem a missão de encaminhar

propostas para corrigir as disfuncionalidades correntes e propor aperfeiçoamentos para o referido modelo, que se darão através do Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico, instaurado pela GCE, segundo a Bandeirante (2002).

Ainda segundo a Bandeirante (2002), a instalação do Comitê de Revitalização do Setor Elétrico ocorreu em 27/06/2001. Naquela ocasião ficou acordado que os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê deveriam se pautar na busca de soluções que preservassem os pilares básicos de funcionamento do modelo do setor. Seriam esses: a competição nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica, a expansão dos investimentos necessários com base em aportes do setor privado e a regulação dos segmentos que são monopólios naturais (transmissão e distribuição de energia elétrica) para garantir a qualidade dos serviços e o suprimento de energia elétrica de forma compatível com as necessidades de desenvolvimento do país.

Ganim (2003, p. 124) cita a necessidade emergencial da criação da Câmara cujo objetivo era propor e implementar medidas para compatibilizar a demanda e oferta de energia elétrica de forma a evitar interrupções ou imprevistos. A câmara de Gestão da Crise foi extinta em 2002 passando suas atribuições para a Câmara de Gestão do Setor Elétrico – CGSE.

Tolmasquim (2002, p. 65) ilustra o primeiro momento em que os brasileiros tiveram contato com a GCE, isso aconteceu quando por orientação dessa Câmara, aconteceram os primeiros racionamentos de energia. As datas de vigência do racionamento foram: de 1º de junho de 2001 até 28 de fevereiro de 2002, nas regiões: Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Na região Norte durou de 15 de janeiro de 2001 a 1º de janeiro de 2002. A região Sul não foi afetada.

Segundo Tolmasquim (2002, p. 51) o surgimento do MAE, da ANEEL e do ONS tem por finalidade reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo para a

iniciativa privada, o que o governo achava que não estava sendo bem gerido pelo setor público. Com isso a dívida pública tenderia a cair, visto que o setor atravessava uma crise. Seria uma maneira de atrair investimentos para a retomada de crescimento, com melhores técnicas e modernização do parque industrial e principalmente concentrando o poder público em atividades em que a presença do governo seja fundamental para atender as prioridades nacionais.

4.4.1. DEFINIÇÕES SEGUNDO O DECRETO 2.655/98

Segundo a legislação, e para entender melhor o setor; são necessárias algumas definições que podem ser encontradas no próprio Decreto 2.655/98 (BRASIL, 1998) que baliza o setor elétrico. Dentre elas pode-se citar:

DA GERAÇÃO

Art 4º A atividade de geração de energia elétrica, será exercida mediante concessão ou autorização e a energia produzida será destinada:

I – ao atendimento do serviço público de distribuição;

II – à comercialização livre, assim considerada aquela contratada com os consumidores a que se referem os artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, ou com os concessionários, permissionários e autorizados;

III – ao consumo exclusivo em instalações industriais ou comerciais do gerador, admitida a comercialização, eventual e temporária, dos excedentes, mediante autorização da ANEEL. (...)

DA TRANSMISSÃO, DA DISTRIBUIÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art 6º Ressalvados os casos indicados na legislação específica, a atividade de transmissão de energia elétrica será exercida mediante concessão, precedida de licitação, observado o disposto no art. 3º deste regulamento.

Art 7º A ANEEL estabelecerá as condições gerais do acesso aos sistemas de transmissão e de distribuição, compreendendo o uso e a conexão, e regulará as tarifas correspondentes, com vistas a:

Art 8º A atividade de distribuição de energia elétrica será exercida mediante concessão ou permissão, sempre precedida de licitação.

Art 9º Depende de autorização da ANEEL o exercício das atividades de comercialização, inclusive a importação e exportação de energia elétrica.

Parágrafo único. Para obtenção da autorização a que se refere este artigo, a empresa, ou consórcio de empresas, deverá comprovar capacidade jurídica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Art 10. As concessões, permissões ou autorizações para geração, distribuição, importação e exportação de energia elétrica compreendem a comercialização correspondente.

Parágrafo único. A comercialização de energia elétrica será feita em bases livremente ajustadas entre as partes, ou, quando for o caso, mediante tarifas homologadas pela ANEEL. (BRASIL, 1998)

4.5. ASPECTOS SOCIAIS DO SETOR ELÉTRICO

Conforme previsto no artigo 175 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) os serviços públicos de interesse geral ficam sob a incumbência do Poder Público, ficando demonstrada a preocupação do Estado com a socialização dos serviços essenciais, comercializados de uma maneira mais justa atendendo a todos da mesma maneira. Já o artigo 176 estabelece que somente brasileiros ou empresas brasileiras possam adquirir o direito a concessão para o aproveitamento dos recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica.

A preocupação social também recai nas condições ambientais, visto que a origem da energia elétrica é quase em sua totalidade hidrelétrica com existência de grandes reservatórios de acumulação. Esse aproveitamento das condições operacionais brasileiras tem que ser feita de maneira responsável e ordenada, buscando sempre uma otimização do processo de energia sem prejudicar o meio ambiente (Bandeirante, 2002, p. 13).

Em contrapartida da facilidade de recursos da natureza, reportagem publicada no Jornal Monitor Mercantil (2006) afirma que empresas como a Petrobras já adotaram posturas mais conservadoras fazendo um acordo com três termelétricas para o fornecimento de energia.

Dessa nova relação comercial que aconteceu em 2002, a Petrobras acabou optando em adquirir duas dessas termelétricas, passando de consumidora de energia para geradora, o que reduz mercado e aumenta a concorrência.

Já Ordoñez (2006), traz o desabafo do presidente da Eletrobrás, Aloísio Vasconcelos: “os órgãos ambientais estão mais preocupados com o estresse de vagalumes, cobras e lagartos, do que em garantir que não falte energia elétrica na casa dos consumidores”. Em sua opinião, o maior atraso causado nas construções de novas hidrelétricas está justamente na morosidade de órgãos ambientais que deveriam ser mais técnicos do que ideológicos. Sua defesa está baseada em uma tentativa de procurar um meio termo entre o desenvolvimento sustentável e o cuidado com o meio ambiente. Para ele essa postura mais radical dos órgãos ambientais só irá prejudicar os próprios consumidores, pois, ao diminuir a oferta e com o aumento da demanda, conseqüentemente, a energia ficará mais cara.

Segundo Bandeirante (2002), o aumento das restrições ambientais aos projetos de geração e transmissão de energia são preocupações sociais relacionadas com o setor elétrico, principalmente quando envolvem área inundada, retirada da população residente e a geração térmica nuclear. As áreas que serão inundadas têm um forte impacto ambiental devido à devastação na fauna e na flora residentes desses locais. O fato de ter que retirar as pessoas de onde nasceram e de onde cultivam suas raízes é um outro problema que deve ser tratado com cuidado, pois a maioria dessas pessoas tem um passado ligado a essas terras que simplesmente deixarão de existir, pois ficarão submersas.

Outro fator que tem bastante impacto social refere-se aos impactos da manipulação da energia nuclear. Muito questionada sobre a sua real necessidade de ser implementada com todos os riscos que podem ser causados na ocorrência de um acidente ou por outros interesses, geralmente militares que podem ficar disfarçados em seu real motivo para obtenção dessa tecnologia.

Já Sauer (2003, p. 139) apresenta o perigo de uma estrutura de mercado monopolizador, que pode gerar uma sociedade injusta, desigual, excludente e um mundo em crescente desequilíbrio ambiental. Para tornar o serviço mais acessível, com qualidade e preços balizados são necessários o controle social e a regulamentação democrática, onde ainda existem problemas políticos a serem resolvidos. E esses problemas são ainda maiores do que os das esferas econômicas, jurídicos ou tecnológicos.

Com referência a regulação, Sauer (2003) cita a criação da agência reguladora que, em sua missão, visa a sustentabilidade do modelo do setor, reestruturado através dos serviços de fiscalização, controle, implementação dos contratos e vigilância sobre a qualidade dos serviços oferecidos. Em sua opinião, é importante que a agência possibilite a participação de toda a sociedade na elaboração de suas políticas setoriais.

Landau (2006), em reportagem no Jornal Valor Econômico, apresentou uma pesquisa que demonstra a perda dos investidores estrangeiros no Brasil, principalmente no setor elétrico. Segundo ela, as principais restrições estão relacionadas a elevada carga tributária; a instabilidade do marco regulatório; a falta de autonomia da ANEEL; e a intervenção do judiciário nos cumprimentos dos contratos. Ela afirma que em uma conta de luz existe a incidência de 43% de tributos – muita alta se comparada com a da Inglaterra que é de 10%. Outro problema relatado na reportagem refere-se a ANEEL que teve seu orçamento cortado pela metade em 2005, o que prejudicou suas atividades operacionais. A situação piora ainda mais com troca de governos, que causam mudanças também em algumas diretrizes traçadas. Tais indefinições fazem com que o judiciário tenha que intervir principalmente nas definições de tarifas. A matéria também critica a postura do Governo que, diante de um mercado de uma livre concorrência, permite a permanência no Governo de antigos conselheiros e administradores da Eletrobrás, o que gera uma imagem de privilégios para as empresas estatais.

Com referência ao controle social, Sauer (2003) destaca a participação de todos os agentes envolvidos, o poder público, usuários por classe, concessionários e organizações sociais. O sistema deve primar pela transparência visando viabilizar a construção do controle social, juntamente com os aspectos técnicos e econômicos. Deverá ser explorado a comunicação com intuito de dar mais publicidade as atividades desenvolvidas, principalmente nas área que divulguem a cidadania, o respeito à coletividade e ao meio ambiente.

Ao lado desses agiram, ainda, uma crescente consciência ecológica, que resultou num questionamento geral sobre a necessidade de novas instalações de suprimento (usinas, linhas de transmissão) e uma tendência geral – principalmente nos países desenvolvidos – a favor da conservação de energia, segundo a Bandeirante (2002).

O balanço social está definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica em seu item 9.1.9, da seguinte forma:

1. Normas e Procedimentos

Como parâmetro para elaboração dessa demonstração, a concessionária deverá utilizar o modelo de balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), adaptando, quando aplicável, os termos e especificações relacionados às concessionárias do setor elétrico.

Essa afirmação deve ser entendida no sentido de que as normas acima mencionadas (que são parte integrante desse roteiro) devem ser utilizadas como parâmetros mínimos para elaboração desses relatórios, ou seja, encoraja a adoção de práticas e procedimentos que resultem na sua elaboração com nível mais elevado de detalhes (ANEEL, 2005c, p. 597).

5. METODOLOGIA

Este capítulo descreve os principais aspectos da metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa, definidos através das considerações dos autores Parra Filho e Santos (2000) e Vergara (2000).

5.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para a classificação da pesquisa, utilizou-se a taxinomia apresentada por Vergara (2000), que a qualifica em relação aos fins e aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa foi descritiva. Já quanto aos meios, utilizou-se dos recursos documental e bibliográfico.

A pesquisa foi analisada como descritiva por expor as características do setor elétrico, seus mecanismos para a confecção dos balanços sociais e os fatores envolvidos neste fenômeno.

No aspecto dos meios utilizados, o documental possibilitou uma investigação em arquivos existentes nas empresas do setor elétrico – os balanços sociais. Outros documentos também pesquisados em órgãos do governo brasileiro foram leis, resoluções normativas, regulamentos referentes a este setor. A pesquisa bibliográfica fundamentou o trabalho no aspecto teórico-metodológico. Foi realizada uma investigação sistemática com base em material publicado em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas, utilizando-se tanto materiais de fonte primária como secundária. A análise dos casos foi realizada através da investigação dos balanços sociais das empresas selecionadas com o objetivo de aprofundar o conhecimento referente a balanços sociais brasileiros e detectar a ocorrência de problemas.

5.2. DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO E DA AMOSTRA

O universo selecionado para esta pesquisa é composto pelas 79 empresas brasileiras que divulgaram seus balanços sociais no *site* da ANEEL em 2004. Foram consideradas as informações relativas ao último exercício publicado, no caso, o de 2003. As empresas que fazem parte do universo da pesquisa estão listadas no anexo 1, conforme relação da ANEEL.

Foram recebidos 27 relatórios, dentre os 79 solicitados. Deste grupo, 13 foram desconsiderados por não possuírem um grau de informação maior do que o publicado no *site* da ANEEL, não podendo ser consideradas como uma informação social ampliada.

A amostra da análise foi composta, então, pelos 14 relatórios considerados válidos e que foram enviados fisicamente, por e-mail ou autorizada a utilização das informações disponíveis no *site* da empresa.

Quadro 1: Empresas que responderam à solicitação do balanço social

1	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE
2	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
3	Companhia Energética de Alagoas – CEAL
4	Companhia Energética de Brasília – CEB
5	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE
6	Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF
7	Companhia Paranaense de Energia – COPEL
8	Companhia Piratininga de Força e Luz – PIRATININGA
9	Geração de Energia S/A – CPFL
10	Eletróbás Termonuclear S/A – ELETRONUCLEAR
11	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A – EMAE
12	Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – ESCELSA
13	Centrais Elétricas S/A – FURNAS
14	Light Serviços de Eletricidade S/A – LIGHT

Fonte: Elaborado pelo autor (2005)

5.3. COLETA DE DADOS

A pesquisa bibliográfica se baseou no levantamento de informações em livros, dicionários, revistas especializadas, jornais, teses e dissertações com dados pertinentes ao assunto; e pesquisa eletrônica nos arquivos da Agência Nacional de Energia Elétrica, na Casa Civil, no Congresso Federal e na legislação brasileira, na busca por leis, resoluções normativas, decretos e projetos de lei que norteiem o estudo.

Para o levantamento dos dados em campo, foram enviados e-mails para as 72 empresas e cartas impressas via correio para as sete restantes, no total das 79 empresas que compõem o universo. Destas, vinte e sete empresas responderam à solicitação enviando, via e-mail ou impresso, seus balanços sociais ou autorizando a utilização das informações disponíveis no *site* da empresa. Destes treze foram desconsiderados por refletirem as informações obrigatórias encontradas no *site* da ANEEL.

5.4. TRATAMENTO DOS DADOS

Os relatórios foram analisados segundo os parâmetros oferecidos por Siqueira (2003), a saber: grau de abrangência dos relatórios, existência de viés para potencialização de resultados, grau de comparabilidade e nível de transparência das informações sociais.

Primeiramente analisou-se a abrangência dos Balanços Sociais. Para isso foi utilizado um quadro objetivando verificar o atendimento às quatro vertentes apontadas pelo Fipecafi, que são: Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à sociedade em geral. A questão serviu para identificar se a empresa apresenta ou não assuntos ligados a essas quatro vertentes.

Quadro 2: Grau de abrangência na confecção do BS

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	
Balanço de Recursos Humanos	
Demonstração do Valor Adicionado	
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	

Fonte: Fipecafi, 2000

As opções sim ou não são obtidas comparando as vertentes com as informações respostas fornecidas ao longo dos relatórios sociais. Uma análise qualitativa foi empreendida dos relatórios sociais, visando definir a amplitude das informações divulgadas em cada vertente.

Visando o atendimento do segundo objetivo específico – verificar a existência de um viés para potencialização de resultados – o foco foi identificar como as empresas estão informando suas ações e acontecimentos negativos ou positivos para a sociedade. A utilização dos balanços sociais com um viés de marketing institucional já foi verificada em outras pesquisas. As empresas minimizam informações relevantemente negativas, ou mesmo distorcem as informações negativas ou tentam de algum jeito atenuá-las.

Segundo Siqueira (2003) o viés para potencialização de resultados pode ser identificado nos balanços sociais através de três práticas: a) desequilíbrio quantitativo entre informações de caráter positivo e negativo; b) evidenciação de informações negativas acompanhadas por atenuantes; c) externalização de informações de caráter negativo com viés positivo.

A terceira análise buscou averiguar o grau de comparabilidade entre os balanços sociais apresentados. Teve a utilização do modelo Ibase como um dos focos principais. A análise foi estruturada em seus quadros, cada um específico para um conjunto de indicadores

do modelo Ibase. Ao primeiro quadro relativo às bases de cálculo, foi adicionada uma pergunta relativa à existência de comparabilidade dos indicadores do ano anterior.

A partir desta pergunta, se buscou verificar a adequação da demonstração ao padrão estabelecido pelo Ibase através dos quadros.

Quadro 3: Presença de parâmetros comparativos

1 – Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	
Resultado operacional (RO)	
Folha de pagamento bruta (FPB)	
Modelo apresentado é comparativo? ⁴	

Fonte: Ibase, 2004

Quadro 4: Análise comparativa sobre os Indicadores Sociais Internos

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	
Encargos sociais compulsórios	
Previdência privada	
Saúde	
Segurança e medicina no trabalho	
Educação	
Cultura	
Capacitação e desenvolvimento profissional	
Creches ou auxílio-creche	
Participação nos lucros ou resultados	
Outros	
Total - Indicadores sociais internos	

Fonte: Ibase, 2004

⁴ Esta pergunta não faz parte do modelo Ibase e sua resposta varia entre “sim” ou “não”. Sua colocação na análise tem como objetivo apenas uma identificação imediata sobre a capacidade comparativa do balanço social apresentado.

Quadro 5: Presença de Indicadores Sociais Externos

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	
Cultura	
Saúde e saneamento	
Esporte	
Combate à fome e segurança alimentar	
Outros	
Total das contribuições para a sociedade	
Tributos (excluídos encargos sociais)	
Total – Indicadores sociais externos	

Fonte: Ibase, 2004

Quadro 6: Presença de Indicadores Ambientais

4 - Indicadores Ambientais	Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	
Investimentos em programas e/ou projetos externos	
Total dos investimentos em meio ambiente	
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%

Fonte: Ibase, 2004

Quadro 7: Presença de Indicadores do Corpo Funcional

5 - Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	
Nº. de admissões durante o período	
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	
Nº. de estagiários (as)	
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	

Fonte: Ibase, 2004

Quadro 8: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		Situação
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		
Número total de acidentes de trabalho		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva	
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____% no Procon _____% na Justiça _____%	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____% governo _____% colaboradores (as) _____% acionistas _____% terceiros _____% retido	

Fonte: Ibase, 2004

Para os quadros acima, foi respondido se a empresa informou ou não como recomendado pelo padrão. Às respostas que atendiam em parte, era acrescido o termo parcialmente e após a exposição dos quadros foi feita uma explicação qualitativa sobre o tópico em questão. Como o padrão Ibase permite a resposta com o termo “ND”⁵, esse termo também foi considerado. Além disso, foi utilizado o termo “informação dúbia” para aquelas respostas que, mesmo sendo respondidas pelas empresas não fornece ao usuário uma compreensão sobre a realidade da empresa, que, supostamente seria revelada pelo indicador.

A cada nova inserção feita no relatório de um indicador que não existe no modelo Ibase, foi adicionado um comentário logo após o término de cada quadro.

Quadro 9: Respostas utilizadas pela pesquisa na análise dos quadros do modelo Ibase

Possibilidade de respostas nos quadros	Significado
Informado	Informação preenchida conforme recomenda o modelo Ibase.
Não informado	Informação não fornecida de acordo com o modelo Ibase.
Informada parcialmente	Atende ao modelo de forma parcial, não contemplando todas as informações.
ND	Informação não disponível e que só pode ser utilizada uma única vez de acordo com o modelo Ibase.
Informação dúbia	Informações que permitem interpretações variadas.

Fonte: autor

Ainda na análise do terceiro objetivo, foi realizado um estudo comparativo com o modelo descrito por Santos (2003, p. 39), para as empresas que encaminharam informações sobre a DVA – vide quadro 10. Este estudo avaliou se os itens das DVAs aderem ao modelo proposto pela Fipecafi.

⁵ “O recurso ‘nd’ (não disponível) poderá ser utilizado somente uma vez, por item, a contar do Balanço Social 2003. Este recurso fica negado para exercícios futuros nos itens onde tiver sido utilizado”. (IBASE, 2005)

Aqui cabe uma observação: não se pode julgar as rubricas não informadas pelas empresas como um erro ou quebra de padrão, isto porque possivelmente, tal rubrica pode não existir nas operações da empresa. Adicionalmente não se pode esquecer que não existe uma legislação que obrigue a confecção da DVA. O foco específico dessa comparação foi identificar se existe ou não um modelo único sendo utilizado, o que facilitaria a comparabilidade entre as empresas. As quebras evidentes de padrão em relação ao modelo proposto pela Fipecafi serão objeto de uma exposição qualitativa complementar ao quadro.

Quadro 10: Presença de rubricas

Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)		
1.3) Não operacionais		
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores – ICMS e IPI)		
2.1) Matérias-primas consumidas		
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos		
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros		
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – RETENÇÕES		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal e encargos		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.3) Juros e aluguéis		
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício		

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Santos (2003, p. 39)

A análise do quarto objetivo recai sobre a preocupação em relação à transparência das informações apresentadas. Inicialmente são respondidos cinco questionamentos vide quadro 11.

O primeiro corresponde à questão sobre a publicação de alguma nota explicativa de caráter social. Neste quesito, procurou-se identificar se as empresas agregam notas explicativas aos seus demonstrativos sociais.

O segundo questionamento está ligado à existência de um parecer de auditoria, ou mesmo alguma revisão realizada por auditores. Kroetz (2004, p. 5–18) apresenta um modelo de auditoria para Balanços Sociais. Para ele, essa auditoria serviria para a emissão de opinião sobre a gestão administrativa de caráter social e ambiental.

O terceiro refere-se à identificação do responsável pelas informações sociais. Foi seguido o mesmo modelo do Ibase que solicita o nome da pessoa responsável, seu telefone e e-mail para eventuais dúvidas ou esclarecimentos. Para as empresas que responderam que seus responsáveis seria um departamento, geralmente o de comunicação, essa resposta foi considerada como negativa, por não evidenciar um nome de um responsável.

O quarto questionamento corresponde aos valores envolvidos. A intenção foi de verificar se as empresas são transparentes na divulgação dos gastos realizados em cada programa. Ou seja, entender a relevância das ações sociais frente o porte da empresa. Certamente uma empresa que tenha um faturamento alto tem um maior potencial para investir em termos absolutos em ações sociais, contudo, isto pode não ser significativo em termos relativos.

E por fim, foi questionado sobre a divulgação da extensão das ações sociais, procurando identificar o alcance dos projetos sociais, em termos de indivíduos ou famílias beneficiadas, por exemplo.

Quadro 11: Análise da transparência na confecção do BS

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	
Existe a identificação do responsável?	
Apresenta relevância dos investimentos?	
Apresenta amplitude dos investimentos?	

Fonte: autor

5.5. LIMITAÇÃO DA PESQUISA

A bibliografia sobre balanço social é restrita, possivelmente porque as pesquisas envolvendo balanços sociais ainda estão em consolidação.

A limitação da pesquisa também está presente na amostragem, visto que das 79 empresas solicitadas para envio das informações, apenas 14 tiveram suas documentações analisadas, o que reduziu a capacidade de amostragem da pesquisa.

Como foi utilizada uma análise documental, a pesquisa não revela os procedimentos e dificuldades inerentes à confecção dos relatórios sociais. Tal fato não chega a ser significativo, pois não se constitui como o propósito deste trabalho, podendo ser objeto de pesquisas futuras.

6. ESTUDO COMPARATIVO DOS BALANÇOS SOCIAIS NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

A seleção para amostra teve origem no *site* da ANEEL, na seção denominada Responsabilidade Social. A relação foi composta por 79 empresas do setor elétrico obrigadas a apresentar Balanços Sociais, conforme Resolução nº 444 da própria Agência. Das 79 solicitações de encaminhamento do balanço social referente ao ano de 2003, 27 empresas responderam, porém a análise fixou-se nas 14 que forneceram informações ampliadas, enquanto que as outras 13 demonstrações não se enquadraram neste perfil, conforme já descrito em capítulo anterior.

A Resolução Normativa nº. 444 (ANEEL, 2005b) determina que as empresas devam utilizar como parâmetro o modelo IBASE para confecção dos balanços sociais, adaptando-o quando for necessário. Essa abertura, existente na própria resolução, ocasiona uma falta de padronização, o que dificulta a comparabilidade das informações fornecidas.

Cabe ressaltar ainda que até o fechamento desta pesquisa, em dezembro de 2005, a ANEEL ainda não havia disponibilizado em seu *site* os Balanços Sociais das empresas do setor elétrico referentes ao exercício de 2004.

6.1. ANÁLISES DOS BALANÇOS SOCIAIS RECEBIDOS

Os relatórios sociais foram fornecidos das seguintes formas: dois foram recebidos pelos correios (FURNAS e COPEL), três enviaram por e-mail (ELETRONORTE, CEB e EMAE) e nove empresas enviaram e-mail dizendo que o balanço social estaria disponível no *site* (ESCELSA, LIGHT, CEAL, CHESF, CELPE, CPFL, COELBA, ELETRONUCLEAR e Piratininga).

6.1.1. CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A – ELETRONORTE

A empresa respondeu a solicitação enviando por e-mail o seu Relatório Social, que é apresentado em 114 páginas divididas em: introdução; carta do presidente; perfil do empreendimento; setor do empreendimento; histórico; estrutura e funcionamento; governança corporativa; visão; partes interessadas; meio ambiente; indicadores de desempenho econômico; e balanço social.

6.1.1.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 12: Grau de abrangência na confecção do BS – Eletronorte

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	Sim
Balanço de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Sim
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da Eletronorte

Apresentou os itens da DVA em um comparativo de três anos, 2003, 2002 e 2001. Incluiu às seguintes informações adicionais no item “Insumos Adquiridos de Terceiros”: “Taxa de fiscalização”; “Seguros”; “Tributos”; “Doações e contribuições” e “Outros”, vide quadro 19.

6.1.1.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

Como características negativas a empresa apresenta um estudo com gráficos e tabelas para demonstrar seus números referentes aos acidentes de trabalho ocorridos.

Nota-se um viés de potencialização de resultados quando foi apresentada a descrição do “processo de reestruturação de pessoal” que resultou na queda de 4.635 trabalhadores para 2.413, ou seja, uma redução de aproximadamente 52% do quadro de pessoal ocorrido entre os anos de 1998 a 2000. Além disso, verifica-se que ao final de 2003, o

quadro continuava em queda, terminando o ano com 2.335 funcionários. Percebe-se que essa informação é transmitida como “processo de reestruturação”, tentando assim, atenuar o impacto na descrição da redução do quadro de pessoal. Tal situação já foi apresentada na análise de Siqueira (2003, p. 161) quando ele apresenta empresas que citam aspectos negativos sob vieses positivos em seus relatórios sociais.

6.1.1.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 13: Presença de parâmetros comparativos – Eletronorte

1 – Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado
Resultado operacional (RO)	Não informado
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informação Dúbia
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da Eletronorte

A empresa utilizou o termo “Folha de Pagamento”, não identificando se o valor refere-se ao bruto ou líquido, sendo considerada como dúbia.

Quadro 14: Análise comparativa sobre os Indicadores Sociais Internos - Eletronorte

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Não informado
Educação	Não informado
Cultura	Não informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Informado
Creches ou auxílio-creche	Informado
Participação nos lucros ou resultados	Não informado
Outros	Informado
Total - Indicadores sociais internos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da Eletronorte

A empresa apresentou neste grupo de indicadores informações acessórias relativas às “Indenizações Trabalhistas” e “Programa de Incentivo ao Desligamento”.

Quadro 15: Presença de Indicadores Sociais Externos - Eletronorte

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Não informado
Cultura	Não informado
Saúde e saneamento	Não informado
Esporte	Não informado
Combate à fome e segurança alimentar	Não informado
Outros	Não informado
Total das contribuições para a sociedade	Informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Informado parcialmente
Total – Indicadores sociais externos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da Eletronorte

A empresa apresentou o total das contribuições para a sociedade apenas pelo seu valor total, não apresentando quais foram os indicadores que fizeram parte do seu montante e quanto foi o valor investido em cada um deles. Já o campo destinado aos tributos é apresentado como “Impostos e Contribuições” sem fazer menção se os encargos sociais estariam ou não excluídos no seu total. Informações apresentadas pelo seu valor total e com troca da nomenclatura recomendada pelo modelo padrão apenas dificultam a comparabilidade das informações.

Quadro 16: Presença de Indicadores Ambientais - Eletronorte

4 - Indicadores Ambientais	Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	Não informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos	Não informado
Total dos investimentos em meio ambiente	Informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da Eletronorte

Quadro 17: Presença de Indicadores do Corpo Funcional - Eletronorte

5 - Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	Informado
Nº. de admissões durante o período	Informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	Não informado
Nº. de estagiários (as)	Não informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	Não informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	Informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	Não informado
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	Não informado
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da Eletronorte

Quadro 18: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial - Eletronorte

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Situação	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	Não informado	
Número total de acidentes de trabalho	Não informado	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Não informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	Não informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	Não informado
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Não informado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Não informado
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	Não informado
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva	Não informado

Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Não informado
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____% no Procon _____% na Justiça _____%	Não informado
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Não informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	____% governo ____% colaboradores (as) ____% acionistas ____% terceiros ____% retido	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da Eletronorte

Todo o conjunto de indicadores referente ao exercício da cidadania empresarial não foi informado pela empresa e, além disso, verifica-se que são destacados convênios firmados em anos anteriores, como por exemplo: a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, em 1978; a criação, em 1979, de um Plano de Controle Ambiental; e uma parceria com o INPA, em 1980. Esses fatos aconteceram há quase 25 anos atrás e não agregam valores em suas informações prestadas para o exercício de 2003.

Quadro 19: Presença de rubricas – Eletronorte

Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não
1 – RECEITAS	✓	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	✓	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)		✓
1.3) Não operacionais		✓
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores – ICMS e IPI)	✓	
2.1) Matérias-primas consumidas	✓	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	✓	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	✓	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos		✓
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	✓	
4 – RETENÇÕES	✓	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	✓	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	✓	

6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	✓	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	✓	
6.2) Receitas financeiras	✓	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	✓	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	✓	
8.1) Pessoal e encargos	✓	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	✓	
8.3) Juros e aluguéis	✓	
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		✓
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	✓	

Fonte: DVA recebida

No relatório social são apresentados os números referentes aos acidentes de trabalho, inclusive com gráficos que representam a relação entre dias parados e a quantidade de empregados que ficaram ausentes. O que chama a atenção é que a empresa possui as informações sociais do modelo Ibase, mas não preenche adequadamente, reduzindo a comparabilidade do relatório. O mesmo ocorre com as questões ambientais, onde se verifica a existência de um capítulo só para tratar de aspectos ambientais, mas as informações do modelo Ibase não são prestadas. É citado também o apoio aos programas sociais do Governo Federal, como o Fome Zero, porém, ao confrontar essa informação com as referentes ao balanço social, elas não estão presentes.

6.1.1.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS

Quadro 20: Análise da transparência na confecção do BS - Eletronorte

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Não
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Não
Apresenta relevância dos investimentos?	Não
Apresenta amplitude dos investimentos?	Não

Fonte: Balanço Social recebido da Eletronorte

No capítulo destinado aos projetos sociais, não foi esclarecido se os projetos são recentes, quando foi o seu início, qual o valor desembolsado e por quanto tempo foram realizados. Enfim, não há esclarecimentos dessas informações, deixando o relatório pouco transparente.

A empresa apresentou no conjunto de indicadores sociais externos no modelo Ibase, o item de “Impostos e Contribuições” não citando se os encargos sociais foram excluídos conforme orienta o modelo Ibase, isto a torna pouco transparente para a sociedade.

Verificou-se na DVA apresentada a informação referente ao subitem “Taxa de fiscalização” dentro do item de “Insumos Adquiridos de Terceiros”, porém não foi fornecida informação sobre o porque dessa inclusão nesse item e o que compõe esse subitem, deixando assim a DVA menos transparente.

Por fim a Superintendência de Comunicação Empresarial é apresentada como a responsável pela produção, edição e distribuição do relatório, tendo uma relação de mais de sessenta nomes da comissão de elaboração do presente relatório, porém sem uma indicação de quem seria o responsável pelas informações, que seria importante para dirimir dúvidas ou prestar esclarecimentos sobre o relatório.

6.1.2. EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S/A – EMAE

A empresa respondeu a solicitação enviando por e-mail o Relatório da Administração. O balanço social está inserido neste documento. O Relatório é apresentado em 16 páginas descritivas e dividido em: Mensagem do Conselho de Administração; Setor Elétrico; Mercado; Dados Operacionais; Gestão da Qualidade; Recursos Humanos; Atividades Comunitárias e Ambientais; balanço social (modelo adaptado do Ibase); e Desempenho Econômico Financeiro.

6.1.2.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 21: Grau de abrangência na confecção do BS – EMAE

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	Sim
Balanço de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Não
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da EMAE

Não apresentou a DVA, nem sequer preencheu os itens pertinentes do modelo Ibase. Pode-se dizer que a não divulgação da DVA e o não preenchimento do valor adicionado ou de como foi destinada sua distribuição da renda gerada – duas informações do modelo Ibase – limitaram a abrangência desse conjunto de informações sociais. Não é possível conhecer como foi formado o valor adicionado ou como foi distribuída a riqueza gerada pela empresa.

6.1.2.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

Na parte descritiva ligada ao balanço de recursos humanos, ao ambiental e benefícios para a comunidade, não foi localizada nenhuma informação negativa. As informações com características negativas do modelo Ibase também não foram preenchidas.

6.1.2.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 22: Presença de parâmetros comparativos – EMAE

1 - Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado parcialmente
Resultado operacional (RO)	Informado
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informado
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da EMAE

A empresa apresentou “Receita Bruta (RB)” ao invés de “Receita líquida (RL)”.

Quadro 23: Presença de Indicadores Sociais Internos – EMAE

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Não informado
Educação	Informado
Cultura	Não informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Não informado
Creches ou auxílio-creche	Não informado
Participação nos lucros ou resultados	Não informado
Outros	Informado
Total - Indicadores sociais internos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da EMAE

Quadro 24: Presença de Indicadores Sociais Externos – EMAE

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Não informado
Cultura	Não informado
Saúde e saneamento	Não informado
Esporte	Não informado
Combate à fome e segurança alimentar	Não informado
Outros	Não informado
Total das contribuições para a sociedade	Informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Informado parcialmente
Total - Indicadores sociais externos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da EMAE

As contribuições para a sociedade foram apresentadas pelo seu total, não individualizando os valores envolvidos. Com isso não é possível saber em quais indicadores houve investimento. Para o indicador “Tributos” não fica claro se os encargos sociais foram excluídos. Foi apresentado como “Tributos e Contribuições (COFINS/PIS) e, fora desse conjunto de indicadores sociais, foram informados os valores de “Imposto de Renda e

Contribuição Social Recolhidos e Diferidos”. Adicionalmente foi informado os valores com o transporte gratuito de balsas.

Quadro 25: Presença de Indicadores Ambientais – EMAE

4 - Indicadores Ambientais		Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		Não informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos		Não informado
Total dos investimentos em meio ambiente		Não informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da EMAE

No modelo Ibase a empresa não apresentou informações ambientais, apresentando apenas um relato sobre suas ações nesta área.

Quadro 26: Presença de Indicadores do Corpo Funcional – EMAE

5 - Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	Informado
Nº. de admissões durante o período	Não informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	Não informado
Nº. de estagiários (as)	Não informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	Não informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	Não informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	Não informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	Não informado
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	Não informado
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da EMAE

Nota-se que de todo o conjunto do corpo funcional somente foi informado o número de empregados, o que para efeito de comparabilidade é muito ruim, já que, apenas uma informação em um grupo de dez, foi respondida.

Quadro 27: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial – EMAE

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		Situação
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		Não informado
Número total de acidentes de trabalho		Não informado
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Não informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) () todos(as) + Cipa	Não informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	Não informado
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Não informado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Não informado
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos	Não informado
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia () organiza e incentiva	Não informado
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Não informado
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____% no Procon _____% na Justiça _____%	Não informado
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Não informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____% governo _____% colaboradores (as) _____% acionistas _____% terceiros _____% retido	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da EMAE

Os conjuntos de indicadores ligados ao meio ambiente e ao exercício da cidadania empresarial não foram apresentados. E como nos grupos de indicadores sociais externos e de corpo funcional, muitas informações foram excluídas, este relatório ficou sem parâmetros de comparabilidade.

Verifica-se que a empresa possui informações sobre estagiários, de segurança do trabalho, de meio ambiente e não as informa no modelo Ibase, prejudicando ainda mais, a comparabilidade de suas informações.

6.1.2.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS

Quadro 28: Análise da transparência na confecção do BS – EMAE

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Não
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Não
Apresenta relevância dos investimentos?	Não
Apresenta amplitude dos investimentos?	Não

Fonte: Balanço Social recebido da EMAE

As ações, projetos, convênios, campanhas junto à fundações, associações, ONG's, prefeituras e comunidades são informadas, porém não foram apontados os valores desembolsados. Diante disto não foi possível identificar a relevância dos seus investimentos, o que acaba demonstrando a falta de transparência em suas ações sociais.

6.1.3. COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS – CEAL

A resposta da Superintendência de Controle e Finanças da CEAL para a solicitação indicava que os dados solicitados poderiam ser extraídos do seu *site*. O balanço social faz parte do Relatório de Administração, junto a DVA e das contribuições para a sociedade.

6.1.3.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 29: Grau de abrangência na confecção do BS – CEAL

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	Não
Balanço de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Sim
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da CEAL

Não relatou nenhum investimento ligado ao meio ambiente e nem respondeu às questões ambientais do modelo Ibase.

6.1.3.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

Como informação negativa a empresa só disponibilizou a quantidade de acidentes de trabalho referentes aos anos de 2003 e 2002, constante no modelo Ibase. Nas partes descritivas do relatório não foi encontrada nenhuma outra informação negativa.

6.1.3.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 30: Presença de parâmetros comparativos – CEAL

1 - Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado
Resultado operacional (RO)	Informado
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informado
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CEAL

Quadro 31: Presença de Indicadores Sociais Internos – CEAL

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Informado

Educação	Não informado
Cultura	Não informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Informado
Creches ou auxílio-creche	Informado
Participação nos lucros ou resultados	Não informado
Outros	Não informado
Total – Indicadores sociais internos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CEAL

A empresa informou adicionalmente os valores referentes ao vale transporte.

Quadro 32: Presença de Indicadores Sociais Externos – CEAL

3 – Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Não informado
Cultura	Não informado
Saúde e saneamento	Não informado
Esporte	Não informado
Combate à fome e segurança alimentar	Não informado
Outros	Não informado
Total das contribuições para a sociedade	Não informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Não informado
Total – Indicadores sociais externos	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CEAL

Neste conjunto de indicadores a empresa somente divulgou a rubrica de “Contribuições e subvenções” não fazendo nenhuma menção sobre o que estaria sendo representado por essa única informação apresentada. Com isso torna-se impossível qualquer estudo comparativo sobre esse grupo de indicadores

A empresa cita em sua parte descritiva no subitem “Promoção da Cidadania”, que está inscrita no "Comitê de Empresas contra a Fome pela Vida", porém o item do modelo IBASE que trata do combate à fome não foi informado.

Quadro 33: Presença de Indicadores Ambientais – CEAL

4 - Indicadores Ambientais		Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		Não informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos		Não informado
Total dos investimentos em meio ambiente		Não informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CEAL

Não foi prestada nenhuma informação ambiental.

Quadro 34: Presença de Indicadores do Corpo Funcional – CEAL

5 - Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	Informado
Nº. de admissões durante o período	Não informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	Não informado
Nº. de estagiários (as)	Informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	Informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	Informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	Informado
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CEAL

A empresa apresenta adicionalmente dados como escolaridade dos empregados, faixa etária dos empregados, e nas informações de mulheres e negros, inclui mais uma relação percentual para ambos.

Quadro 35: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial – CEAL

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		Situação
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		Informado
Número total de acidentes de trabalho		Informado
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Não informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) () todos(as) + Cipa	Não informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	Não informado
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Não informado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Não informado
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos	Não informado
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia () organiza e incentiva	Não informado
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Não informado
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____% no Procon _____% na Justiça _____%	Não informado
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Não informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	____% governo ____% colaboradores (as) ____% acionistas ____% terceiros ____% retido	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CEAL

Quadro 36: Presença de rubricas – CEAL

Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não
1 – RECEITAS	✓	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	✓	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)	✓	
1.3) Não operacionais	✓	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores – ICMS e IPI)	✓	
2.1) Matérias-primas consumidas		✓
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	✓	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	✓	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos		✓
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	✓	
4 – RETENÇÕES	✓	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	✓	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	✓	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	✓	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		✓
6.2) Receitas financeiras	✓	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	✓	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	✓	
8.1) Pessoal e encargos	✓	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	✓	
8.3) Juros e aluguéis	✓	
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	✓	
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	✓	

Fonte: DVA recebida

Adicionou os valores ligados ao “Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos” no item sobre as retenções.

6.1.3.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS

Quadro 37: Análise da transparência na confecção do BS – CEAL

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Não
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Não
Apresenta relevância dos investimentos?	Não
Apresenta amplitude dos investimentos?	Não

Fonte: Balanço Social recebido da CEAL

A inclusão das informações de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ambos no conjunto de informações das retenções na DVA, sem revelar o motivo que levou a empresa a adicionar essas informações a torna pouco transparente.

A empresa apresenta a DVA com o título de Demonstração do Fluxo de Caixa DFC. A primeira vista parece que a empresa não fez a DVA e como as duas demonstrações ainda não são tão conhecidas por todos os *stakeholders* envolvidos, sua percepção é dificultada e conseqüentemente torna seu demonstrativo menos transparente.

6.1.4. COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF

A empresa respondeu a solicitação informando que as informações poderiam ser obtidas em seu *site*. O balanço social estava no Relatório da Diretoria que é composto por 19 páginas, divididas em dados operacionais, administrativos, econômicos-financeiros e sociais. A DVA estava junto às Demonstrações Contábeis.

6.1.4.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 38: Grau de abrangência na confecção do BS – CHESF

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	Sim
Balanço de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Sim
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da CHESF

As informações sobre o balanço de recursos humanos são limitadas apenas apresentando o seu quadro efetivo, já apresentado no modelo Ibase. A empresa afirma estar investindo fortemente em treinamento, porém não esclareceu em que consistiam esses treinamentos.

6.1.4.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

A única informação negativa apresentada foi o número de acidentes de trabalho referentes aos exercícios de 2003 e 2002, que consta no modelo Ibase.

A empresa apresenta ações que são compulsórias pela legislação como sendo ações em benefícios, como por exemplo: a realização de exames médicos periódicos nos funcionários e a modernização do sistema de climatização, cumprindo uma determinação normativa do Ministério da Saúde e da ANVISA, conforme citado no próprio relatório.

No conjunto de indicadores sociais externos são informados os gastos com o reassentamento de famílias e compensação financeira por utilizar recursos hídricos. Nota-se que essas duas informações estão diretamente com a atividade operacional da empresa e tratam de ações reparatórias de danos causados pela própria, tanto para o meio ambiente quanto para a comunidade que a cerca. Quando informadas como indicadores sociais externos transmitem a idéia de serem programas desenvolvidos pela empresa em prol da sociedade,

caracterizando assim uma potencialização de resultados, conforme descrito por Siqueira (2003).

6.1.4.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 39: Presença de parâmetros comparativos – CHESF

1 - Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado
Resultado operacional (RO)	Informado
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informado
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CHESF

Quadro 40: Presença de Indicadores Sociais Internos – CHESF

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Informado
Educação	Informado
Cultura	Informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Informado
Creches ou auxílio-creche	Informado
Participação nos lucros ou resultados	Informado
Outros	Informado
Total - Indicadores sociais internos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CHESF

A empresa informou adicionalmente os valores referentes ao vale transporte.

Quadro 41: Presença de Indicadores Sociais Externos – CHESF

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Informado
Cultura	Informado
Saúde e saneamento	Informado
Esporte	Informado
Combate à fome e segurança alimentar	Informado
Outros	Informado
Total das contribuições para a sociedade	Informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Informado
Total - Indicadores sociais externos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CHESF

A empresa informou adicionalmente os valores referentes a “Habitação – Reassentamento de famílias” e “Compensação financ. p/util. de recursos hídricos”.

Quadro 42: Presença de Indicadores Ambientais – CHESF

4 - Indicadores Ambientais	Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	Informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos	Informado
Total dos investimentos em meio ambiente	Informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CHESF

A empresa incluiu os valores referentes a investimentos com “Estação ecológica – Fauna/Flora” e “Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial”.

Quadro 43: Presença de Indicadores do Corpo Funcional – CHESF

5 - Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	Informado
Nº. de admissões durante o período	Informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	Informado
Nº. de estagiários (as)	Informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	Informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	Informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	Não informado
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	Não informado
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CHESF

A empresa apresenta adicionalmente dados como escolaridade dos empregados, faixa etária dos empregados, número de dependentes, e na informação de mulheres inclui mais uma relação. Além de demonstrar seu percentual perante aos cargos de chefia, realiza outra relação mais específica entre a quantidade de mulheres e a quantidade de cargos de chefia ocupados por elas.

Quadro 44: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial – CHESF

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Situação	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	Informado	
Número total de acidentes de trabalho	Informado	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	Informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	Informado
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências	Informado

	() todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Informado
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos	Informado
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia () organiza e incentiva	Informado
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Informado
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____ % no Procon _____ % na Justiça _____ %	Informado
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	____ % governo ____ % colaboradores (as) ____ % acionistas ____ % terceiros ____ % retido	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CHESF

Quadro 45: Presença de rubricas – CHESF

Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não
1 – RECEITAS	✓	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		✓
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)		✓
1.3) Não operacionais		✓
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores – ICMS e IPI)	✓	
2.1) Matérias-primas consumidas	✓	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	✓	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	✓	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos		✓
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	✓	
4 – RETENÇÕES	✓	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	✓	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	✓	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	✓	

6.1) Resultado de equivalência patrimonial		✓
6.2) Receitas financeiras	✓	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	✓	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	✓	
8.1) Pessoal e encargos	✓	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	✓	
8.3) Juros e aluguéis		✓
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		✓
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	✓	

Fonte: DVA recebida

A empresa apresentou os subitens 8.1 e 8.2 de maneira discriminada e adicionou uma informação ao final da demonstração que foi o “Valor adicionado (médio) por empregado”.

6.1.4.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS

Quadro 46: Análise da transparência na confecção do BS – CHESF

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Não
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Não
Apresenta relevância dos investimentos?	Não
Apresenta amplitude dos investimentos?	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da CHESF

Em suas ações sociais existiu a preocupação de identificar as populações e comunidades atendidas, faltando somente informar os valores envolvidos nessas ações. Com relação às ações realizadas de proteção ao meio ambiente, é citado o número de ações relacionadas às licenças e medidas compensatórias. Entende-se que as licenças ambientais são inerentes a atividade fim da empresa, por isso não seria uma ação social e sim operacional. Quanto às medidas compensatórias, estas de fato são resultados dos desgastes ambientais

causados pela própria empresa. Não foram citadas ações que envolvam um verdadeiro investimento em prol do meio ambiente.

A empresa apresentou adicionalmente no conjunto de indicadores sociais externos dois programas: “Habitação – Reassentamento de famílias” e “Compensação financ. p/util. de recursos hídricos”, porém em nenhum deles foi explicado o motivo para sua inclusão no modelo Ibase, bem como a que se refere essas ações. O segundo ainda foi apresentado de maneira abreviada, dificultando mais ainda a transparência das informações fornecidas.

6.1.5. LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A – LIGHT

A LIGHT enviou um e-mail como resposta a solicitação indicando o caminho do balanço social em seu *site*. As informações oferecidas para o trabalho estão inseridas no Relatório da Administração que é apresentado em 25 páginas contendo: aspectos econômico-financeiros, sociais, DFC, DVA, dados operacionais e balanço social.

6.1.5.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 47: Grau de abrangência na confecção do BS – LIGHT

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	Sim
Balanço de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Sim
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da LIGHT

Quanto ao Balanço de Recursos Humanos são apresentadas ações de treinamento, ações internas de motivação e liderança, programas de dependência química, programas de prevenção de saúde e de melhoria em segurança do trabalho e ações voltadas para relações sindicais. Quanto aos trabalhos para a sociedade, são citadas várias ações solidárias e parcerias firmadas com associações, fundações e entidades culturais. Para as ações ambientais

foram citadas três ações. A primeira informa que recebeu um prêmio, a segunda cita o término de uma obra e que agora a empresa estaria “em posição de destaque no setor elétrico nacional” e a terceira cita a continuidade de um projeto começado há 11 anos. Essas informações fornecidas podem ser consideradas como limitadas.

6.1.5.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

Não existem informações de quaisquer aspectos negativos oriundos da atividade da empresa no relatório, nem mesmo as informações negativas do modelo Ibase foram apresentadas.

6.1.5.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 48: Presença de parâmetros comparativos – LIGHT

1 - Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado parcialmente
Resultado operacional (RO)	Informado parcialmente
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informado
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da LIGHT

A empresa ao invés de informar a “Receita líquida (RL)” informou “Faturamento Bruto” e ao invés de “Resultado Operacional (RO)” apresentou “Resultado do Serviço”.

Quadro 49: Presença de Indicadores Sociais Internos – LIGHT

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Não informado
Educação	Informado
Cultura	Não informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Não informado

Creches ou auxílio-creche	Não informado
Participação nos lucros ou resultados	Informado
Outros	Informado
Total - Indicadores sociais internos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da LIGHT

Quadro 50: Presença de Indicadores Sociais Externos – LIGHT

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Não informado
Cultura	Não informado
Saúde e saneamento	Não informado
Esporte	Não informado
Combate à fome e segurança alimentar	Não informado
Outros	Não informado
Total das contribuições para a sociedade	Informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Informado
Total - Indicadores sociais externos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da LIGHT

Prejudicando a comparabilidade somente foi apresentado o valor do indicador das contribuições para a sociedade pelo seu valor total. O relatório não espelha qual a natureza dos investimentos, bem como, os seus montantes individualizados.

Quadro 51: Presença de Indicadores Ambientais – LIGHT

4 – Indicadores Ambientais	Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	Não informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos	Não informado
Total dos investimentos em meio ambiente	Informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da LIGHT

Quadro 52: Presença de Indicadores do Corpo Funcional – LIGHT

5 - Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	Informado
Nº. de admissões durante o período	Informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	Não informado
Nº. de estagiários (as)	Não informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	Não informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	Informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	Não informado
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	Não informado
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da LIGHT

Quadro 53: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial – LIGHT

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Situação	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	Não informado	
Número total de acidentes de trabalho	Não informado	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Não informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	Não informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	Não informado
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Não informado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Não informado
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	Não informado
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva	Não informado

Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Não informado
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____ % no Procon _____ % na Justiça _____ %	Não informado
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Não informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	____ % governo ____ % colaboradores (as) ____ % acionistas ____ % terceiros ____ % retido	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da LIGHT

Quadro 54: Presença de rubricas – LIGHT

Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não
1 – RECEITAS	✓	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	✓	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)		✓
1.3) Não operacionais	✓	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores – ICMS e IPI)	✓	
2.1) Matérias-primas consumidas		✓
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	✓	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	✓	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	✓	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	✓	
4 – RETENÇÕES	✓	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	✓	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	✓	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	✓	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	✓	
6.2) Receitas financeiras	✓	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	✓	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	✓	
8.1) Pessoal e encargos	✓	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	✓	
8.3) Juros e aluguéis	✓	
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	✓	
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	✓	

Fonte: DVA recebida

É incluído mais um item denominado “Capitalização de Despesas” composto por dois subitens “Pessoal” e “Encargos Financeiros”. Esses valores são somados ao item 7 - Valor Adicionado Total a Distribuir.

Todo o conjunto de informações da cidadania empresarial não foi apresentado pela empresa impossibilitando assim a realização de comparação de informações.

A empresa divulga que as relações sindicais foram valorizadas, porém não informa a relação com o sindicato, no modelo Ibase publicado. O mesmo ocorre com os temas ligados a segurança e medicina do trabalho, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional.

6.1.5.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS

Quadro 55: Análise da transparência na confecção do BS – LIGHT

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Não
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Não
Apresenta relevância dos investimentos?	Não
Apresenta amplitude dos investimentos?	Não

Fonte: Balanço Social recebido da LIGHT

O fato de a empresa ter apresentado o item capitalização de despesas do item 7 da DVA, relativo ao Valor Total a Distribuir, e não informar qual o significado dessa expressão ou porque foi incluída nesse campo, faz com que a informação fique sem explicação e, conseqüentemente, a torna pouco transparente.

Os programas e ações sociais citados não trazem informações de quantas pessoas ou comunidades foram atendidas, de quanto foi o valor investido e o que realmente foi feito no exercício de 2003, ou seja, com pouca transparência segundo às diretrizes definidas para o estudo.

6.1.6. COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB

A CEB enviou, em resposta a esta pesquisa, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis. No Relatório da Administração encontram-se as seguintes informações: Dados Operacionais; Dados Societários; Dados Econômico-Financeiros; Dados Administrativos; Dados Sociais; Prêmios Conquistados; e Considerações Finais – em um total de 22 páginas. O balanço Social e a DVA encontram-se nas Demonstrações Contábeis.

6.1.6.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 56: Grau de abrangência na confecção do BS – CEB

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	Sim
Balanço de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Sim
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da CEB

A empresa apresentou suas ações ambientais, somente no modelo Ibase. Pode-se considerar que estas informações possuem pouca abrangência, visto que no modelo recomendado, somente são informados os valores de um exercício para o outro e mesmo assim pelo seu valor total.

6.1.6.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

A única informação negativa do relatório social apresentado foi a indicação do número dos acidentes de trabalho nos exercícios de 2002 e 2003, dentro do modelo Ibase.

6.1.6.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 57: Presença de parâmetros comparativos – CEB

1 - Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado
Resultado operacional (RO)	Informado
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informado
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CEB

Quadro 58: Presença de Indicadores Sociais Internos – CEB

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Informado
Educação	Informado
Cultura	Não informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Informado
Creches ou auxílio-creche	Informado
Participação nos lucros ou resultados	Informado
Outros	Informado
Total – Indicadores sociais internos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CEB

Quadro 59: Presença de Indicadores Sociais Externos – CEB

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Informado
Cultura	Informado
Saúde e saneamento	Não informado
Esporte	Informado
Combate à fome e segurança alimentar	Não informado
Outros	Informado
Total das contribuições para a sociedade	Informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Informado
Total – Indicadores sociais externos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CEB

Quadro 60: Presença de Indicadores Ambientais – CEB

4 - Indicadores Ambientais		Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		Informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos		Informado
Total dos investimentos em meio ambiente		Informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CEB

Quadro 61: Presença de Indicadores do Corpo Funcional – CEB

5 – Indicadores do Corpo Funcional		Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período		Informado
Nº. de admissões durante o período		Informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)		Informado
Nº. de estagiários (as)		Não informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos		Informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa		Informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		Informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa		Não informado
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)		Não informado
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais		Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CEB

Quadro 62: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial – CEB

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		Situação
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		Informado
Número total de acidentes de trabalho		Informado
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	Informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	Não informado

A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	Informado
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva	Informado
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Não informado
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____% no Procon _____% na Justiça _____%	Não informado
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Não informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____% governo _____% colaboradores (as) _____% acionistas _____% terceiros _____% retido	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CEB

Quadro 63: Presença de rubricas – CEB

Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não
1 – RECEITAS	✓	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	✓	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)		✓
1.3) Não operacionais	✓	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores – ICMS e IPI)	✓	
2.1) Matérias-primas consumidas		✓
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	✓	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	✓	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	✓	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	✓	
4 – RETENÇÕES	✓	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	✓	

5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	✓	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	✓	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	✓	
6.2) Receitas financeiras	✓	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	✓	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	✓	
8.1) Pessoal e encargos	✓	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	✓	
8.3) Juros e aluguéis		✓
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		✓
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	✓	

Fonte: DVA recebida

No item 2 foi adicionado: “Provisão Benefício Pós Emprego” e no item 8: “Despesas de Equivalência Patrimonial” e “Despesas Financeiras”, o que dificulta uma comparabilidade entre os valores das outras empresas.

A empresa apresenta seus programas informando o ano em que eles começaram e qual sua finalidade, porém não divulga os investimentos realizados anualmente, o que dificulta a comparabilidade com outras empresas.

6.1.6.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS

Quadro 64: Análise da transparência na confecção do BS – CEB

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Não
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Não
Apresenta relevância dos investimentos?	Não
Apresenta amplitude dos investimentos?	Não

Fonte: Balanço Social recebido da CEB

Nas ações voltadas para a sociedade, são apresentados projetos em que a empresa participou e o total gasto com estes projetos, porém não são apresentados os valores de forma

discriminada, o que melhoraria a relevância de cada uma destas ações. A apresentação pode ser considerada pouco transparente já que não presta informações de acordo com os aspectos analisados e traçados para este estudo.

6.1.7. ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A – ESCELSA

A ESCELSA respondeu por e-mail disponibilizando o balanço social em um determinado caminho de seu *site*. Nesse foi possível verificar a existência de dois relatórios que tratam dos aspectos sociais. O primeiro, é o Relatório da Administração onde além da DVA e do balanço social existem também informações sobre contribuições para a sociedade, balanço ambiental e de recursos humanos, além de informações econômico-financeiras e operacionais da empresa.

O segundo denominado de Relatório Anual contém gráficos, planilhas, tabelas e é apresentado em dois idiomas: português e inglês. Alguns programas sociais se repetem nos dois demonstrativos, inclusive a DVA e o balanço social. Trabalhou-se com as informações dos dois relatórios.

6.1.7.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 65: Grau de abrangência na confecção do BS – ESCELSA

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	Sim
Balanço de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Sim
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da ESCELSA

No Balanço de Recursos Humanos é apresentando um quadro de pessoal, um quadro com a escolaridade dos empregados; e posteriormente informada a quantidade homem-hora treinada. No Balanço Ambiental só é citado que a empresa tem um carro, cedido

em comodato, a um projeto de responsabilidade social do governo do estado do Espírito Santo. Nada mais é apresentado sobre ações ambientais. E sobre ações para a Sociedade, são descritos seus projetos sociais. Embora sofisticado no aspecto gráfico, todas as apresentações são limitadas em seu conteúdo, o que pode ser considerado como pouco abrangente pela ótica deste estudo.

6.1.7.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

A empresa apresentou de negativo em suas demonstrações apenas o número de acidentes de trabalho nos dois exercícios e o número de reclamações e críticas dos consumidores. Essas informações foram extraídas pelo preenchimento do modelo Ibase.

6.1.7.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 66: Presença de parâmetros comparativos – ESCELSA

1 - Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado
Resultado operacional (RO)	Informado
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informado
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da ESCELSA

Quadro 67: Presença de Indicadores Sociais Internos – ESCELSA

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Informado
Educação	Informado
Cultura	Informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Informado
Creches ou auxílio-creche	Informado
Participação nos lucros ou resultados	Informado
Outros	Informado
Total - Indicadores sociais internos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da ESCELSA

Quadro 68: Presença de Indicadores Sociais Externos – ESCELSA

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Informado
Cultura	Informado
Saúde e saneamento	Informado
Esporte	Informado
Combate à fome e segurança alimentar	Informado
Outros	Não informado
Total das contribuições para a sociedade	Informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Informado
Total - Indicadores sociais externos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da ESCELSA

Quadro 69: Presença de Indicadores Ambientais – ESCELSA

4 - Indicadores Ambientais	Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	Informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos	Informado
Total dos investimentos em meio ambiente	Informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da ESCELSA

Quadro 70: Presença de Indicadores do Corpo Funcional – ESCELSA

5 – Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	Informado
Nº. de admissões durante o período	Informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	Informado
Nº. de estagiários (as)	Informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	Informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	Informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	Informação dúbia
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	Informação dúbia
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da ESCELSA

As informações referentes à quantidade de negros e sua relação percentual com os cargos de chefia foram consideradas dúbias, pois a empresa preencheu com um traço, os campos de respostas dos indicadores do número de negros e sua relação com os cargos de chefia. Deixa a dúvida se a intenção era de não informar ou se não existe empregados negros na empresa.

Quadro 71: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial – ESCELSA

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		Situação
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		Informado
Número total de acidentes de trabalho		Informado
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	Informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	Informado
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Não informado
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	Informado
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva	Informado
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Informado
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____% no Procon _____% na Justiça _____%	Informado

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	___ % governo	Informado
	___ % colaboradores (as)	
	___ % acionistas	
	___ % terceiros	
	___ % retido	

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da ESCELSA

Quadro 72: Presença de rubricas – ESCELSA

Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não
1 – RECEITAS	✓	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	✓	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)	✓	
1.3) Não operacionais	✓	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores – ICMS e IPI)	✓	
2.1) Matérias-primas consumidas		✓
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	✓	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	✓	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos		✓
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	✓	
4 – RETENÇÕES	✓	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	✓	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	✓	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	✓	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	✓	
6.2) Receitas financeiras	✓	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	✓	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		✓
8.1) Pessoal e encargos	✓	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	✓	
8.3) Juros e aluguéis	✓	
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	✓	
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	✓	

Fonte: DVA recebida

Incluiu “Juros e Variação Monetária” junto ao item que trata dos valores recebidos em transferência, sem apresentar qualquer explicação para tal adição.

6.1.7.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS

Quadro 73: Análise da transparência na confecção do BS – ESCELSA

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Não
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Não
Apresenta relevância dos investimentos?	Não
Apresenta amplitude dos investimentos?	Não

Fonte: Balanço Social recebido da ESCELSA

Todos os programas sociais internos, para a comunidade, ações de cidadania como combate à fome e ações ambientais são apresentados sem revelar os valores envolvidos, tornando-os menos transparentes. Como a empresa não preencheu esse dado no modelo Ibase apresentado, essa informação fica confusa e menos transparente.

São citados projetos sociais e a quantidade de pessoas abrangidas, porém não faz menção a quantos foram atingidos no exercício em análise.

Foi verificada uma inconsistência no Relatório Anual. Ele é apresentado em 88 páginas, porém no seu índice são citados tópicos até a página 126, esse fato diminui mais a transparência das informações oferecidas.

6.1.8. COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ – PIRATININGA

A PIRATININGA respondeu à solicitação informando que o balanço social estava disponível no *site*, junto com as informações sobre finanças, inserido no Relatório da Administração. É apresentado em 21 páginas, divididas em: dados operacionais e financeiros; atos societários; investimentos; programas de pesquisa e desenvolvimento; dados sociais; e o balanço social

6.1.8.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 74: Grau de abrangência na confecção do BS – PIRATININGA

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	Sim
Balanço de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Sim
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da PIRATININGA

A empresa só apresentou às informações sobre a DVA referentes ao preenchimento do modelo Ibase, o que torna limitada, visto que no modelo só são apresentados o valor adicionado a distribuir e o percentual de participação desse valor.

Também não apresentou suas ações para a sociedade ou comunidade, ficando restrita à descrição de programas internos. Na parte ambiental, está limitada ao que foi apresentado nos números do modelo Ibase e nos assuntos operacionais, como licenças ambientais.

6.1.8.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

Percebe-se neste relatório uma prática sutil de introdução de vieses positivos, quando é relatado que a empresa teve um aumento no índice de produtividade do quadro de pessoal de 25%. Esse índice é encontrado dividindo o número de consumidores pelo número de empregados. Porém não é informada que houve uma redução de mais de 10% no quadro, o que por si só já aumentaria essa relação, mesmo se a empresa não tivesse tido um aumento de consumidores. Obviamente que neste caso a percentagem do quadro não justifica o percentual de incremento no indicador, demonstrando realmente, em parte, ganhos de produtividade.

No Balanço Ambiental cita que deu continuidade às negociações para o licenciamento ambiental, porém essa atividade é considerada como operacional do negócio

que serve para poder continuar atuando em um mercado regulado e dependente dos recursos naturais.

6.1.8.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 75: Presença de parâmetros comparativos – PIRATININGA

1 - Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado
Resultado operacional (RO)	Informado
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informado
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da PIRATININGA

Quadro 76: Presença de Indicadores Sociais Internos – PIRATININGA

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Informado
Educação	Informado
Cultura	Informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Informado
Creches ou auxílio-creche	Informado
Participação nos lucros ou resultados	Informado
Outros	Informado
Total - Indicadores sociais internos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da PIRATININGA

Quadro 77: Presença de Indicadores Sociais Externos – PIRATININGA

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Informado
Cultura	Informado
Saúde e saneamento	Informado
Esporte	Informado
Combate à fome e segurança alimentar	Informado
Outros	Informado

Total das contribuições para a sociedade	Informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Informado
Total - Indicadores sociais externos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da PIRATININGA

Quadro 78: Presença de Indicadores Ambientais – PIRATININGA

4 - Indicadores Ambientais		Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		Informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos		Informado
Total dos investimentos em meio ambiente		Informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da PIRATININGA

Quadro 79: Presença de Indicadores do Corpo Funcional – PIRATININGA

5 - Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	Informado
Nº. de admissões durante o período	Informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	Informado
Nº. de estagiários (as)	Informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	Informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	Informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	ND
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	ND
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da PIRATININGA

A empresa não disponibilizou as informações referentes ao número de negros na empresa, bem como sua relação com os cargos de chefia, preferindo preencher com a sigla “ND”, possibilidade essa, permitida conforme orienta as normas do modelo Ibase.

**Quadro 80: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial –
PIRATININGA**

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		Situação
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		Informado
Número total de acidentes de trabalho		Informado
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) () todos(as) + Cipa	Informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	Informado
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Informado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Informado
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos	Informado
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia () organiza e incentiva	Informado
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Informado
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____% no Procon _____% na Justiça _____%	Informado
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____% governo _____% colaboradores (as) _____% acionistas _____% terceiros _____% retido	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da PIRATININGA

Quadro 81: Presença de rubricas – PIRATININGA

Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não
1 – RECEITAS		✓
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		✓
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)		✓
1.3) Não operacionais		✓
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores – ICMS e IPI)		✓
2.1) Matérias-primas consumidas		✓
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos		✓
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros		✓
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos		✓
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		✓
4 – RETENÇÕES		✓
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		✓
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		✓
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		✓
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		✓
6.2) Receitas financeiras		✓
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	✓	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	✓	
8.1) Pessoal e encargos		✓
8.2) Impostos, taxas e contribuições		✓
8.3) Juros e aluguéis		✓
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		✓
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício		✓

Fonte: DVA recebida

6.1.8.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS**Quadro 82: Análise da transparência na confecção do BS – PIRATININGA**

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Não
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Não
Apresenta relevância dos investimentos?	Não
Apresenta amplitude dos investimentos?	Não

Fonte: Balanço Social recebido da PIRATININGA

Como positivo, é apresentada a certificação SA⁶ 8000 conseguida pela empresa em 2003. Já em outros casos percebe-se a falta de transparência como por exemplo, o relatório cita "a preocupação em desenvolver, junto à comunidade, programas culturais, sociais e de saúde, de carácter transformador, reflete a contribuição que as empresas podem proporcionar aos públicos externos". Porém a empresa não citou nenhum desses programas, apoios ou parcerias.

Os programas desenvolvidos pela empresa, tratam de ações voltadas para a saúde, sem quantificar quantos foram atingidos ou quanto foi investido em cada programa, o que gerou uma limitação nas informações disponibilizadas com base nas diretrizes da pesquisa.

6.1.9. ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S/A – ELETRONUCLEAR

A ELETRONUCLEAR respondeu à solicitação informando o *site* para consulta. O balanço social faz parte do Relatório da Administração e de Responsabilidade Social. O relatório é apresentado em 10 páginas, divididas em: mercado elétrico, a empresa, realizações corporativas, aspectos econômico-financeiros, aspectos sociais, balanço social e DVA.

⁶ Norma de Responsabilidade Social, desenvolvida em 1997 e revisada em 2001 pela Social Accountability International - SAI. A SA 8000 é uma norma voluntária que se baseia em Convenções da OIT - Organização Internacional do Trabalho, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ela abrange nove temas: Trabalho infantil; Trabalho forçado; Segurança e saúde no trabalho; Liberdade de associação e direito à negociação coletiva; Discriminação; Práticas disciplinares; Horário de trabalho; Remuneração; e Sistemas de gestão.

O sistema de certificação SA 8000 foi estruturado em moldes similares ao esquema internacional de Avaliação da Conformidade por Organismos Certificadores de Sistemas de Gestão da Qualidade (ISO 9000) e de Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14000). Atualmente, há nove Organismos Certificadores credenciados pela SAI. A certificação de empresas com base na norma SA 8000 se assenta nos méritos comprovados das técnicas de auditoria preconizadas nas normas ISO: implementação de ações preventivas e corretivas; incentivo à melhoria contínua; e foco na documentação que comprove a eficácia desses sistemas de gestão. Além disso, o sistema de certificação SA 8000 inclui três elementos essenciais para a auditoria (e monitoramento) social: conjunto de padrões específicos de desempenho com requisitos mínimos; exigências para que os auditores consultem e entrevistem as partes interessadas, tais como ONGs, sindicatos patronais e, obviamente, de trabalhadores; e mecanismos de reclamação e apelação, que permitem que trabalhadores individuais, organizações e outras partes interessadas encaminhem questões de não-conformidade em empresas certificadas pela SA 8000. (CICCO, 2005)

6.1.9.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 83: Grau de abrangência na confecção do BS – ELETRONUCLEAR

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	Sim
Balanço de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Sim
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da ELETRONUCLEAR

A empresa faz apenas um parágrafo para as considerações ambientais, e mesmo assim, apresenta assuntos sobre licenciamento nuclear. Ressalta-se que essa empresa fez parte da amostra do trabalho apresentado por Siqueira (2003) que foi realizado com as informações sociais referentes ao exercício de 2000 e, conforme observado por ele, a empresa – que trabalha com energia nuclear – não apresentou informações sobre medições de níveis de radioatividade nos recursos hídricos que cercam a usina, o mesmo ocorrendo nesta amostra.

No Balanço de Recursos Humanos é citado o efetivo de empregados com uma divisão por faixa etária e por nível escolar. O relatório cita também as reformulações de estrutura organizacionais e as participações em disputas por prêmios, a realização de um concurso público e a explicação de um programa de desligamento incentivado.

6.1.9.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

Verifica-se a incidência de expressões que denotam um caráter auto promocional das ações desempenhadas pela empresa, tais como: "o ótimo desempenho", "grandes desafios", "excelência da sua força de trabalho" e "conquistou as metas". Todas usadas em um parágrafo com menos de 4 linhas. Esta prática também é observada no parágrafo seguinte com a expressão "esta competência foi certificada" e no próximo com a sentença "a coroação do êxito". Nenhuma informação negativa foi apresentada, nem mesmo as requisitadas pelo modelo Ibase.

No que diz respeito a parte ambiental é informado apenas o total de investimentos no meio ambiente no modelo Ibase e aspectos para a concessão de licenças nucleares o que representa uma obrigação operacional e legal e não uma ação social.

6.1.9.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 84: Presença de parâmetros comparativos – ELETRONUCLEAR

1 - Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado parcialmente
Resultado operacional (RO)	Informado parcialmente
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informado
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da ELETRONUCLEAR

A empresa ao invés de informar a “Receita Líquida (RL)” informou “Faturamento Bruto” e ao invés de “Resultado Operacional (RO)” apresentou o “Resultado Operacional Bruto”.

Quadro 85: Presença de Indicadores Sociais Internos – ELETRONUCLEAR

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Informado
Educação	Não informado
Cultura	Não informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Não informado
Creches ou auxílio-creche	Não informado
Participação nos lucros ou resultados	Não informado
Outros	Informado
Total - Indicadores sociais internos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da ELETRONUCLEAR

A empresa adicionou mais um item neste conjunto de indicadores sociais internos que foi o “Bônus de Eficiência Operacional”.

Quadro 86: Presença de Indicadores Sociais Externos – ELETRONUCLEAR

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Não informado
Cultura	Não informado
Saúde e saneamento	Não informado
Esporte	Não informado
Combate à fome e segurança alimentar	Não informado
Outros	Não informado
Total das contribuições para a sociedade	Informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Informado
Total - Indicadores sociais externos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da ELETRONUCLEAR

As informações das contribuições para a sociedade são apresentadas pelo seu total, não individualizando os valores destinados a cada indicador, ficando prejudicada as análises comparativas, visto que, não são informados os valores individualizados. Adicionalmente foi incluída a informação referente à “Fundação Eletronuclear de Assistência Médica”.

Quadro 87: Presença de Indicadores Ambientais – ELETRONUCLEAR

4 - Indicadores Ambientais	Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	Não informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos	Não informado
Total dos investimentos em meio ambiente	Informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%
	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da ELETRONUCLEAR

Quadro 88: Presença de Indicadores do Corpo Funcional – ELETRONUCLEAR

5 – Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	Informado
Nº. de admissões durante o período	Informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	Não informado
Nº. de estagiários (as)	Informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	Não informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	Informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	Não informado
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	Não informado
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da ELETRONUCLEAR

Informou adicionalmente a idade média dos homens e mulheres da empresa.

Quadro 89: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial – ELETRONUCLEAR

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Situação	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	Não informado	
Número total de acidentes de trabalho	Não informado	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Não informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	Não informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	Não informado
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Não informado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Não informado
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	Não informado

Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia () organiza e incentiva	Não informado
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Não informado
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____ % no Procon _____ % na Justiça _____ %	Não informado
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Não informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	____ % governo ____ % colaboradores (as) ____ % acionistas ____ % terceiros ____ % retido	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da ELETRONUCLEAR

A empresa forneceu adicionalmente alguns novos indicadores, porém não respondeu nenhuma questão quanto ao seu exercício de cidadania empresarial. Essas inclusões e exclusões só dificultam a comparabilidade de suas informações.

Quadro 90: Presença de rubricas – ELETRONUCLEAR

Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não
1 – RECEITAS	✓	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	✓	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)		✓
1.3) Não operacionais	✓	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores – ICMS e IPI)	✓	
2.1) Matérias-primas consumidas	✓	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	✓	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	✓	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	✓	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	✓	
4 – RETENÇÕES	✓	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	✓	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	✓	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	✓	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		✓

6.2) Receitas financeiras	✓	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	✓	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		✓
8.1) Pessoal e encargos	✓	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	✓	
8.3) Juros e aluguéis	✓	
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	✓	
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	✓	

Fonte: DVA recebida

No item que trata dos insumos adquiridos adiciona “Variação monetária e cambial passiva”; “Quotas para o descomissionamento Angra I e II” “Provisão para contingências atuariais e judiciais”, e no item 8, inclui “Reversões de I. Renda e C. Social s/ prejuízos fiscais”. Todos sem explicação ou justificativa.

6.1.9.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS

Quadro 91: Análise da transparência na confecção do BS – ELETRONUCLEAR

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Sim
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Não
Apresenta relevância dos investimentos?	Não
Apresenta amplitude dos investimentos?	Não

Fonte: Balanço Social recebido da ELETRONUCLEAR

De positivo destaca-se a explicação fornecida pela empresa na apresentação da DVA, informando resumidamente como foi distribuído o valor adicionado. Usou também notas de rodapé para esclarecer duas rubricas utilizadas no demonstrativo. Esta foi a única DVA com algum tipo de explicação.

Em contrapartida, na mesma DVA aparecem itens como por exemplo, as quotas para o descomissionamento de Angra I e II que não possuem explicações adicionais sobre seu

significado. Os indicadores adicionados no modelo Ibase também não apresentavam justificativa de suas inclusões e nem explicação sobre seus conteúdos, deixando pouco transparente sua apresentação. Um exemplo é o Resultado Operacional Bruto apresentado pela empresa no conjunto de indicadores referentes a base cálculo onde não foi explicado seu significado. Isto deveria ter sido feito, visto que essa nomenclatura não é de uso corrente nas demonstrações contábeis brasileiras. Outro exemplo seria o Bônus de Eficiência Operacional apresentado no conjunto de indicadores internos, também sem a devida explicação.

6.1.10. COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL

A COPEL apresentou um relatório ilustrado com capa dura com cerca de 200 páginas e um CD com todo seu conteúdo apresentado em três idiomas, português, inglês e espanhol.

6.1.10.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 92: Grau de abrangência na confecção do BS – COPEL

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	Sim
Balanço de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Sim
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da COPEL

Apresenta um capítulo denominado de “Responsabilidade Social Empresarial” – onde são apresentas 20 páginas de ações voltadas para a sociedade e às comunidades atendidas pela empresa. No Balanço de Recursos Humanos são apresentados vários benefícios da empresa. É divulgada também uma cláusula contratual que está sendo utilizada nos contratos com os fornecedores com as seguintes características: “não praticar formas de trabalhos ilegais; não empregar menores de 18 anos em trabalhos insalubres, noturnos ou

perigosos; não permitir a discriminação no acesso à relação de emprego, seja ela ligada a sexo, origem, cor, raça, condição física, religião, estado civil, idade, entre outros; preservar o meio ambiente.” A cláusula também dá autonomia à COPEL de fiscalizar esses itens a qualquer momento. O mesmo grau de informação é fornecido para as áreas de cultura e educação. Devido ao apresentado, estas informações foram consideradas como abrangentes.

6.1.10.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

A empresa apresentou apenas as informações negativas do preenchimento do modelo Ibase que são a quantidade de acidentes de trabalho nos exercícios de 2003 e 2002 e as reclamações e críticas dos consumidores.

6.1.10.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 93: Presença de parâmetros comparativos – COPEL

1 - Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado
Resultado operacional (RO)	Informado
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informado
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da COPEL

A empresa acrescentou nesse quadro o Valor Adicionado Total, que servirá adicionalmente para traçar relações percentuais para os itens 2, 3 e 4.

Quadro 94: Presença de Indicadores Sociais Internos – COPEL

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Informado
Educação	Informado

Cultura	Informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Informado
Creches ou auxílio-creche	Informado
Participação nos lucros ou resultados	Informado
Outros	Informado
Total - Indicadores sociais internos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da COPEL

Apresentou adicionalmente além das relações percentuais sobre a receita líquida e a folha de pagamento bruta, a relação com o valor adicionado total.

Quadro 95: Presença de Indicadores Sociais Externos – COPEL

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Informado
Cultura	Informado
Saúde e saneamento	Informado
Esporte	Informado
Combate à fome e segurança alimentar	Informado
Outros	Informado
Total das contribuições para a sociedade	Informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Informado
Total - Indicadores sociais externos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da COPEL

Apresentou adicionalmente além das relações percentuais sobre a receita líquida e a folha de pagamento bruta, a relação com o valor adicionado total. Informa adicionalmente os programas referentes a educação, saúde e saneamento. No indicador “Outros”, apresenta separadamente os valores e programas que o compõe.

Quadro 96: Presença de Indicadores Ambientais – COPEL

4 - Indicadores Ambientais		Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		Informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos		Informado
Total dos investimentos em meio ambiente		Informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da COPEL

Além de informar os totais dos investimentos relacionados com a produção/operação da empresa e os relacionados aos programas e/ou projetos externos, conforme determina o modelo Ibase, apresenta adicionalmente as denominações dos programas que compõe essas duas linhas de investimentos, bem como, os valores investidos em cada programa.

Quadro 97: Presença de Indicadores do Corpo Funcional – COPEL

5 - Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	Informado
Nº. de admissões durante o período	Informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	ND
Nº. de estagiários (as)	Informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	Informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	Informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	Informado
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da COPEL

O número de empregados terceirizados foi preenchido com a sigla “ND” conforme permitido pelo manual de preenchimento do modelo Ibase.

Quadro 98: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial – COPEL

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		Situação
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		Informado
Número total de acidentes de trabalho		Informado
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) () todos(as) + Cipa	Informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	Informado
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Informado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Informado
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos	Informado
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia () organiza e incentiva	Informado
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Informado/ND
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____% no Procon _____% na Justiça _____%	ND
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Não informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	____% governo ____% colaboradores (as) ____% acionistas ____% terceiros ____% retido	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da COPEL

A empresa divulgou o mesmo número, 183.661, como a quantidade de reclamações recebidas de consumidores “na empresa” nos exercícios de 2002 e de 2003. É improvável que esse número se repita como foi informado pela empresa. Quanto às informações referentes às reclamações junto ao PROCON e a Justiça, foram preenchidas com o termo “ND” conforme permite o manual do Ibase.

Quadro 99: Presença de rubricas – COPEL

Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não
1 – RECEITAS	✓	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	✓	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)	✓	
1.3) Não operacionais	✓	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores – ICMS e IPI)	✓	
2.1) Matérias-primas consumidas		✓
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	✓	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	✓	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos		✓
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	✓	
4 – RETENÇÕES	✓	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	✓	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	✓	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	✓	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	✓	
6.2) Receitas financeiras	✓	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	✓	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	✓	
8.1) Pessoal e encargos	✓	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	✓	
8.3) Juros e aluguéis	✓	
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	✓	
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	✓	

Fonte: DVA recebida

No item 2 são incluídos: “Encargos de uso do sistema de transmissão”, e “Encargos de capacidade emergencial”. No item 4, é incluído um subitem de “Item

extraordinário”. O item 8 é dividido em “Pessoal”; “Governo”; “Financiadores” e “Acionistas”, sendo os dois primeiros apresentados em subitens. Por fim apresenta quatro índices: “Valor adicionado por empregado”; “Taxa de contribuição do patrimônio líquido”; “Taxa de geração de riqueza”; e “Taxa de retenção de riqueza”. Essas informações, principalmente as relativas aos encargos, dificulta a comparabilidade, pois a COPEL foi a única a apresentá-la. O mesmo ocorre com o “Item extraordinário”.

6.1.10.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS

Quadro 100: Análise da transparência na confecção do BS – COPEL

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Não
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Sim
Apresenta relevância dos investimentos?	Não
Apresenta amplitude dos investimentos?	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da COPEL

No conjunto de indicadores referentes ao exercício da cidadania empresarial no modelo Ibase, chama a atenção o percentual de 100% de solução das mais de 180 mil críticas referentes ao ano de 2003. Não é externalizado de que maneira esse valor foi todo solucionado. Será que o simples fato de ouvir uma reclamação ou crítica é computado como solucionado? Essa dúvida aparece pelo fato da empresa relatar ter resolvido todas essas questões em apenas um ano.

As rubricas de encargos de uso do sistema de transmissão e encargos de capacidade emergencial que constam na DVA são apresentadas sem a devida exposição sobre seu conteúdo. Ainda na DVA, é apresentado o subitem denominado “Item Extraordinário” que não possui explicação do que ele representa, o que acaba por transformar essas informações em pouco transparentes.

É citada a meta de tornar o GRI (*Global Reporting Initiative*) o principal padrão de confecção do relatório social para os próximos anos.

A empresa apresenta o nome do responsável bem como seu telefone e endereço eletrônico na apresentação do modelo Ibase de acordo com o manual de preenchimento expedido pelo instituto e no final do relatório apresenta uma relação de contatos ligados aos acionistas, código de ética, consumidores, ouvidoria, investidores e sustentabilidade e cidadania corporativa.

A última página desse relatório é pré-picotada e serve para receber sugestões e encaminhar ao setor de Coordenação de Marketing. Essa página corrobora ainda mais com a preocupação da empresa com a *interface* com a sociedade.

Verifica-se que nas ações sociais apresentadas não são demonstrados os valores envolvidos em cada programa.

6.1.11. CENTRAIS ELÉTRICAS S/A – FURNAS

A empresa disponibilizou um livro ilustrado com 126 páginas de informações sociais. Chama a atenção o fato do livro ser colorido, com diversas gravuras ao longo dos seus textos. Diferente das empresas que apresentaram as informações sociais dentro do Relatório da Administração, ou junto as Demonstrações Contábeis ou Financeiras, FURNAS apresenta esse demonstrativo só com informações sociais.

6.1.11.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 101: Grau de abrangência na confecção do BS – FURNAS

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanco Ambiental	Sim
Balanco de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Sim
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido de FURNAS

O próximo item “Preparando para o Trabalho” é dividido em três áreas de projetos sociais: Capacitando Jovens; Gerando Renda; e Promovendo a Inclusão. São descritos 36 programas sociais. O primeiro trata da capacitação de jovens, a maioria de baixa renda, realizadas em várias regiões do Brasil. O de geração de renda é focado na melhoria da renda para todas as famílias de baixa renda. E o terceiro é voltado para a inclusão de pessoas especiais no convívio da sociedade.

Posteriormente apresenta o tópico “Cuidando da Vida”, dividido em: Segurança Alimentar e Nutricional; e Saúde. Esse tópico apresenta as necessidades das comunidades vizinhas às bases hidrográficas da empresa. Na primeira etapa são apresentados programas envolvendo a alimentação das comunidades, principalmente as carentes que margeiam as dependências da empresa. Em relação ao item Saúde, são apresentados programas que englobam atividades de voluntários, parcerias com outras instituições, palestras e demais incentivos a saúde.

O mesmo acontece nas áreas de cultura, educação, lazer, esporte, campanhas, apoios e doações. A diferença básica desse capítulo é a inclusão de tabelas que demonstram as campanhas realizadas, os apoios e demandas.

Posteriormente o demonstrativo apresenta informações nas áreas ambientais, de conservação de energia e de pesquisa e desenvolvimento, apresentando ações para o meio ambiente. No próximo item são apresentados os patrocínios culturais nas áreas da música, artes cênicas, documentários e outros.

6.1.11.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

A empresa divulgou dentro desse relatório social, um questionário sobre responsabilidade corporativa onde se destaca a apresentação de uma pesquisa de auto-avaliação com base nos indicadores Ethos de Responsabilidade Social. Destacam-se quesitos

como: Compromissos Éticos; Diálogos com *Stakeholders*; Relações com a Concorrência; balanço social; Sindicatos; entre outros. Na resposta do questionário constatou-se a existência de informações de cunho negativo.

Apresentaram as seguintes informações negativas: a divulgação da quantidade de acidentes de trabalho dos exercícios de 2003 e 2002 e que em suas seleções de fornecedores não são considerados os padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental desses prestadores de serviços.

É informado dentro do conjunto de indicadores sociais externos o valor envolvido com a compensação pela utilização de recursos hídricos. Essa informação não pode ser considerada como um indicador social, mas sim um ato compensatório de uma degradação feita pela própria empresa. Essa informação deve ser fornecida, porém não junto aos indicadores sociais externos, pois acaba caracterizando uma tentativa de potencialização de resultados.

6.1.11.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 102: Presença de parâmetros comparativos – FURNAS

1 - Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado
Resultado operacional (RO)	Informado
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informado
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido de FURNAS

Quadro 103: Presença de Indicadores Sociais Internos – FURNAS

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Informado

Educação	Informado
Cultura	Não informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Informado
Creches ou auxílio-creche	Informado
Participação nos lucros ou resultados	Informado
Outros	Informado
Total – Indicadores sociais internos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido de FURNAS

Quadro 104: Presença de Indicadores Sociais Externos – FURNAS

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Não informado
Cultura	Não informado
Saúde e saneamento	Não informado
Esporte	Não informado
Combate à fome e segurança alimentar	Não informado
Outros	Não informado
Total das contribuições para a sociedade	Informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Informado
Total – Indicadores sociais externos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido de FURNAS

As informações das contribuições para a sociedade são apresentadas pelo seu montante. Os valores destinados a cada indicador não foram informados, deixando a dúvida se houve ou não investimentos e quais foram os valores gastos. Foi adicionado o indicador “Compensação pela utilização de recursos hídricos”.

Quadro 105: Presença de Indicadores Ambientais – FURNAS

4 – Indicadores Ambientais	Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	Informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos	Informado
Total dos investimentos em meio ambiente	Informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%
	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido de FURNAS

Quadro 106: Presença de Indicadores do Corpo Funcional – FURNAS

5 – Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	Informado
Nº. de admissões durante o período	Informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	Informado
Nº. de estagiários (as)	Informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	Informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	Informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	Não informado
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	Não informado
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido de FURNAS

Quadro 107: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial – FURNAS

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Situação	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	Informado	
Número total de acidentes de trabalho	Informado	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	Informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	Não informado
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	Informado
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva	Informado

Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Não informado
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____% no Procon _____% na Justiça _____%	Não informado
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Não informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	____% governo ____% colaboradores (as) ____% acionistas ____% terceiros ____% retido	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido de FURNAS

Quadro 108: Presença de rubricas – FURNAS

Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não
1 – RECEITAS	✓	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	✓	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)		✓
1.3) Não operacionais	✓	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores – ICMS e IPI)	✓	
2.1) Matérias-primas consumidas		✓
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	✓	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	✓	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos		✓
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	✓	
4 – RETENÇÕES	✓	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	✓	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	✓	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	✓	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		✓
6.2) Receitas financeiras	✓	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	✓	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	✓	
8.1) Pessoal e encargos	✓	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	✓	
8.3) Juros e aluguéis		✓
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	✓	
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	✓	

Fonte: DVA recebida

Incluiu no item que trata das retenções o subitem “Constituição/Reversão de Provisões” e no item da distribuição do valor adicionado os subitens: “Encargos Financeiros e Variação Monetária” e “Participação dos Empregados nos Lucros”.

6.1.11.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS

Quadro 109: Análise da transparência na confecção do BS – FURNAS

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Não
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Não
Apresenta relevância dos investimentos?	Não
Apresenta amplitude dos investimentos?	Sim

Fonte: Balanço Social recebido de FURNAS

A inclusão do subitem “Constituição/Reversão de Provisões” no item que trata das retenções na DVA, sem a devida explicação, deixa a informação pouco transparente. Cabe ressaltar que essa adição só foi verificada nessa empresa.

O balanço social começa apresentando algumas parcerias desenvolvidas pela empresa com outras instituições e apresentando uma relação descritiva de algumas ações desenvolvidas.

De negativo nota-se que algumas ações sociais apresentadas não citam o efetivo de pessoas atendidas pelos programas durante o exercício de 2003, bem como também não são apresentados os valores referentes aos gastos em anos anteriores. Com isso não é possível identificar se houve uma evolução dos programas, diminuindo assim a possibilidade de comparação dos dados prejudicando assim sua transparência.

No balanço social que seguiu o modelo do Ibase destaca-se o fato de que a informação referente à “Relação entre maior e menor remuneração na empresa” e ao “Número total de acidentes de trabalho” são as mesmas em dois anos consecutivos. Embora não seja

impossível, esta repetição parece estranha. Como a empresa não disponibiliza telefone ou e-mail de contato, não é possível verificar a veracidade da informação.

6.1.12. COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

A CELPE respondeu a nossa solicitação disponibilizando o caminho para o balanço social no seu *site*. Apresenta o seu relatório denominado “Balanço Social 2003” composto por 93 páginas divididas em assuntos sociais que envolvem: empregados, colaboradores, clientes e sociedade, destacando missão, visão e princípios e o seu código de ética.

6.1.12.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 110: Grau de abrangência na confecção do BS – CELPE

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	Sim
Balanço de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Sim
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da CELPE

A empresa limitou-se a apresentar apenas o valor adicionado que consta no modelo Ibase. Nada mais foi apresentado com referência a DVA, o que pode ser considerado como muito pouco abrangente, pois nem as duas informações do modelo do Ibase foram preenchidas. Quanto as outras três vertentes, foi verificado que foram apresentadas em capítulos, onde foram explicitados seus programas sociais e ambientais com uma boa abrangência.

6.1.12.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

A única informação negativa apresentada foi a indicação do número de acidentes de trabalho referentes aos exercícios 2003 e 2002.

6.1.12.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 111: Presença de parâmetros comparativos – CELPE

1 - Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado
Resultado operacional (RO)	Informado
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informado
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CELPE

Quadro 112: Presença de Indicadores Sociais Internos – CELPE

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Informado
Educação	Informado
Cultura	Informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Informado
Creches ou auxílio-creche	Informado
Participação nos lucros ou resultados	Informado
Outros	Informado
Total - Indicadores sociais internos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CELPE

Adicionalmente informa indicadores de “Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária” e “Vale transporte”.

Quadro 113: Presença de Indicadores Sociais Externos – CELPE

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Informado
Cultura	Informado
Saúde e saneamento	Informado
Esporte	Informado
Combate à fome e segurança alimentar	Informado
Outros	Informado
Total das contribuições para a sociedade	Informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Não informado
Total - Indicadores sociais externos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CELPE

Quadro 114: Presença de Indicadores Ambientais – CELPE

4 - Indicadores Ambientais	Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	Não informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos	Não informado
Total dos investimentos em meio ambiente	Não informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%
	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CELPE

Quadro 115: Presença de Indicadores do Corpo Funcional – CELPE

5 - Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	Informado
Nº. de admissões durante o período	Informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	Informado
Nº. de estagiários (as)	Informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	Informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	Informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	Informação dúbia
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	Informação dúbia
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CELPE

Em uma empresa que apresenta aproximadamente 1.800 empregados, é difícil não ter representantes da raça negra. E as informações sobre o número de empregados negros que trabalham na empresa e sua relação com os cargos de chefia foram informadas apenas com um traço, gerando dúvidas sobre o seu real significado, sendo por isso considerada como dúvida. Adicionalmente a empresa informa a escolaridade de seus empregados.

Foi detectada uma inconsistência com o modelo Ibase nas relações de números de empregados e de admissões. O relatório cita 89 novos empregados em um total de 1.765 no final do período. No modelo Ibase são apresentadas 114 admissões e um total de 1.771 empregados.

**Quadro 116: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial –
CELPE**

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		Situação
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		Informado
Número total de acidentes de trabalho		Informado
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	Informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	Informado
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	Informado
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho	<input type="checkbox"/> não se envolve	Informado

voluntário, a empresa:	() apóia () organiza e incentiva	
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Não informado
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____% no Procon _____% na Justiça _____%	Não informado
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Não informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____% governo _____% colaboradores (as) _____% acionistas _____% terceiros _____% retido	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CELPE

Quadro 117: Presença de rubricas – CELPE

Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não
1 – RECEITAS		✓
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		✓
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)		✓
1.3) Não operacionais		✓
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores – ICMS e IPI)		✓
2.1) Matérias-primas consumidas		✓
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos		✓
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros		✓
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos		✓
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		✓
4 – RETENÇÕES		✓
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		✓
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		✓
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		✓
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		✓
6.2) Receitas financeiras		✓
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	✓	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		✓
8.1) Pessoal e encargos		✓
8.2) Impostos, taxas e contribuições		✓

8.3) Juros e aluguéis		✓
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		✓
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício		✓

Fonte: DVA recebida

As informações das ações sociais não são preparadas de forma que se consiga visualizar os valores e abrangência de um ano para o outro, não deixando transparecer se houve evolução ou não nos dados. Não são apresentados em todos os casos os valores envolvidos. Nota-se também que em alguns casos não fica claro em qual exercício os gastos foram realizados. A empresa poderia seguir um padrão e tornar as informações mais fáceis de serem compreendidas.

6.1.12.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS

Quadro 118: Análise da transparência na confecção do BS – CELPE

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Não
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Não
Apresenta relevância dos investimentos?	Sim
Apresenta amplitude dos investimentos?	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da CELPE

O fato da empresa não evidenciar os anos das realizações de seus investimentos sociais prejudica a evidenciação de suas ações.

Destaca-se neste relatório a divulgação dos valores sociais investidos. Só que essa prática não foi contínua em todo o relatório, embora possa ser considerado um bom começo, principalmente porque a maioria das empresas não informa seus valores investidos.

Foi apresentada uma relação de divisões da empresa envolvidas na confecção do relatório ao seu final, contemplando as seguintes áreas: Comunicação Corporativa,

Responsabilidade Social, Comunicação Externa, Imagem Corporativa, Controle de Gestão e por último a Contabilidade. Porém não foi indicado quem era o responsável pelo demonstrativo social, apenas são fornecidos o nome e o e-mail de uma pessoa de cada departamento descrito acima, sem mencionar sua função ou sua relação com a elaboração do relatório.

6.1.13. COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA

A COELBA respondeu a pesquisa indicando que seu balanço social estava no *site* institucional. No caminho indicado foram encontrados três *links* ligados às ações sociais: um relatório denominado Balanço Social e Ambiental apresentados em 40 páginas. O segundo é destinado a apresentar a área ambiental e o terceiro é dividido em parcerias, ações na comunidade e patrocínios realizados. O Balanço Social e Ambiental está dividido em: a empresa; missão; compromisso; valorização do colaborador; relação com a comunidade; educação; meio ambiente; cultura; esportes; pesquisa e desenvolvimento; e ações sociais.

6.1.13.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 119: Grau de abrangência na confecção do BS – COELBA

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	Sim
Balanço de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Não
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da COELBA

A empresa não apresentou as informações sobre a DVA existentes no modelo Ibase e nem nos três *links* indicados, o que limita a informação sobre a redistribuição de renda. Segundo Gomes (2000) essa demonstração é importante para corrigir alguns enganos que podem ser advindos da diferença entre o resultado do faturamento e do lucro do resultado.

Com relação ao balanço de recursos humanos, a empresa apresenta com uma boa riqueza de detalhes, as ações envolvendo a política de salários, benefícios, segurança e medicina no trabalho e treinamentos. Para o balanço ambiental foram apresentados alguns programas e parcerias realizadas, relatando para que serviam essas ações. As informações dos benefícios para a sociedade são apresentadas de maneira segregada identificando ação por ação com uma boa abrangência de acordo com as bases estipuladas nessa pesquisa.

6.1.13.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

Só foi localizada como negativa a informação da quantidade de acidentes de trabalho referentes aos exercícios de 2003 e 2002, dentro do modelo Ibase. Na apresentação dos programas não existem outras informações negativas.

6.1.13.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 120: Presença de parâmetros comparativos – COELBA

1 - Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado
Resultado operacional (RO)	Informado
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informado
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da COELBA

A empresa acrescentou nesse quadro o Valor Adicionado Total, que servirá adicionalmente para traçar relações percentuais para os itens 2, 3 e 4.

Quadro 121: Presença de Indicadores Sociais Internos – COELBA

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Informado

Educação	Informado
Cultura	Não informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Informado
Creches ou auxílio-creche	Informado
Participação nos lucros ou resultados	Informado
Outros	Não informado
Total - Indicadores sociais internos	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da COELBA

Quadro 122: Presença de Indicadores Sociais Externos – COELBA

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Informado
Cultura	Informado
Saúde e saneamento	Não informado
Esporte	Não informado
Combate à fome e segurança alimentar	Não informado
Outros	Informado
Total das contribuições para a sociedade	Não informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Informado
Total - Indicadores sociais externos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da COELBA

Informa adicionalmente o campo de “Doações e contribuições”.

Quadro 123: Presença de Indicadores Ambientais – COELBA

4 - Indicadores Ambientais	Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	Informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos	Informado
Total dos investimentos em meio ambiente	Não informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%
	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da COELBA

Quadro 124: Presença de Indicadores do Corpo Funcional – COELBA

5 - Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	Informado
Nº. de admissões durante o período	Informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	Informado
Nº. de estagiários (as)	Não informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	Informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	Não informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	Não informado
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	Não informado
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da COELBA

Informa adicionalmente mais um grupo de indicadores denominado “Investimentos sociais” onde são apresentados os valores investidos em dois programas: “Programa combate ao desperdício de energia” e “Programa de Pesquisa e Desenvolvimento”.

Quadro 125: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial – COELBA

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Situação	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	Não informado	
Número total de acidentes de trabalho	Informado	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	Informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	Não informado
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Informado

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	Informado
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva	Informado
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Não informado
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____% no Procon _____% na Justiça _____%	Não informado
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Não informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____% governo _____% colaboradores (as) _____% acionistas _____% terceiros _____% retido	Não informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da COELBA

6.1.13.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS

Quadro 126: Análise da transparência na confecção do BS – COELBA

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Não
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Não
Apresenta relevância dos investimentos?	Não
Apresenta amplitude dos investimentos?	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da COELBA

As ações sociais são explicadas desde sua origem até os valores envolvidos em 2003, porém nota-se que algumas ações ficaram sem a apresentação dos valores investidos. Percebe-se esse fato também nas informações ambientais e nas informações dos benefícios para a sociedade.

A empresa cita em seu relatório o seu “Bom Desempenho” referente ao exercício em questão, porém ao olhar para o balanço social no modelo Ibase aparecem informações

contrárias ao bom desempenho como, por exemplo: os acidentes de trabalho aumentaram, o efetivo de empregados diminuiu, a participação nos lucros caiu 50% e houve menos investimentos nas áreas ambientais. Faltou uma melhor explicação sobre o que vem a ser esse bom desempenho.

Ao final do balanço social são apresentados os responsáveis pela edição, produção, coordenação editorial, pelo texto, pelo projeto gráfico, porém não fica evidenciado quem é o responsável pelas informações divulgadas. Também não é aberto um canal de comunicação para esclarecimentos ou dúvidas advindas na análise dos dados sociais.

Destaca-se mais uma vez o fato de a empresa apresentar um demonstrativo todo focado nas ações sociais e ainda disponibilizar outros relatórios explicitando ainda mais as ações apresentadas em seu demonstrativo social.

6.1.14. COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ – CPFL

A CPFL atendeu a solicitação apontando o caminho do balanço social em seu *site*. O documento utilizado foi o Relatório Anual de 2003 que possui 216 divisões em 14 itens e subitens. São informações sobre a confecção do relatório, perfil das empresas, estratégia corporativa, desempenho econômico-financeiro, gestão da responsabilidade corporativa e do GRI.

A CPFL enviou seu demonstrativo social através de sua *holding* a CPFL Energia S/A. As empresas que participam desse grupo econômico-financeiro são: CPFL Paulista e CPFL Piratininga na distribuição de energia, a CPFL Brasil na comercialização de energia e a CPFL Geração na geração de energia.

A CPFL Piratininga já havia enviado separadamente seu demonstrativo e já havia sido foco desse estudo. A CPFL Paulista e a CPFL Geração não responderam a solicitação.

Enquanto a CPFL Brasil não consta da relação da ANEEL, por isso nem entrou no universo da amostra.

O fato de analisar a *holding* pode atrapalhar a análise principalmente no sentido de comparabilidade onde neste caso as ações estão potencializadas pelo somatório das quatro empresas envolvidas, inclusive de uma que já teve sua análise individualizada.

6.1.14.1. GRAU DE ABRANGÊNCIA DOS BALANÇOS SOCIAIS

Quadro 127: Grau de abrangência na confecção do BS – CPFL

Quatro Vertentes	Apresentado
Balanço Ambiental	Sim
Balanço de Recursos Humanos	Sim
Demonstração do Valor Adicionado	Sim
Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da CPFL

Não houve a confecção da DVA, ficando suas informações limitadas aos dois indicadores do grupo de informações do exercício da cidadania empresarial do modelo Ibase.

6.1.14.2. EXISTÊNCIA DE VIESES PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

Com a incorporação do GRI foram evidenciados uma série de indicadores de cunho negativo, como por exemplo: não possui processos de reciclagem e recuperação de água; descrição dos principais impactos na biodiversidade decorrentes da atividade operacional da empresa, onde foram relatados a diminuição do pescado nas regiões abrangidas, poda e corte de árvores e a contaminação do solo pelos resíduos das árvores. A falta de controle nos gases que provocam o efeito estufa e que destroem a camada de ozônio. Incidentes e multas decorrentes pela não conformidade a questões ambientais, incluindo tratados internacionais.

As informações negativas constantes no modelo Ibase referente ao número de acidentes de trabalho e as quantidades de reclamações dos consumidores: na empresa, na justiça e no PROCON também foram divulgadas.

6.1.14.3. GRAU DE COMPARABILIDADE ENTRE OS BALANÇOS SOCIAIS APRESENTADOS

Quadro 128: Presença de parâmetros comparativos – CPFL

1 – Base de Cálculo	Situação
Receita líquida (RL)	Informado
Resultado operacional (RO)	Informado
Folha de pagamento bruta (FPB)	Informado
Modelo apresentado é comparativo?	Sim

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CPFL

Quadro 129: Presença de Indicadores Sociais Internos – CPFL

2 - Indicadores Sociais Internos	Situação
Alimentação	Informado
Encargos sociais compulsórios	Informado
Previdência privada	Informado
Saúde	Informado
Segurança e medicina no trabalho	Informado
Educação	Informado
Cultura	Informado
Capacitação e desenvolvimento profissional	Informado
Creches ou auxílio-creche	Informado
Participação nos lucros ou resultados	Informado
Outros	Informado
Total - Indicadores sociais internos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CPFL

Quadro 130: Presença de Indicadores Sociais Externos – CPFL

3 - Indicadores Sociais Externos	Situação
Educação	Informado
Cultura	Informado
Saúde e saneamento	Informado
Esporte	Informado
Combate à fome e segurança alimentar	Informado

Outros	Informado
Total das contribuições para a sociedade	Informado
Tributos (excluídos encargos sociais)	Informado
Total – Indicadores sociais externos	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CPFL

Quadro 131: Presença de Indicadores Ambientais – CPFL

4 - Indicadores Ambientais		Situação
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		Informado
Investimentos em programas e/ou projetos externos		Informado
Total dos investimentos em meio ambiente		Informado
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CPFL

Quadro 132: Presença de Indicadores do Corpo Funcional – CPFL

5 - Indicadores do Corpo Funcional	Situação
Nº. de empregados (as) ao final do período	Informado
Nº. de admissões durante o período	Informado
Nº. de empregados (as) terceirizados(as)	Informado
Nº. de estagiários (as)	Informado
Nº. de empregados (as) acima de 45 anos	Informado
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	Informado
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	Informado
Nº. de negros (as) que trabalham na empresa	ND
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	ND
Nº. de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CPFL

A empresa preencheu com o termo “ND” os indicadores de número de negros na empresa e sua relação nos cargos de chefia, conforme a possibilidade descrita no manual do Ibase.

Quadro 133: Presença de Informações sobre exercício da cidadania empresarial – CPFL

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		Situação
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		Informado
Número total de acidentes de trabalho		Informado
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Informado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) () todos(as) + Cipa	Informado
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	Informado
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Informado
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	Informado
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos	Informado
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia () organiza e incentiva	Informado
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa _____ no Procon _____ na Justiça _____	Informado
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____% no Procon _____% na Justiça _____%	Informado
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Informado
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	____% governo ____% colaboradores (as) ____% acionistas ____% terceiros ____% retido	Informado

Fonte: Modelo de Balanço Social do Ibase e BS recebido da CPFL

Quadro 134: Presença de rubricas – CPFL

Demonstração do Valor Adicionado	Sim	Não
1 – RECEITAS		✓
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		✓
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)		✓
1.3) Não operacionais		✓
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores – ICMS e IPI)		✓
2.1) Matérias-primas consumidas		✓
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos		✓
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros		✓
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos		✓
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		✓
4 – RETENÇÕES		✓
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		✓
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		✓
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		✓
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		✓
6.2) Receitas financeiras		✓
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	✓	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	✓	
8.1) Pessoal e encargos		✓
8.2) Impostos, taxas e contribuições		✓
8.3) Juros e aluguéis		✓
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		✓
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício		✓

Fonte: DVA recebida

6.1.14.4. NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXTERNALIZADAS

Quadro 135: Análise da transparência na confecção do BS – CPFL

Aspecto analisado	Situação
Há nota explicativa?	Sim
Há parecer ou revisão por auditores independentes?	Não
Existe a identificação do responsável?	Sim
Apresenta relevância dos investimentos?	Não
Apresenta amplitude dos investimentos?	Sim

Fonte: Balanço Social recebido da CPFL

Já na mensagem do presidente há uma citação para as práticas de governança corporativa e que a empresa pelo segundo ano consecutivo utiliza o GRI na elaboração do Relatório Anual de Administração da empresa. Destaca-se a importância com as práticas de governança desde a introdução do relatório, há uma preocupação com as modificações realizadas em seu estatuto social e o começo da implantação da Lei *Sarbanes-Oxley*⁷. Apresenta ainda um anexo em CD contendo as diretrizes e princípios da governança, já demonstrando um começo mais transparente.

Destaca-se também a apresentação do código de ética da empresa, que informa as diretrizes da empresa sobre transparência e integridade das informações prestadas pela empresa, práticas discriminatórias, trabalho infantil, assédio de qualquer espécie e por fim, corrupção e propina.

Na seqüência do relatório é apresentada a Declaração da Diretoria para o GRI, conforme orienta o guia da *Global Reporting Initiative*. e todos os requisitos do GRI, começando com a apresentação de dados de eficiência em relação ao relacionamento com os clientes.

Posteriormente apresenta um tópico para os fornecedores demonstrando alguns critérios específicos de escolha, cumprimento de regras e de legislações específicas, como por exemplo, a ambiental. Na seqüência apresenta um quadro comparativo de três anos referentes

⁷ A Lei Sarbanes-Oxley é a mais abrangente e importante medida legislativa sobre valores mobiliários dos EUA que afeta empresas de capital aberto e contadores independentes, desde a criação da Comissão de Valores Mobiliários (SEC) em 1934. As reformas de maior impacto da lei abordam a divulgação e as demonstrações financeiras das empresas de capital aberto, governança corporativa e fiscalização de auditoria. As principais reformas contidas na Sarbanes-Oxley podem ser geralmente agrupadas em três categorias. Primeiro, a lei inclui reformas importantes visando melhoria operacional e recuperação da credibilidade na profissão contábil. Segundo, ela fornece novas ferramentas para fazer cumprir as leis de valores mobiliários. A Comissão de Valores Mobiliários tem usado esses instrumentos para ampliar o alcance do seu programa de fiscalização. Terceiro, a lei faz novas exigências destinadas a aperfeiçoar as práticas de divulgação e de relatórios financeiros. (TAFARA e STRAHOTA, 2005)

ao percentual de pagamento dos contratos de fornecedores e outro referente aos valores pagos aos cinco maiores fornecedores.

Apresenta a relação de doações para a comunidade, sociedade civil e para outros grupos, com a denominação de cada projeto e o seu valor de investimento. Já para a área ambiental que vem na seqüência, os valores na maioria das vezes não são informados, somente existe uma relação descritiva das atividades ambientais.

Por fim são apresentados os créditos para os respectivos responsáveis pelas informações, sendo fornecido também o telefone e o *e-mail* do responsável para esclarecimentos adicionais.

7. CONCLUSÕES

O histórico do balanço social no país é relativamente recente. A primeira publicação de um relatório social tem menos de 15 anos, ou seja, as abordagens e trabalhos desenvolvidos sobre este tema ainda encontram-se em sua fase inicial.

Já o mercado de energia elétrica, até então sob o gerenciamento do Estado, passou a ser regulado a partir da criação da ANEEL que assumiu a função de legislar o setor. Entre as regras que passaram a vigorar, está a obrigatoriedade da confecção do balanço social.

Nesse cenário, surgiu a necessidade de se fazer uma pesquisa com o objetivo de analisar a qualidade dos Balanços Sociais. A metodologia adotada foi a de solicitar o envio do balanço social as 79 empresas listadas no *site* da ANEEL. Esta comunicação foi realizada através do envio de e-mails e correspondências. Foram analisados 14 balanços sociais.

Os relatórios recebidos foram analisados segundo quatro parâmetros: abrangência dos Balanços Sociais; viés de potencialização de resultados; grau de comparabilidade entre os Balanços Sociais apresentados; e grau de transparência das informações disponibilizadas.

7.1. ABRANGÊNCIA

Em um ambiente regulado e com a obrigatoriedade de confecção do balanço social, esperava-se encontrar um conjunto de informações sociais mais padronizado. Porém, o fato da ANEEL aceitar modificações no modelo Ibase (conforme descrito em sua resolução), acaba por permitir que as empresas os alterem excessivamente, o que pode levar a uma perda de cobertura em alguma vertente.

Quadro 136: Resumo do Grau de Comparabilidade

	Balanco Ambiental	Balanco Recursos H	DVA	Benefícios à Sociedade
Eletronorte	Sim	Sim	Sim	Sim
EMAE	Sim	Sim	Não	Sim
CEAL	Não	Sim	Sim	Sim
CHESF	Sim	Sim	Sim	Sim
LIGHT	Sim	Sim	Sim	Sim
CEB	Sim	Sim	Sim	Sim
ESCELSA	Sim	Sim	Sim	Sim
Piratininga	Sim	Sim	Sim	Sim
Eletronuclear	Sim	Sim	Sim	Sim
COPEL	Sim	Sim	Sim	Sim
FURNAS	Sim	Sim	Sim	Sim
CELPE	Sim	Sim	Sim	Sim
COELBA	Sim	Sim	Não	Sim
CPFL	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: autor

Conforme se verifica no quadro acima um total de três empresas não apresentou informações que atendam a todas as vertentes

Adicionalmente as seguintes situações merecem destaque:

As empresas EMAE e a COELBA não apresentaram a DVA e nem as informações do modelo Ibase que apresenta o montante do valor adicionado e nem como foi realizada sua distribuição. Para Silva et al. (2001) a falta dessa informação prejudica a prática da responsabilidade social por parte da empresa, pois não ilustra como foi realizada a distribuição de seu valor adicionado.

A empresa CEAL não apresentou informações ambientais, na parte qualitativa de seu relatório social, nem tampouco nas informações do modelo Ibase referentes aos investimentos em meio ambiente. Como a natureza do sistema de geração de energia elétrica no Brasil é predominante hidráulica, com forte impacto ambiental, a não divulgação desta vertente pode ser considerada como uma forte limitação em sua abrangência.

Embora as demais empresas tenham apresentado as quatro vertentes do Fipecafi, foi verificado que mesmo essas informações podem ser consideradas como limitadas.

A CHESF, em seu balanço de recursos humanos, somente apresenta o seu quadro efetivo de empregados, informação já prestada no modelo Ibase e uma afirmação que estaria investindo fortemente em treinamento, porém sem esclarecê-los.

A LIGHT cita, no balanço ambiental, três ações: a primeira é o recebimento de um prêmio, a segunda seria o término de uma obra e a terceira cita a continuidade de projeto iniciado há onze anos. No modelo Ibase foi apresentado o montante de investimentos em meio ambiente sem responder às outras três perguntas do respectivo conjunto de indicadores ambientais. O que pode ser entendido como um conjunto de informações pouco rico.

A CEB, no balanço ambiental apresentado, limitou-se somente a apresentar o conjunto de indicadores ambientais e mesmo assim de maneira incompleta, pois não apresentou o último item que seriam as metas anuais para minimizar resíduos, consumos e a eficácia na utilização de recursos naturais.

O relatório social da ESCELSA apresentado pode ser definido como limitado em três aspectos, exceto quanto a DVA. No balanço de recursos humanos é informada a quantidade de homem-hora treinado, mas sem indicar se são cursos de extensão, graduação, idiomas entre outros. No balanço ambiental é informado apenas o conjunto de indicadores do modelo Ibase. E para os benefícios e contribuições para a sociedade são descritos apenas os propósitos das ações sociais.

Na empresa PIRATININGA a informação referente à DVA foi fornecida através do modelo Ibase, não demonstrando aos usuários como foi calculado o valor adicionado. Para as ações ambientais, apenas preencheu o modelo Ibase no seu conjunto de indicadores

ambientais. Não apresentou informações relevantes nos balanços de recursos humanos e nos benefícios e contribuições para a sociedade.

Na ELETRONUCLEAR somente a vertente da DVA foi apresentada de forma completa. As informações apresentadas no balanço de recursos humanos e nos benefícios e contribuições a sociedade podem ser considerados como limitados, pois são apresentadas apenas algumas ações sem muito aprofundamento de seus conteúdos. As informações ambientais citam a obtenção de licenciamento nuclear – que é inerente à atividade da empresa – e informa apenas um indicador do modelo Ibase.

A CELPE, referente à vertente da DVA, limitou-se a informar o valor adicionado dentro do modelo Ibase sem descrever como este é distribuído aos diferentes segmentos da sociedade.

A CPFL limitou-se a informar a DVA apenas respondendo às duas questões do modelo Ibase.

Tendo em vista o exposto acima, pode-se afirmar que as demonstrações sociais das empresas da amostra pecam no propósito de oferecer à sociedade uma informação abrangente.

7.2. VIÉS PARA POTENCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

Ao se observar o Quadro 137, percebe-se que as empresas apresentaram um baixo volume de informações de caráter negativo.

Quadro 137: Quantidade de Informações Negativas

Quantidade de Informações Negativas Evidenciadas	Quantidade de Empresas
Nenhuma	3
Apenas uma	6
Duas	3
Mais de duas	2

Fonte: autor

Das quatorze empresas que compõem a amostra, três delas não apresentaram qualquer informação de caráter negativo (EMAE, LIGHT e ELETRONUCLEAR), seis apresentam apenas uma informação negativa (ELETRONORTE, CEAL, CHESF, CEB, CELPE e COELBA), três apresentaram duas (ESCELSA, PIRATININGA, COPEL) e somente FURNAS e CPFL apresentaram mais de duas informações de cunho negativo.

É relevante frisar que das cinco empresas que relataram apenas uma informação negativa, cinco (CEAL, CHESF, CEB, CELPE e COELBA) o fizeram através do indicador Número Total de Acidentes de Trabalho sugerido pelo Ibase.

Deve-se destacar ainda que foi observada na amostra o uso de termos auto promocionais, de atenuantes e de exposição de informações de cunho negativo apresentadas com viés positivo.

Foi observado, portanto um viés para potencialização de resultados na amostra analisada.

7.3. COMPARABILIDADE

Verificou-se que a faculdade de ajustar o modelo Ibase cria empecilhos para a comparabilidade dos balanços sociais, já que este recurso foi utilizado com frequência pelas empresas.

Quadro 138: Modelo Ibase – quadro comparativo dos ajustes efetuados

	Base de cálculo	Indicadores sociais internos	Indicadores sociais externos	Balanco ambiental	Quadro funcional	Cidadania empresarial
Eletronorte	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
EMAE	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
CEAL	Não ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
CHESF	Não ajustado	Não ajustado	Não ajustado	Não ajustado	Ajustado	Não ajustado
LIGHT	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
CEB	Não ajustado	Ajustado	Ajustado	Não ajustado	Não ajustado	Ajustado
ESCELSA	Não ajustado	Não ajustado	Ajustado	Não ajustado	Ajustado	Ajustado
Piratinga	Não ajustado	Não ajustado	Não ajustado	Não ajustado	Ajustado	Não ajustado
Eletronuclear	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
COPEL	Não ajustado	Não ajustado	Não ajustado	Não ajustado	Ajustado	Ajustado
FURNAS	Não ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
CELPE	Não ajustado	Não ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
COELBA	Não ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
CPFL	Não ajustado	Não ajustado	Não ajustado	Não ajustado	Ajustado	Não ajustado

Fonte: autor

O Indicador Cultura do grupo de indicadores sociais externos foi excluído por seis empresas - ELETRONORTE, EMAE, CEAL, LIGHT, ELETRONUCLEAR e FURNAS.

ELETRONORTE, LIGHT e ELETRONUCLEAR apresentaram apenas uma informação das quatro referentes ao conjunto dos indicadores ambientais. Já EMAE, CEAL e CELPE, excluíram todo o conjunto de indicadores ambientais.

Um conjunto de doze empresas - ELETRONORTE, EMAE, CHESF, LIGHT, CEB, ESCELSA, PIRATININGA, ELETRONUCLEAR, FURNAS, CELPE, COELBA e CPFL - excluiu as informações referente a raça negra.

Quatro empresas - ELETRONORTE, EMAE, LIGHT e ELETRONUCLEAR - excluíram todo o conjunto de indicadores da cidadania empresarial.

Conforme se pode observar, todas as empresas fizeram algum tipo de ajuste no seu modelo Ibase. É fundamental frisar que nenhuma empresa forneceu a totalidade de informações requisitadas pelo modelo Ibase.

O que obteve mais exclusão foi o indicador referente a raça negra, onde 12 das 14 empresas não responderam ou não disponibilizaram essas informações. Resultado similar já havia sido apresentado por Miranda et al. (2001) a respeito dessas exclusões principalmente das informações sobre os negros nas organizações.

O que leva à seguinte conclusão: se as empresas sentem necessidade de fazer tantas alterações no modelo proposto, elas deveriam encaminhar para a ANEEL uma nova proposta de modelo. Ou mesmo, a própria agência reguladora, ao perceber a falta de comparabilidade dos relatórios, deveria alterar sua legislação.

Pode-se afirmar, portanto, que as demonstrações sociais analisadas apresentam baixa comparabilidade.

7.4. TRANSPARÊNCIA

Pode-se resumir a transparência das demonstrações sociais com base no quadro abaixo:

Das 14 empresas analisadas – vide quadro 139 - nenhuma apresentou parecer ou alguma menção dos auditores para as questões sociais. Como já abordado por Kroetz (2004) é necessário que os balanços sociais sejam auditados para fornecer uma maior confiabilidade para o processo de gestão administrativa.

Das 14 empresas analisadas, conforme quadro 139, apenas uma – Eletronuclear - apresentou notas explicativas atreladas a suas demonstrações numéricas e mesmo assim de baixo poder informativo.

De acordo com o quadro 139, apenas duas empresas – COPEL e CPFL – apresentam um responsável pelas informações, inclusive com um telefone para contato. As demais limitam-se, na melhor das hipóteses, a expor organizações ou órgãos internos envolvidos na geração das informações sociais sem estabelecer qualquer interface com a sociedade visando dirimir dúvidas.

Quadro 139: Quadro comparativo do nível de transparência

	Nota Explicativa	Parecer de Auditores Independentes	Identificação do Responsável	Relevância dos Investimentos	Amplitude dos Investimentos
Eletronorte	Não	Não	Não	Não	Não
EMAE	Não	Não	Não	Não	Não
CEAL	Não	Não	Não	Não	Não
CHESF	Não	Não	Não	Não	Sim
LIGHT	Não	Não	Não	Não	Não
CEB	Não	Não	Não	Não	Não
ESCELSA	Não	Não	Não	Não	Não
Piratininga	Não	Não	Não	Não	Não
Eletronuclear	Sim	Não	Não	Não	Não
COPEL	Não	Não	Sim	Não	Sim
FURNAS	Não	Não	Não	Não	Sim
CELPE	Não	Não	Não	Sim	Sim
COELBA	Não	Não	Não	Não	Sim
CPFL	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: autor

Problemas freqüentes também foram encontrados tanto na evidenciação da relevância dos investimentos quanto na externalização do alcance dos projetos sociais.

Percebe-se, portanto que os relatórios sociais em questão falham em oferecer uma informação transparente à sociedade.

Conforme demonstrado no decorrer da pesquisa, pode-se concluir que os balanços sociais das empresas analisadas – mesmo em um ambiente regulado – têm uma abrangência limitada no tocante às questões sociais; apresentam um viés para potencialização de resultados, são pouco comparáveis e oferecem baixa transparência quanto aos parâmetros utilizados na sua confecção, apresentando, portanto, uma qualidade precária. Tal fato sinaliza para a necessidade de evolução do balanço social como instrumento de mensuração da responsabilidade social corporativa.

Como sugestão de novas pesquisas, recomenda-se, dada a quantidade de ajustes feitos pelas empresas analisadas, a realização de um trabalho onde se verifique a adequabilidade do modelo de balanço social adotado, com a possível proposição de uma nova abordagem.

Pode-se ainda, em um estudo futuro, analisar os procedimentos e dificuldades inerentes à geração do relatório social, oferecendo uma perspectiva aprofundada relativa ao processo da informação social.

8. REFERÊNCIAS

ADAPTING the Global Reporting Initiative to fit your company. **Corporate Responsibility Management**, London, vol. 1, p. 13, out/nov. 2004.

ANEEL, **Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPE**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br>. Acesso em: jul. 2005c.

ANEEL, **Página eletrônica na internet**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br>. Acesso em: jul. 2005^a.

ANEEL, **Resolução Normativa nº 444**, de 26 de outubro de 2001. Institui o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPE, englobando o Plano de Contas revisado, a ser utilizado obrigatoriamente pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica e produtores independentes e autorizados. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br>. Acesso em: jul. 2005b.

ARAÚJO, Nara Maria Franco e FRANCO, Nívea Maria Costa. **Balanco social: qual a sua importância como instrumento de transparência de dados gerenciais sobre a dimensão sócio ambiental de seus negócios**. 34 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

ARNOSTI, José Carvalho Melchior. Balanco social: em busca da empresa cidadã. In XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 2000, Goiás. **Anais eletrônicos...Goiás**, 2000. Disponível em <http://www.milenio.com.br/siqueira/Tr200.htm>. Acesso em: 12 out. 2004.

ASHLEY, P., Gestão Ecocêntrica e Consumo Responsável: Desafios para a Responsabilidade Social Corporativa. In **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo, Editora Saraiva. 2002.

BANDEIRANTE ENERGIA S/A. **Aspectos regulatórios relevantes no novo ambiente institucional do setor elétrico brasileiro.doc**: visão panorâmica do novo contexto do setor elétrico brasileiro, englobando as funções institucionais e o modelo de mercado competitivo, bem como aspectos relacionados à transmissão de energia elétrica. São Paulo, junho de 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRASIL. **Constituição Federal**, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em set. 2005a.

BRASIL. **Decreto 2.655**, de 10 de julho de 1998. Regulamenta o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, define as regras de organização do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de que trata a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: jul. 2005b.

BRASIL. **Decreto 76.900**, de 23 de dezembro de 1975. Institui a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: jul. 2005c.

BSD Business Meets Social Development. **GRI: Diretrizes para padronização de relatórios de sustentabilidade – informações gerais**. Disponível em: www.bsd-net.com. Acesso em: dez. 2005.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUENO, Érika Lacerda et al. A responsabilidade social e o papel da comunicação In: **Responsabilidade social das empresas**, São Paulo: Peirópolis: Ethos, 2002.

CASTELLAS, Manuel. A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHEIBUB, Zairo B. e LOCKE, Richard M. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas In: **Empresa, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CICCO, Francesco de. **SA 8000: um sistema de certificação de âmbito mundial para monitorar a responsabilidade social das empresas**. Disponível em: http://www.qsp.org.br/sa8000_umsistema.shtml. Acesso em: dez. 2005.

CORTEZ, Henrique. **Cadê a tal da responsabilidade social**. Disponível em www.responsabilidadesocial.com/artigos. Acesso em: 17 mai. 2004.

COSTA FILHO, Adalberto Vieira. Um estudo dos balanços no Brasil In: **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**, v. III. São Paulo: Peirópolis: Ethos, 2004.

CRAWFORD, David. Managing and reporting sustainability. **MA Management Hamilton**, vol. 78, p. 20-26, fev. 2005.

ELETROBRÁS, **Página eletrônica na internet**. Disponível em: <http://www.eletronbras.gov.br/>. Acesso em: set. 2005

ETHOS. Consumidores elevam grau de responsabilidade social das empresas In: Destaques da conferência nacional 2004 — empresas e responsabilidade social. Disponível em: www.ethos.org.br. Acesso em 20 mar. 2005a.

ETHOS. RSE e governança corporativa precisam caminhar juntas. In: **Destaques da Conferência nacional 2004 — empresas e responsabilidade social**. Disponível em: http://www.ethos.org.br/CN_2004/cobertura/noticia_interna.asp?codNoticia=142. Acesso em 20 mar. 2005b.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicáveis às demais sociedades**. São Paulo: Atlas, 2000.

FRANCO, Hilário. **Auditoria contábil**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

FRIEDMAN, M., **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Ed. Abril, 1984.

GANIM, Antonio. **Setor elétrico brasileiro: aspectos regulamentares e tributários**. Rio de Janeiro: Editora CanalEnergia, 2003.

GOMES, Josir Simeone. **Contabilidade para MBAs**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

GONZALEZ, Amélia. Faltam ações que modem o cenário. **Razão Social – O Globo**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 12–13, set. 2004.

GRAJEW, Oded. **Filantropia de responsabilidade social**. Disponível em: www.ethos.org.br. Acesso em: abr. 2002.

GUIMARÃES, Nadya Araújo e MARTIN, Scott. Descentralização, equidade e desenvolvimento: atores e instituições locais In: **Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais**. São Paulo: Senac, 2001.

HENDRIKSEN, Eldon S. & BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBASE, **Ainda na Agenda**. Disponível em:

<http://www.ibase.org.br/pubibase/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=735&sid=127>. Acesso em: jan. 2006.

IBASE, **Critérios para recebimento do selo balanço social Ibase / Betinho 2003**. Disponível em: <http://www.ibase.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: jan. 2005

IBASE, **Modelo de Balanço Social e Instruções para o preenchimento**. Disponível em: <http://www.ibase.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: dez. 2004

IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa – 3ª versão**. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em jun. 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio (coord.). Contabilidade introdutória: equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. 9º Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

KANITZ, Stephen. O marketing da filantropia. **Trevisan Especial**, São Paulo, v. XII, n. 152, p. 20–24, dez. 2000.

KLINK, Jeroen. **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC Paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Auditoria e balanço social**. Disponível em: <http://materiaiscontabilidade.vilabol.uol.com.br/05.html>. Acesso em: jun. 2004.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LANDAU, Elena. Um modelo regulatório com o sinal trocado. **Jornal Valor Economico**, 23 jan. 2006. Opinião, p. A-10.

LASTRES, Helena & ALBAGI, Sarita. Chaves para o terceiro milênio na era do conhecimento. In: **Informação, globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LODI, João Bosco. **Governança corporativa: o governo da empresa e o conselho de administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do valor adicionado – do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. Atlas, São Paulo, 1998.

MACHADO NETO, Manoel Marconde. **Marketing Cultural como Política de Comunicação Institucional**. 1999, segundo semestre. Disponível em: http://www.marketing-e-cultura.com.php?cod_artigo=10. Acesso em jul. 2005.

MARTINS, Eliseu. De Luca Paciolo à volta à contabilidade gerencial In: **Boletim IOB – temática contábil e balanços**, n. 34, São Paulo, 1991.

MATELLART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MELO NETO e FROES, Francisco de Paulo de e César. **A responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MIN, Sun. Sustainable reports make firms reliable. **China Daily**, New York, North American Ed., p. 11, nov. 2004.

MIRANDA, Luiz Carlos et al. Balanço social no Brasil: como as empresas estão divulgando sua responsabilidade social. In: 13TH ASIAN PACIFIC CONFERENCE ON INTERNACIONAL ACCOUNTING ISSUES, 2001, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2001. CDROM.

MONITOR MERCANTIL, Jornal. Crise de energia levou a Petrobrás às termoelétricas. **Jornal Monitor Mercantil**, Rio de Janeiro, 06 jan. 2006. Financeiro, p. 10.

MONTEIRO, Ricardo Rego. Tourinho alerta que leilão não afasta risco de racionamento. **Jornal Gazeta**, Rio de Janeiro, 10 jan. 2006. Energia e Saneamento, p. C-4.

MOODY-STUART, Mark. Reporting is a global matter. **Financial Times London**, UK, p. 17, dez. 2004.

MURRAY, Alan. The Economy business: will 'social responsibility' harm business? **Wall Street Journal (Eastern Edition)**, New York, mai. 2005.

NEGRA, Carlos Alberto Serra. **Consolidação do Balanço Social**. Disponível em: www.guiacontabil.hpg.ig.com.br/balano.htm. Acesso em: jun. 2004

NEW standard for reporting. **Canadian Mining Journal**, Don Mills, vol. 126, p. 24, fev. 2005.

O'DWYER, Brendan e OWEN, David L. Assurance statement practice in environmental, social and sustainability reporting: a critical evaluation. **The British Accounting Review**, Kidlington, vol. 37, p. 205-229, jun. 2005.

OLIVEIRA NETO, Waldemar de. Responsabilidade social no Brasil e no mundo. In Simpósio nacional de Empresas e Responsabilidade Social, 1999, SP. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 1999. Disponível em: www.ethos.org.br. Acesso em: jun. 2005.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. Um balanço dos balanços sociais das 500 maiores empresa s.a. não-financeiras do Brasil. In XXVII Encontro da ANPAD, 2003, SP. **Anais eletrônicos...** Atibaia – SP, 2003. Disponível em: www.anpad.org.br/enanpad/2003/dwn/enanpad2003-gsa-2054.pdf

ORDOÑES, Ramona. Órgão ambientais prejudicam obras de hidrelétricas, queixas-se Eletrobrás. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 09 jan. 2006. Economia, p. 14.

PARRA FILHO, Domingos e SANTOS, João Almeida. **Apresentação de trabalho científicos: monografia, TCC, teses e dissertações**. 3ed. São Paulo: Futura, 2000.

PEIXE, Blênio César Severo. Balanço Social: o poder de difusão da informação. In **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, ano 29, n. 122, p. 60–69, mar/abr.2000.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder e HERSCHMANN, Micael. Comunicação e novas estratégias organizacionais na era da informação e do conhecimento. In: **Comunicação & sociedade**. São Bernardo do Campo: Umesp, n. 38, p. 27–42, 2ª sem, 2002.

PEREIRA, Danielle & PINTO, Marcelo. Perfis de empresas varejistas quanto à adoção de práticas de responsabilidade social. **RA USP Revista de Administração**, São Paulo, v. 39, nº 2, p. 153–163, abr./mai./jun. 2004.

PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação empresarial: conceitos e técnicas para administradores**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

PINTO, Anacleto Laurino e RIBEIRO, Maisa de Souza. O Balanço Social como Instrumento de Evidenciação de Responsabilidade Social: um estudo no Estado de Santa Catarina. In: II SEMINÁRIO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 2002, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2002. Disponível em CD ROOM.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. **Gestão-cidadã: ações estratégicas para a participação social no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIZZI, Fernanda Basaglia. Balanço social e ação de responsabilidade social das empresas In: **Responsabilidade social das empresas**, São Paulo: Peirópolis: Ethos, 2002.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

SAUAYA, Thais e ALLI, Sérgio. **Como fortalecer a responsabilidade social nas relações entre grandes e pequenas empresas**. São Paulo, Ethos, 2004.

SAUER, Ildo Luís et al. **A reconstrução do setor elétrico brasileiro**. Campo Grande: Ed UFMS, 2003.

SILVA, Ana Paula Ferreira da, et al. A demonstração de valor adicionado como alternativa de medição do desempenho gerencial: um estudo comparativo entre demonstrações nacionais e internacionais. **Anais do 1º Seminário USP de Contabilidade**. São Paulo: 2001. Texto em CD ROM.

SILVA, César Augusto Tibúrcio e FREIRE, Fátima de Souza. Balanço social abrangente: um novo instrumento para a responsabilidade social das empresas. In: XXV ENANPAD, 2001, Campinas – SP. **Anais eletrônicos...** Campinas, 2001. Disponível em CD ROM.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. **Mensuração e avaliação do impacto social das organizações: uma análise crítica dos balanços sociais e propostas para um novo modelo**. 2003. 273 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SOCIALLY responsible investment firms ask for GRI standard reports. **CMA Management Hamilton**, Vol. 78, p. 12,dez/jan 2005.

SOUZA, Herbert de. **Balanço social: voluntário ou obrigatório?** Disponível em <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em: 17 mai. 2004.

SOUZA, Herbert de. Empresa pública e cidadã In: **Balço social – teoria e prática**. São Paulo, Atlas, 2001.

SOUZA, Marcelo Erédia de, et al. Demonstração do valor adicionado: a importância de conhecer a entidade e seu valor de contribuição na sociedade. In **Pensar Contábil**. Rio de Janeiro, ano VII, n. 27, p. 26-33, fev/abr 2005.

SUCUPIRA, João A. O que revelam os balanços sociais. **Democracia viva**, n. 9, p. 74-79, nov. / fev. 2001.

SUCUPIRA, João. **A responsabilidade social das empresas**. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em 17 mai. 2004.

TAFARA e STRAHOTA, Ethiopis e Robert D. **Promoção de Consenso Internacional sobre Práticas Regulatórias**. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0205/ijep/tafara.htm> Acesso em: dez. 2005.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Responsabilidade Moral e Identidade Empresarial. In **RAC – Revista da Administração Científica**. Ano 2003, Edição Especial, p. 31-50. Disponível em http://anpad.org.br/rac/vol_07/dwn/rac-v7-edesp-hrt.pdf. Acesso em fev. 2006

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social – uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo, Atlas, 2001.

TOLMASQUIM, Maurício Tiomno et al. **Empresas do setor elétrico brasileiro: estratégias e performances**. Rio de Janeiro: CENERGIA, 2002.

TORRES, Ciro. **Um pouco de história do Balço Social**. Disponível em: www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=3&sid=3. Acesso em: mai. 2004.

TREVISAN, Fernando Augusto. O Balço Social e o marketing das empresas. **Trevisan Especial**, São Paulo, v. XII, n. 152, p. 20–24, dez. 2000.

URANI, André, COCCO, Giuseppe & GALVÃO, Alexander Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

VARELA, Patrícia Siqueira, COSTA, Raquel da Ressurreição, DOLABELLA, Maurício Melo. Balço social: demonstrativo da função social da empresa. **Revista de Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, vol. 10, n. 2, p. 28–35, set.1999.

VASCONCELOS, Yumara Lucia. Algumas reflexões sobre Balço Social. **Revista de contabilidade CRCSP**, São Paulo, ano VII, nº 24, p. 54–68, jun. 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

9. ANEXOS:

9.1. COMPOSIÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

Quadro 140: Composição do universo da pesquisa

	Empresa	respondeu	
		Sim	Não
1	AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A – AES SUL		✓
2	AES Tietê		✓
3	Bandeirante Energia S/A		✓
4	Boa Vista Energia S/A		✓
5	Caiuá Serviços de Eletricidade S/A – CAIUÁ		✓
6	Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A		✓
7	Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR		✓
8	Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON		✓
9	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE	✓	
10	Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA		✓
11	Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT.		✓
12	Centrais Elétricas S/A – FURNAS	✓	
13	Companhia Campolarguense de Energia – COCEL		✓
14	Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF		✓
15	Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE		✓
16	Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA		✓
17	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	✓	
18	Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro – CERJ		✓
19	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantis – CELTINS		✓
20	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE		✓
21	Companhia Energética da Borborema – CELB		✓
22	Companhia Energética de Alagoas – CEAL	✓	
23	Companhia Energética de Brasília – CEB	✓	
24	Companhia Energética de Goiás – CELG		✓
25	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG		✓
26	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE	✓	
27	Companhia Energética de São Paulo – CESP		✓
28	Companhia Energética do Amazonas – CEAM		✓
29	Companhia Energética do Ceará – COELCE		✓
30	Companhia Energética do Maranhão – CEMAR		✓
31	Companhia Energética do Piauí – CEPISA		✓

Continua...

	Empresa	respondeu	
		Sim	Não
32	Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN		✓
33	Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE		✓
34	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – CFLCL		✓
35	Companhia Força e Luz do Oeste – CFLO		✓
36	Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	✓	
37	Companhia Hidroelétrica São Patrício – CHESP		✓
38	Companhia Jaguari de Energia – CJE		✓
39	Companhia Luz e Força de Mococa – CLFM		✓
40	Companhia Luz e Força Santa Cruz – CLFSC		✓
41	Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE		✓
42	Companhia Paranaense de Energia – COPEL	✓	
43	Companhia Paulista de Energia Elétrica – CPEE		✓
44	Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL	✓	
45	Companhia Piratininga de Força e Luz – PIRATININGA	✓	
46	Companhia Sul Paulista de Energia – CSPE		✓
47	Companhia Sul Sergipana de Eletricidade – SULGIPE		✓
48	Cooperativa Aliança – COOPERALIANCA		✓
49	Departamento Municipal de Eletricidade de Poço de Caldas – DME-PC		✓
50	Departamento Municipal de Energia de Ijuí – DEMEI		✓
51	Eletricidade e Serviços – ELEKTRO		✓
52	Eletrobrás Termonuclear S/A – ELETRONUCLEAR	✓	
53	ELETROPAULO Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A – ELETROPAULO		✓
54	ELETROSUL		✓
55	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A – EATE		✓
56	Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S/A – ECTE		✓
57	Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A – EEVP		✓
58	Empresa Elétrica Bragantina S/A – EEB		✓
59	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A – ENERSUL		✓
60	Empresa Energética de Sergipe S/A – ENERGIPE		✓
61	Empresa Força e Luz João Cesa LTDA		✓
62	Empresa Força e Luz Urussanga Ltda – EFLUL		✓
63	Empresa Luz e Força Santa Maria S/A		✓
64	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A – EMAE	✓	
65	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S/A – ETEP		✓
66	Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – ESCELSA	✓	
67	EXPANSION Transmissão de Energia Elétrica S/A – EXPANSION		✓

Continua...

	Empresa	respondeu	
		Sim	Não
68	Geração de Energia S/A – CPFL		✓
69	Goiânia Transmissora de Energia S/A		✓
70	Light Serviços de Eletricidade S/A – LIGHT	✓	
71	Manaus Energia S/A – MANAUS ENERGIA		✓
72	Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda. – MMC		✓
73	NOVATRANS Energia – NOVATRANS		✓
74	Rosal Energia S/A – ROSAL		✓
75	Sá Carvalho S/A		✓
76	Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA		✓
77	Tractebel Energia		✓
78	Transmissão Paulista		✓
79	Transmissora Sudeste Nordeste – TSN		✓

Fonte: Informações do Setor Elétrico – Responsabilidade Social (ANEEL, 2005a).

9.2. GRI – MODELO RESUMIDO DA BSD BRASIL



Conteúdo do Relatório (resumido)

1. Visão e estratégia

Descrição da estratégia da organização em relação à sustentabilidade, incluindo uma declaração do CEO.

- 1.1 Declaração da visão e estratégia da organização em relação a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.
- 1.2 Declaração do CEO (ou cargo sênior equivalente) descrevendo elementos chaves do relatório.

2. Perfil

Visão geral da estrutura da organização e operações e do escopo do relatório.

Perfil Organizacional

- 2.1 Nome da organização.
- 2.2 Maiores produtos e/ou serviços, incluindo marcas se apropriado.
- 2.3 Estrutura operacional da organização.
- 2.4 Descrição de maiores divisões, empresas operadoras, subsidiárias, e joint ventures.
- 2.5 Países nos quais há operações da organização.
- 2.6 Natureza de propriedade; forma legal.
- 2.7 Natureza dos mercados servidos.
- 2.8 Escala da organização.
- 2.9 Lista de partes interessadas, atributos chaves para cada uma e seu relacionamento com a organização.

Escopo do Relatório

- 2.10 Pessoa(s) de contato para o relatório, incluindo endereços de e-mail e web
- 2.11 Período de relato (ex; ano fiscal/calendário) para a informação fornecida
- 2.12 Data do relatório anterior mais recente (se houver).
- 2.13 Limites do relatório (países / regiões, produtos / serviços, divisões / plantas / joint ventures / subsidiárias) e quaisquer limitações específicas no escopo.
- 2.14 Mudanças significativas em tamanho, estrutura, propriedade, ou produtos / serviços que ocorreram desde o relatório anterior.
- 2.15 Base para relato sobre joint ventures, subsidiárias de propriedade parcial, plantas alugadas, operações, e outras situações que podem significativamente afetar a comparabilidade de período a período e / ou entre organizações.



- 2.16 Explicação da natureza e efeito de quaisquer re-declarações de informação dada em relatórios anteriores, e as razões para tal re-declaração (ex: fusões/aquisições, mudança de anos/períodos base, natureza de negócios, métodos de medição).

Perfil do Relatório

- 2.17 Decisões de não aplicar os princípios GRI ou protocolos na preparação do relatório.
- 2.18 Critério/definições utilizados em qualquer contabilidade para custos e benefícios econômicos, ambientais, e sociais.
- 2.19 Mudanças significativas de anos anteriores nos métodos de mensuração aplicados a informações econômicas, ambientais e sociais chaves.
- 2.20 Políticas e práticas internas para melhorar e prover garantia sobre a relevância, completude, e veracidade do relatório de sustentabilidade.
- 2.21 Política e prática atual com relação à providência de garantia independente para todo o relatório.
- 2.22 Meios pelos quais leitores do relatório podem obter informação adicional e relatórios sobre aspectos econômicos, ambientais e sociais das atividades da organização, incluindo informação de plantas específicas (se disponível).

3. Estrutura de Governança e Sistemas de Gestão

Descrição da estrutura organizacional, políticas, e sistemas de gestão, incluindo os esforços de engajamento de partes interessadas.

Estrutura e Governança

- 3.1 Estrutura de governança da organização, incluindo comitês maiores nos quais o conselho de diretores que são responsáveis por estabelecer a estratégia e por dirigir a organização.
- 3.2 Porcentagem do conselho de diretores que são independentes, diretores não-executivos.
- 3.3 Processo para determinar expertise que os membros do conselho precisam para guiar a direção estratégica da organização, incluindo assuntos relacionados a riscos e oportunidades ambientais e sociais.
- 3.4 Processos em nível de conselho para dirigir a identificação e gestão dos riscos e oportunidades econômicas, ambientais e sociais da organização.
- 3.5 Ligação entre proventos executivos e alcance de metas financeiras e não-financeiras da organização (ex. desempenho ambiental, práticas trabalhistas).
- 3.6 Estrutura organizacional e indivíduos chave responsáveis pela direção, implementação, e auditoria de políticas econômicas, ambientais, sociais e outras relacionadas.
- 3.7 Declarações de missão e valores, códigos de conduta ou de princípios desenvolvidos internamente, e políticas relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social e status de implementação.
- 3.8 Mecanismos para acionistas providenciarem recomendações ou direção ao conselho de diretores.



Engajamento de partes interessadas

- 3.9 Base para identificação e seleção das maiores partes interessadas
- 3.10 Metodologias para consulta a partes interessadas relatadas em termos de frequência de consulta por tipo e por grupo de parte interessada.
- 3.11 Tipo de informação gerada pelas consultas de partes interessadas.
- 3.12 Uso da informação resultante de engajamento de partes interessadas.

Princípios Orientadores e Sistemas de Gestão

- 3.13 Explicação se e como a forma ou princípio de precaução é tratado pela organização.
- 3.14 Comitês, conjunto de princípios ou outras iniciativas econômicas, ambientais e sociais voluntárias e externamente desenvolvidas dos quais a organização segue ou assina.
- 3.15 Principais participações como membro em associações industriais e de negócios, e/ou ONGs nacionais/internacionais
- 3.16 Políticas e/ou sistemas para gerenciar impactos gerados, incluindo:
 - Gestão da cadeia de fornecimento e desempenho ambiental e social do fornecedor; e
 - Iniciativas de excelência sobre produtos e serviços.
- 3.17 Forma da organização para gerenciar impactos indiretos econômicos, ambientais e sociais resultantes de suas atividades.
- 3.18 Maiores decisões durante o período de relato a respeito da localização ou mudanças nas operações.
- 3.19 Programas e procedimentos relacionados com o desempenho econômico, ambiental e social. Inclui a discussão de:
 - Determinação de prioridades e metas;
 - Programas para melhoria de desempenho;
 - Comunicação e treinamento interno;
 - Monitoramento do desempenho;
 - Auditoria interna e externa; e
 - Análise crítica da alta direção.
- 3.20 Status de certificações relacionadas a sistemas de gestão econômica, ambiental e social.

4. Índice de Conteúdo GRI

Tabela fornecida pela organização identificando onde a informação listada nas Diretrizes está localizada dentro do relatório da organização.



5. Indicadores de performance

Medem o impacto ou esforço da organização dividido em indicadores de desempenho integrado, econômico, ambiental e social. Dentro do contexto do GRI, os indicadores de desempenho podem ser tanto quantitativos quanto qualitativos.

	Categoria	Aspecto
Integrado	Sistêmicos ou “cross-cutting”	Não padronizados
Econômico	Impactos Econômicos Diretos	Clientes Fornecedores Empregados Provedores de Capital Setor Público
Ambiental	Ambiental	Materiais Energia Água Biodiversidade Emissões, efluentes, e gasto Fornecedores Produtos e serviços Cumprimento Transporte Geral
Social	Práticas de Emprego e Trabalho Decente	Emprego Relações de Trabalho/gestão Saúde e segurança Treinamento e educação Diversidade e oportunidade
	Direitos Humanos	Estratégia e gestão Não-Discriminação Liberdade de associação e negociação coletiva Trabalho Infantil Trabalho forçado Práticas disciplinares Práticas de seguridade Direitos indígenas
	Sociedade	Comunidade Suborno e corrupção Contribuições políticas Competição e precificação
	Responsabilidade de Produto	Saúde e Segurança do cliente Produtos e serviços Propaganda Respeito à privacidade

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)